



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***Nikator, Euergetes e Soter: a simbologia do poder monárquico na
consolidação dos régidas entre as tropas, as *poleis* e a corte.***

FERNANDA ALVARES FREIRE

BRASÍLIA

2018

FERNANDA ALVARES FREIRE

***Nikator, Euergetes e Soter: simbologia do poder monárquico na
consolidação dos lágidas entre as tropas, poleis e a corte.***

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa de dissertação de mestrado.

Linha de pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Henrique Modanez de Sant'Anna

Brasília – DF

2018

***Nikator, Euergetes e Soter: simbologia do poder monárquico na
consolidação dos régidas entre as tropas, *poleis* e a corte.***

FERNANDA ALVARES FREIRE

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gabriele Cornelli
(Universidade de Brasília – UnB)

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant’Anna
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Maria Filomena P. da C. Coelho
(Universidade de Brasília – UnB)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender os mecanismos de legitimação do poder empreendido pelos reis helenísticos. Para tanto, observa-se que a instituição monárquica, identificada de forma pessoal, adotava representações distintas a depender do público com o qual dialogava. Por esta razão, nesta pesquisa analisamos a atuação monárquica frente a três audiências distintas: o exército real, as cidades gregas e a corte helenística. Nesse sentido, são estudados quais os símbolos e rituais empregados nos diálogos de legitimação do poder estabelecidos entre governantes e governados. Conclui-se que esses indivíduos utilizaram principalmente das instituições e símbolos locais preexistentes para comunicar a nova formatação do poder político de forma familiar e acomodar o poder imperial frente às populações e instituições locais.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the mechanisms through which Hellenistic kings maintained legitimate power over large territories and audiences. Monarchic institutions, which were personalized, presented different images of kingship depending on the intended audience. Thus I observe monarchic representation in regard to three different audiences: the army, the Greek cities and Hellenistic court. Therefore, symbols and rituals are paramount to legitimizing dialogues between rulers and ruled. In brief Hellenistic rulers engaged on preexisting local symbols and institutions in order to communicate the new arrangement of political power attaining, in this manner, the accommodation of imperial power and local populations.

AGRADECIMENTOS

A curiosidade a respeito do passado é uma característica que motivou toda minha trajetória acadêmica, e assim continuará a ser. Por esta razão, jamais deixarei de agradecer a meu pai. Você me ensinou a paixão pela História e me apoiou incondicionalmente quando decidi transformá-la em carreira. Mais do que isso, me ajudou a superar as durezas e saborear as doçuras da vida. Todas as vitórias sempre serão dedicadas a você.

A minha irmã dedico, igualmente, menção especial. Na História, assim como na vida, exemplos de indivíduos que se destacam por seus feitos e retidão moral nos dão um senso de orientação na vida. Você é o meu.

Aos meus amigos e familiares, agradeço por todo o apoio. Pessoas que são responsáveis direta ou indiretamente por minha trajetória profissional e que não esqueceria de forma alguma: Isadora Fernandes, Luiz Oberst, Hana Augusta, Danilo Bernardino, Isabela Parucker, Taynara Prata, Jessica Paranaguá e Raissa Nascimento.

Gostaria de agradecer especialmente ao orientador e amigo, Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna. Frequentemente, digo quão importante é sua contribuição na minha vida pessoal e acadêmica. Nessa última fase do nosso laço de orientação reitero que sou imensamente grata por ter tido a oportunidade de trabalhar com você. Obrigada por todas as críticas, sempre construtivas, por todo o apoio e por ter me indicado o caminho – sei que orientar não é fácil.

Agradeço igualmente ao Dr. Matthias Haake que concordou gentilmente em atuar em co-orientação; sua erudição e percepção do mundo antigo são admiráveis. Agradeço, também, à Prof.^a Dr.^a Maria Filomena P. da C. Coelho, à Prof. Agatha Pitombo Bacelar, ao Prof. Dr. Gabriele Cornelli, ao Prof. Dr. André Gustavo de Melo Araújo, ao Prof. Dr. Vicente Dobroruka e ao Prof. Dr. Estevão Rezende Martins. Obrigada por sempre estarem sempre dispostos a ajudar.

Finalmente, agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em História pelo apoio à pesquisa a mim conferidos.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------------------------|---|
| Arist., <i>Pol.</i> | Aristóteles, <i>Política</i> . |
| Arist., EN | Aristóteles, <i>Ética a Nicômaco</i> . |
| App., <i>Syr.</i> | Apiano, <i>Siríaca</i> . |
| App., <i>BC</i> | Apiano, <i>Bella Civilia</i> . |
| Arr., <i>An.</i> | Arriano, <i>Anábase</i> . |
| Arr., <i>Fr.</i> | Arriano, <i>Fragmenta Historica</i> . |
| D.S. | Diodoro da Sicília, <i>Biblioteca Histórica</i> . |
| Hom., <i>Il.</i> | Homero, <i>Ilíada</i> . |
| OGIS | Orientis Graeci Inscriptiones Selectae, ed. W. Dittenberger, 2 vols. (Leipzig, 1903–5). |
| Plu., <i>Alex.</i> | Plutarco, <i>Alexandre</i> . |
| Plu., <i>Demetr.</i> | Plutarco, <i>Demétrio</i> . |
| Plb. | Políbio. |
| <i>Syll.</i> ³ | <i>Sylloge Inscriptionum Graecarum</i> , ed. W. Dittenberger, 4 vols. (3rd edn., 1915-24). |

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Modelo de relações da corte lágida de Mooren (1985, p.220). p. 72.
- Figura 2** Proposta de esquema da corte. p. 75.
- Figura 3** Ilustração de um palácio macedônico (MEE, 2011, p. 65). p. 78.
- Figura 4** Esquema do proveito econômico e ideológico da guerra no período helenístico (STROOTMAN, 2007, p. 349). p. 88.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. A terra conquistada pela lança | 12 |
| 2. O rei filantropo e a linguagem de evergetismo | 13 |
| 3. <i>Primus inter pares</i> : as relações de <i>philia</i> na corte helenística | 14 |
| Considerações metodológicas..... | 15 |
| Capítulo 1: A TERRA CONQUISTADA PELA LANÇA..... | 18 |
| <i>Basileia</i> helenística e abordagens metodológicas..... | 18 |
| O <i>basileus</i> helenístico e referências monárquicas | 19 |
| O período helenístico sob a abordagem das categorias de análise da sociologia do poder | 22 |
| O princípio da <i>doríktētos chōra</i> como fundamento da prova e sucesso..... | 29 |
| O papel das fontes da representação do poder..... | 37 |
| Capítulo 2: O REI FILANTROPO E A LINGUAGEM DE EVERGETISMO | 40 |
| A monarquia no contexto grego e macedônico. | 41 |
| Evergetismo e benefício | 44 |
| Representação monárquica nas fontes literárias..... | 51 |
| O caráter divino do <i>basileus</i> no contexto das relações de benefício. | 54 |
| Capítulo 3: as relações de <i>philia</i> na corte helenística..... | 57 |
| A Corte Helenística e suas definições. | 58 |
| A corte nas fontes | 59 |
| A composição social da corte. | 60 |
| Relações políticas na corte helenística. | 64 |
| Um modelo de corte helenística. | 72 |
| A corte como instrumento de legitimação..... | 75 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 89 |
| Referências | 95 |
| Fontes | 95 |

| | |
|-------------------|----|
| Bibliografia..... | 95 |
|-------------------|----|

INTRODUÇÃO

O legado de Alexandre ultrapassa em muito a dimensão territorial de seu império. Sua trajetória a partir da ascensão ao trono macedônico compreende desde a liderança do ideal grego contra o império Aquemênida até a conquista deste, bem como do Egito, passando por sua apoteose em Siwa. O impacto de condensar na figura de um único indivíduo os ideais monárquicos macedônicos, persas, egípcios, assim como acomodar sua autoridade diante da independência e autonomia grega, reverberou nos sistemas governamentais do mundo antigo até o Império Romano.

As dinastias inauguradas por seus sucessores se estendem por cerca de trezentos anos após sua morte, de 323 a.C. a 30 a.C., e suscitam o questionamento de como foi possível que elites helênicas dominassem vastos territórios compostos por populações extremamente heterogêneas. A presente pesquisa se insere nesse contexto da busca pela compreensão dos mecanismos de legitimação empregados nos governos das monarquias helenísticas.

O problema desta pesquisa define-se em torno da identificação das bases e condições segundo as quais o *basileus* helenístico era considerado um líder legítimo. Para tanto, entende-se que é crucial compreender as relações sócio-políticas nas quais os governantes e governados se engajam. Assim, faz-se necessário definir previamente quatro principais eixos teóricos utilizados durante a realização desta pesquisa: (1) o processo de legitimação é entendido como essencialmente comunicativo, o que significa que a definição da audiência pretendida é fundamental para a compreensão da linguagem utilizada; (2) define-se a relação entre governante e governados em termos das obrigações mútuas definidas pela cultura política grega (relações de *philia* e evergetismo); (3) as instituições analisadas são, evidentemente, compostas por indivíduos e a atuação desses é imprescindível para a disseminação de uma representação oficial do poder monárquico; (4) por fim, destaca-se que a associação do *basileus* à figura do líder carismático é feita segundo a concepção do carisma como a capacidade de engajar populações distintas (audiências) no processo de legitimação pela apropriação de estruturas tradicionais. Torna-se bem-sucedido, nesse contexto, o indivíduo capaz de assimilar antigas tradições, símbolos e costumes a uma nova lógica governamental.

Percebe-se, também, que os traços carismáticos da *basileia* estão presentes não só em sua emergência, mas por um período considerável. Nesse sentido, justifica-se o recorte cronológico adotado, qual seja, o período entre os anos 321-280, período no qual a

sucessão dinástica, no caso dos Lágidas e Selêucidas, já se encontrava estabelecida e em sua segunda geração de reis.

Apesar de seu caráter essencialmente militar, a *basileia* helenística não era, contudo, exclusivamente militar. Por isso, devemos entender essa cultura política aparentemente essencialmente militar como uma estrutura mais complexa de relações de autoridade garantidas pelo carisma entre o líder, o basileus, e as diferentes audiências com as quais dialoga. Para todas as diferentes audiências há um diálogo estabelecido sobre relações de benefício específicas “[...] poder real seja em sua fase ascendente ou em seu declínio está ligado ao mundo que o cerca por meio de uma rede mais ou menos difusa de obrigações mútuas, que emergem majoritariamente de um consenso ético” (BINGEN, 2007, p. 15-16). Definimos, portanto, três audiências com as quais os *basilei* dialogavam em busca da acomodação do poder imperial, e cada capítulo se ocupa de uma destas audiências, são elas: o exército dos reis helenísticos, as cidades gregas e a elite governante.

1. A terra conquistada pela lança

Esse conceito consiste no direito de posse por meio do exercício da violência pela conquista militar (STROOTMAN, 2007, p. 38). Este princípio foi a principal forma de legitimação empregada pelos sucessores de Alexandre na fundação de suas dinastias. Em 306 a.C., Antígono foi o primeiro entre os diádocos a assumir o título e a indumentária real após uma vitória avassaladora de Demétrio sobre as tropas ptolomaicas em Salamina (D.S., 20.53.2).

Podemos localizar em Diodoro diversos trechos nos quais Ptolomeu regozija-se após uma vitória militar por acreditar que seu poder no Egito foi legitimado por meio da conquista pela lança. Os dois principais momentos desse tipo de ocorrência se referem à vitória de Ptolomeu sobre Pérdicas (D.S., 18.39.5)¹ e, em 306, após a tentativa de invasão Antigônida. Sobre esta, Diodoro relata que Ptolomeu “após ter vencido outra batalha pelo Egito e estar convencido de que o território era seu como espólio de guerra, retornou à Alexandria.” (20.76.7). Temos, na verdade seis ocorrências do termo *dorikteton* na obra

¹ “Para Ptolomeu ele designou o que já era seu, pois era impossível demovê-lo, uma vez que ele exercia seu domínio sobre o Egito por virtude de sua própria destreza como se fosse um prêmio de guerra.”

de Diodoro diretamente relacionado aos feitos de Alexandre ou de seus sucessores². A indicação de Antíoco I como herdeiro e sucessor de Seleuco, comparável a Alexandre por suas conquistas, é digna de destaque (App., 11,61). Assim como nos casos supracitados, o princípio da conquista pela lança é evocado como justificativa de posse.

Nota-se que a ampla referência às capacidades militares dos reis helenísticos pode ser explicada por diversos fatores, como veremos adiante. De especial interesse é o fato de esse argumento ser, normalmente, voltado às audiências militares. O exército helenístico era em sua maioria composto por mercenários que dependiam das vitórias militares para terem seu pagamento garantido além de acesso a outros recursos. Um líder ideal deveria ser capaz de garantir vitórias e inspirar confiança. Há também o fato de que a habilidade militar é associada a líderes monárquicos no ideal helênico desde o período arcaico. Por fim, destaca-se que o exército tem lugar de importância na tradição macedônica, sendo associado a rituais de ascensão ao trono e participação em assembleias.

Assim, o primeiro capítulo, intitulado “A terra conquistada pela lança”, tem como objetivo compreender as circunstâncias do diálogo estabelecido entre *basileis* e audiências militares de modo geral na legitimação do poder, levando em consideração que o exército era um dos principais instrumentos na captação de recursos que sustentavam a monarquia. Para tanto, na primeira parte, de natureza teórico-metodológica, discutem-se as abordagens metodológicas empregadas na análise das monarquias helenísticas na literatura especializada, e as referências teóricas a respeito da monarquia no mundo antigo; em seguida, é feita uma reflexão acerca dos benefícios da utilização dos tipos ideais de dominação de Weber. Por fim, na segunda parte, o princípio da terra conquistada pela lança como principal argumento utilizado pelos *basileis* frente a audiências militares é analisado, seguido da análise do papel das fontes literárias na disseminação dessa representação oficial.

2. O rei filantropo e a linguagem de evergetismo

² Esses trechos e outros excertos selecionados estão presentes em um mapeamento feito da obra de Diodoro para o período. Este trabalho de localização de trechos que se referem a conquista pela lança ou a reputação do rei carismático foram feitas durante o primeiro ano de pesquisa e, juntamente com o mapeamento de obras de outros autores, comporá um vocabulário do poder para o período helenístico.

Lidamos aqui com a importância da imagem do líder carismático, isto é, a formação da opinião pública ou *doxa*, e seu papel central na ação legitimadora do carisma do indivíduo dotado de poder. Nesta seção, se analisa a atuação do líder na relação com as *poleis* e a defesa de ideais defendidos desde Alexandre, como o pan-helenismo, até a consolidação da defesa da liberdade das *poleis* por seus sucessores. A legitimação monárquica frente a essa audiência baseava-se na conduta e na habilidade do indivíduo carismático em exercer o poder que derivado de conquistas que ressaltavam ou aumentavam sua reputação. Ptolomeu I e Seleuco I carregavam no nome, assim como muitos outros reis do período helenístico, características notáveis que realçavam sua reputação por seus epítetos Ptolomeu I *Soter*, Seleuco I *Nikator*³ (Gehrke, 2013, p. 85).

O diálogo estabelecido entre os reis helenísticos e as cidades gregas apresentava uma linguagem própria das relações de benefício, nomeadas de evergetismo quando empreendidas com grupos sociais e derivadas das relações de amizade. Neste capítulo analisa-se a linguagem de evergetismo e benefício, e a representação monárquica desse tipo de relação nas fontes literárias. Por fim, realiza-se uma breve análise sobre o caráter divino dos reis helenísticos no âmbito das *poleis*.

3. As relações de *philia* na corte helenística

A corte helenística é absolutamente fundamental para a compreensão dos mecanismos de legitimação do *basileus*, e associada à *doxa*, possui uma dimensão de palco de representação monárquica. Isso se dá de três maneiras principais: por meio de rituais públicos nos quais a natureza sobre-humana da monarquia, incluindo o caráter divino do rei, é revelada e exaltada; a apresentação do rei como general vitorioso; a representação da corte como sagrada e inacessível, por meio da integração de elementos de templos, e, portanto, divinos, à arquitetura palaciana (STROOTMAN 2007, p.12). Ou seja, a corte helenística é um meio pelo qual os outros mecanismos de legitimação eram comemorados e disseminados entre as diferentes audiências de poder, seja pelas representações ou por meio dos cortesãos que faziam parte dessa rede intrincada de relações de poder mencionada por Bingén.

Além disso, nota-se que a corte, sobretudo no caso lágida, é a instituição por meio da qual o poder monárquico alcança os ambientes rurais do território imperial. Entende-

³ *Soter*: salvador, aquele que provê ou que preserva algo. *Nikator*: conquistador.

se que a instituição monárquica do período helenístico elabora uma miríade de símbolos e rituais apropriados de instituições pre-existentes para formular uma representação de poder altamente familiar e com alta capacidade de aceitação. Nesse sentido, é necessário que compreendamos que sistemas simbólicos como os adotados pela *basileia* dependem de indivíduos que agem cotidianamente em prol da disseminação desses símbolos. No caso helenístico, esses indivíduos são os cortesãos que exercem a administração dos reinos sobre as populações locais.

Para tanto, analisam-se as definições de corte helenística conjugando-se os conceitos identificados nas fontes literárias e os estudos contemporâneos a esse respeito. Em seguida, elaboram-se uma descrição do panorama da composição social da corte e uma análise das relações políticas entre os indivíduos da corte, amplamente baseada na instituição grega das relações de amizade. Por fim, é realizado o esforço de se esboçar um modelo de corte helenística e as diversas dimensões por meio das quais esta é responsável pela legitimação do poder no mundo helenístico.

Considerações metodológicas.

O *corpus* documental a ser trabalhado consiste nas fontes literárias em língua grega. Infelizmente, nenhuma obra escrita contemporânea ao período subsequente à morte de Alexandre nos chegou a não ser em fragmentos. A história do período helenístico é, por esta razão, repleta de incertezas. Destacamos o acesso a fragmentos de:

- a. Calístenes: historiador de origem grega que atuava na expedição de Alexandre que acabou sendo executado por traição em 327;
- b. Nearco: navegou juntamente com a frota de Alexandre e é responsável por um relato de sua viagem e de uma descrição da Índia;
- c. Clitarco: um dos historiadores oficiais, responsável por escrever uma história de Alexandre.
- d. Ptolomeu I: general de Alexandre e, posteriormente, rei helenístico.
- e. Aristóbulo: responsável por escrever um relato favorável a Alexandre.
- f. Hierônimo de Cárdia: historiador grego que serviu a Eumenes, Antígono I, Demétrio I e Antígono Gonatas.

As fontes supramencionadas foram utilizadas para compor os relatos aos quais temos acesso. O período foi documentado tanto em histórias universais quanto em obras dedicadas a personagens ou povos específicos. Assim, as fontes mais importantes para a análise proposta se baseiam em obras contemporâneas do tema tratado, porém perdidas com o passar dos séculos. Trata-se, portanto, das obras de Arriano (*Anábise de*

Alexandre), que abordam apenas alguns anos do período determinado, e dos relatos acerca dos eventos sucessórios que nos chegaram sob a forma de fragmentos organizados na obra *Fragmentos dos Historiadores Gregos (Die Fragmente der griechischen Historiker)*, de Jacoby.

Há, também, Diodoro da Sicília, que nos livros 18-30 de sua Biblioteca Histórica relata os acontecimentos do período helenístico, sendo que dos livros 22-30 só restaram fragmentos. Plutarco é um biógrafo autor das “Vidas Paralelas”, nas quais compara os feitos de personagens por ele considerados ilustres. De especial importância para esta análise são as biografias de: Alexandre, Demétrio e Pirro do Épiro. Apiano escreve sua obra sobre os povos conquistados pelos romanos, dentre os quais está a obra Síriaca utilizada nesta pesquisa, em c. final do séc 1 d.C ao início do 2 d.C. Políbio escreve por volta do início do século 2 a.C. e sua obra aborda os eventos de 229 a.C. em diante. Apesar de ter como objetivo declarado de sua obra compreender a rápida expansão do império romano e isso ser refletido na maneira com que retrata os eventos narrados, é considerada uma das fontes mais importantes para o período. Por fim, o último livro da história universal de Quinto Cúrcio também alude aos anos após a morte de Alexandre.

Adota-se como metodologia de análise identificar três diferentes tipos de menções nas seguintes fontes: Diodoro, Arriano, Apiano, Plutarco e Políbio. Essas três categorias de relatos correspondem ao mecanismo de legitimação e a audiência a serem analisados por cada capítulo proposto pela presente pesquisa. O objetivo desta análise é a formulação de um vocabulário do poder monárquico no período helenístico feito a partir da identificação de sintagmas específicos utilizados como fórmulas de disseminação de representações de poder pelos *basileis* por meio do diálogo com determinadas audiências.

A análise conjugada das fontes apresentadas com a bibliografia especializada possibilitará a tipificação e a análise dos mecanismos de legitimação empregados por Lágidas e Selêucidas. Dessa forma, será possível confirmar ou refutar o papel de protagonismo dos quatro principais mecanismos de legitimação adotados de forma preliminar nesta pesquisa.

Os principais referenciais teóricos a serem adotados são: a associação das tipologias weberianas de exercício do poder (*Macht*) pela dominação (*Herrschaft*) adaptado ao período helenístico, como apresentado por Gehrke (2013); o estudo sobre a relação entre simbologias e rituais adotados em coletividade (Kertzer, 1988); a concepção do Estado como instituição produtora de princípios de classificação e estruturas cognitivas e avaliativas empregadas cotidianamente para dar sentido ao mundo de

Bourdieu(2014, p. 135-137). Sem dúvida, é necessário que se faça uma ressalva a respeito da adoção de modelos de análise no trabalho historiográfico, sobretudo da tipologia weberiana como categoria de análise, qual seja, as categorias de análise idealizadas por Weber servem como tipos ideais que não são descrições da realidade, mas conceitos que são úteis para que se busque entendê-la.

CAPÍTULO 1: A TERRA CONQUISTADA PELA LANÇA

“ἀμφοτέρων βασιλεύς τ' ἀγαθὸς κρατερός τ' αἰχμητής”⁴

“Tétis, a deusa dos pés argênteos de quem nasci, já me falou sobre o dúplice Fado que a Morte há de dar-me; se continuar a lutar ao redor da cidade de Tróia, não voltarei mais à pátria, mas glória hei de ter eternamente[...]”⁵ (μήτηρ γάρ τέ μέ φησι θεὰ Θέτις ἀργυρόπεζα διχθαδίας κῆρας φερέμεν θανάτοιο τέλος δέ. εἰ μὲν κ' αὔθι μένων Τρώων πόλιν ἀμφιμάχωμαι, ὤλετο μὲν μοι νόστος, ἀτὰρ κλέος ἄφθιτον ἔσται·) (Hom., Il., IX.410-413)⁶.

Basileia helenística e abordagens metodológicas.

A idealização dessa pesquisa é fruto de novas abordagens metodológicas, oriundas sobretudo da historiografia alemã, que buscam analisar a monarquia helenística, suas características, bases de legitimação, ícones da linguagem do poder (ex.: o diadema, o manto púrpura, o cetro, etc) e instituições político-religiosas. Enquanto os estudos mais clássicos a respeito do período, principalmente em história política, se ocupavam de temas como a teoria do Estado e códigos legais por meio de análises que representam as estruturas governamentais como altamente hierarquizadas, cresce a tendência de se valorizar outros aspectos da história do período helenístico, como a interação entre grupos políticos, bem como outros tipos de fontes menos tradicionais como inscrições, papiros, arte e filosofia.

⁴ “Um bom rei e um poderoso lanceiro” (Hom., Il., III.179). Esse seria o trecho preferido de Alexandre, que supostamente, dormia com uma cópia da *Ilíada* comentada por Aristóteles (STROOTMAN, 2007, p. 38).

⁵ A emulação de Aquiles e suas referências ao herói homérico são marcantes em sua campanha, Arriano afirma que Alexandre preferiria morrer realizando grandes feitos, dignos de serem lembrados por homens das gerações vindouras do que com realizações ignóbeis (Arr. *An.*, VI.9; STROOTMAN, 2007, p. 38). Tradução de Marcus Reis Pinheiro.

⁶ Aquiles fala a seus companheiros a respeito de seu destino: se lutasse na guerra, morreria precocemente, porém teria glória eterna; se, ao contrário, se abstivesse viveria longamente, mas abriria mão da glória sempiterna.

Tratando-se ainda de uma análise política, Gehrke, especificamente, ao analisar o caráter social e político específico da relação entre rei e súditos coloca em foco não a legalidade no período helenístico, mas, sim, legitimidade. Para tanto, utiliza categorias e terminologias da sociologia do poder e, portanto, os tipos de dominação apresentados por Weber ainda aparecem como ferramentas úteis de análise. E, nesse sentido, a tipificação de dominação carismática aparece como a mais apropriada para se analisar a *basileia*, ou monarquia, (GEHRKE, 2013), levando-se sempre em consideração que essas categorias são ideais e não são encontradas em suas formas puras em nenhum período, e são sempre combinações em diversas proporções de diferentes aspectos que encontramos nas fontes. Os tipos ideais de Weber são abstrações do mundo desenvolvidas para nos ajudar a entendê-lo, não descrições precisas.

Um ponto de inflexão a ser ressaltado a respeito da historiografia a respeito do período é a valorização de fontes alternativas ao *corpus* documental de fontes escritas canônicas largamente utilizadas, como Políbio, Diodoro, Arriano e Plutarco. A utilização de papiros, moedas, inscrições, esculturas, fontes literárias e filosóficas tem se mostrado profícuos que oferece novas perspectivas de análise do período. Strootman, por exemplo, aborda o período a partir da cultura de corte apresentando uma discussão a respeito dos aspectos sociais e formais da corte, arquitetura palaciana, patrocínio cultural e científico e rituais reais (2007). Temos ainda o exemplo de Stewart que analisa o que ele entende por natureza camaleônica dos retratos de Alexandre, desde fontes escritas pertencentes à vulgata, a esculturas e representações pictóricas tardias (1993).

Outro reflexo dessa ampliação do escopo de evidências pode ser notado na revisão de algumas afirmações tidas como certas, como a de que o Egito lágida era grego, de Claire Préaux (1939), que foi posteriormente contestada por diversos autores, como Manning (2007), Strootman (2007) e Bevan (1985), que afirmavam que o estado lágida era, na verdade, híbrido e condensava várias características de diferentes origens. Esse argumento pôde ser sustentado por evidências arqueológicas encontradas em Alexandria, que indicam por meio de indícios pictóricos que os reis lágidas valorizavam a imagética faraônica como parte importante da projeção de seu poder e legitimidade (MANNING, 2007, p. 3).

O *basileus* helenístico e referências monárquicas

O termo *basileus* é aplicado por historiadores gregos ao referirem-se aos reis macedônios, ao grande rei persa, aos reis espartanos e ao segundo dos nove arcontes de Atenas. Quando nos referimos ao contexto helenístico, todavia, o termo ganha novo significado moldado pelas conquistas e inovações implementadas por Alexandre. O contexto de sua campanha asiática é sempre retomado ao analisarmos o período de seus sucessores. Ele tornou-se o líder de um império que se estendia do mundo grego às margens do rio Hífaso, na Índia, incluindo o norte da África e as ilhas do meio oeste do Mar Mediterrâneo. Extensão geográfica não é o aspecto mais marcante desse império, a heterogeneidade dos povos sob seu comando e a adoção de discursos de legitimação voltados às diferentes audiências são questões que permeiam a análise política do período.

Alexandre teria sido o primeiro dos reis macedônicos a adotar o título de *basileus*⁷. Seus sucessores teriam utilizado largamente o título com uma diferença marcante na fórmula de aplicação. Se no caso dos historiadores gregos a fórmula era *basileus* + definição de territorialidade (gen.)⁸, o de Alexandre e seus sucessores era simplesmente *basileus* + nome, isto é, sem qualquer referência étnica ou territorial. Isso pode ser interpretado como um indicativo do caráter pessoal das monarquias helenísticas (ERRINGTON, 1974).

Quando as monarquias helenísticas emergiram dos fragmentos de seu reino, um contexto ideológico formado pela especulação política e ideológica a respeito desse tipo de governo já existia (WALBANK, 1984). Para os gregos, o conceito de ‘monarquia’ estava essencialmente ligado a um conceito pré-arcaico com referências em obras como a *Ilíada*, e a sua forma negativa, a tirania (BINGEN, 2007, p. 17). Walbank utiliza o exemplo dado por Aristóteles (*Pol.*, III.13.22) de que se um homem é incomparavelmente superior a qualquer um dos seus companheiros ele poderia, de fato, ser considerado um deus entre os homens; contudo, nessa condição ele seria, provavelmente, exilado da polis, uma vez que não há lugar para homens desiguais numa sociedade democrática (1984, p. 76).

Na Macedônia, por outro lado, a monarquia é a estrutura política mais antiga encontrada segundo fontes como tratados políticos, inscrições, discursos. Para o caso de Filipe II temos evidências contemporâneas, porém não macedônicas e hostis; já para o período de Alexandre, as evidências são tardias. Além disso, essas fontes não permitem a formulação de um panorama do funcionamento da monarquia macedônica, isto é, quais

⁷ Ainda que a adoção do termo possa ter sido influenciada pela ambivalência de sua situação com os persas e macedônios (ERRINGTON, 1974, p. 20)

⁸ Um exemplo seria *basileus makedonon* (βασιλεύς Μακεδόνων), ou rei dos macedônios.

instituições políticas podem ser identificadas no período⁹, que indivíduos a compunham e por meio de que tradições, códigos e rituais elas funcionavam (KING, 2010, p. 373-374).

Para os persas a noção de estrutura governamental monárquica não se assemelha à representação eurocêntrica de passividade e submissão¹⁰. O império Aquemênida é marcado por grande heterogeneidade étnico-cultural e diversidade de administração local e se organiza em torno da figura do grande rei.

A construção da ideologia monárquica Aquemênida pode ser interpretada a partir de fontes iconográficas como moedas, esculturas, mosaicos e fontes escritas como a inscrição de Behistun e a inscrição no Naqš-i Rostam. A representação de Dario nas inscrições de Naqš-i Rostam apresenta uma ideologia monárquica de poder legitimado em três vias distintas: a proteção divina, os direitos familiares e o status de conquistador (BRIANT, 2002, p. 1, 210-211).

Para os egípcios a monarquia era primariamente definida em termos religiosos, em certa medida semelhantes aos persas: o rei ou faraó era representado como Horus e suas atividades envolviam basicamente cultos religiosos com o objetivo de preservar a ordem mundial (*Maat*) (HÖBL, 2001, p.1; MORRIS, 2010, p. 201). Na esfera militar, as vitórias eram atribuídas ao faraó mesmo quando este não estava presente em batalha e eram um símbolo de sua firmeza; ele era também fonte de justiça (MORRIS, 2010, p. 214-215).

Nenhuma dessas definições de monarquia, entretanto, são suficientes para descrever a *basileia* helenística. O tipo de governo inaugurado por Alexandre e identificado com seus sucessores é marcado por seu caráter militar e personalização do poder na figura do rei. A *Suda*¹¹, enciclopédia histórica bizantina, apresenta uma definição de *basileia* bastante esclarecedora com relação à natureza do poder dos reis helenísticos, onde fica clara a importância da excelência militar e da vitória para a legitimação da conquista de um território.

⁹ Temos referências aos *basilikoi paides*, ou pajens reais; uma instituição na qual os jovens de famílias nobres eram inseridos; aos *somatophylakes*, ou guarda-costas reais; aos *hetairoi* e aos *philoï*, sendo os grupos mais próximos ao rei. Os *philoï* são uma formação mais tardia desse conselho real.

¹⁰ Há uma tendência na historiografia especializada no período helenístico de retratar os povos do oriente como submissos a tipologias de poder autocrático de forma passiva, o que é atribuído a razões religiosas e culturais. Entende-se que a subscrição a esse tipo de interpretação é resultado da reprodução acrítica da visão dos gregos presente nas fontes de língua grega e autores do período clássico ao romano.

¹¹ A *Suda* foi elaborada no séc. X d.C., tendo sido preservada em diversos manuscritos medievais. Foi, posteriormente, no século XIV, editada e publicada. A definição do verbete utilizado remonta à tradição helenística, embora não sejam indicadas as fontes utilizadas.

Basileia. Nem a descendência, nem a justiça concedem monarquias aos homens, mas a capacidade de comandar um exército e de lidar com circunstâncias competentemente: este foi o caso com Filipe e os sucessores de Alexandre. O parentesco de modo algum beneficiou o filho natural [de Alexandre], por causa de sua fraqueza de espírito, ao passo que aqueles sem conexão [com Alexandre] tornaram-se reis de quase todo o ecúmeno [helenístico]¹². (SUDA, s.v. *Basileia* (2)).

A descendência, ou ancestralidade, e a justiça, ou amparo legal, não se apresentam como meios viáveis de legitimação segundo a definição da *Suda*, o que confere legitimidade ao *basileus*, na verdade, é o mérito individual e a habilidade militar. Esse trecho converge com o que é apresentado nas tipologias weberianas de dominação do poder, e dedicaremos parte desta análise para elucidar em pormenores a relação da monarquia inaugurada por Alexandre e as três tipologias definidas por Weber, quais sejam: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática.

O período helenístico sob a abordagem das categorias de análise da sociologia do poder

Na discussão acerca dos tipos legítimos de dominação, Weber trabalha com dois conceitos principais *Macht*, poder ou a probabilidade que as pessoas obedeçam a ordens, ainda que apresentando resistência, e *Herrschaft*, dominação ou autoridade, a probabilidade de que pessoas, de fato, sigam ordens sem serem coagidas a assim fazerem. Apesar dessa definição transparecer uma forte ideia de voluntarismo, nota-se que a noção de *Herrschaft* se refere a uma relação de poder assimétrica. Analisaremos, então, a dominação legal-racional, tradicional e carismática como tipos ideais no contexto helenístico.

A dominação legal-racional tem caráter essencialmente burocrático dentro da concepção weberiana ideal. O poder emana de uma ordem impessoal, um código legal intencionalmente estabelecido que rege toda a esfera de poder, incluindo-se aqui o líder (WEBER, 1978, p. 217). Temos, portanto, que ainda que um indivíduo ocupe um cargo hierarquicamente superior a todos os outros na administração do Estado, há uma separação fundamental entre este indivíduo e o cargo que ocupa. E é por isso que esse

¹² No texto em grego: Βασιλεία. οὔτε φύσις οὔτε τὸ δίκαιον ἀποδίδουσι τοῖς ἀνθρώποις τὰς βασιλείας, ἀλλὰ τοῖς δυναμένοις ἡγεῖσθαι στρατοπέδου καὶ χειρίζειν πράγματα νουνεχῶς· οἷος ἦν Φίλιππος καὶ οἱ διάδοχοι Ἀλεξάνδρου. τὸν γὰρ υἱὸν κατὰ φύσιν οὐδὲν ὠφέλησεν ἡ συγγένεια διὰ τὴν τῆς ψυχῆς ἀδυναμίαν. τοὺς δὲ μηδὲν προσήκοντας βασιλεῖς γενέσθαι σχεδὸν ἀπάσης τῆς οἰκουμένης.

tipo de dominação é considerado racional, pois nele, a dominação emana das leis, um código legal racionalmente estabelecido para reger toda a esfera de dominação.

Faz-se necessário compreender em que termos poderíamos considerar a existência de formas legais-rationais de legitimação no mundo antigo. Nesse sentido, entende-se que existiam instituições macedônicas como a dos *basilikoi paides* que podem, em alguma medida, serem consideradas como preparação da juventude nobre para ocupar importantes cargos no círculo próximo ao rei. Contudo, ocorre que os homens reunidos na corte helenística, como os *philoí* do rei, poderiam cumprir quaisquer funções que a eles fossem designadas sem, necessariamente, terem sido parte dos pagens, ou terem experiência e qualificação notória.

Podemos destacar, também na perspectiva weberiana, o formalismo, oriundo do código de leis que regula toda a esfera do poder, e a impessoalidade como duas características principais gerais da autoridade legal. Assim, destaca-se que uma das principais características do poder dos reis helenísticos era, precisamente, a pessoalidade, enquanto individualidade consciente, do poder. A não-limitação étnica ou territorial do título de *basileus* é uma indicação disso por ser reflexo da associação do poder ao governante em questão e não ao cargo ocupado.

“Ave, Rei Antígono” (χαῖρε βασιλεῦ Ἀντίγονε) (Plu., *Demetr.*, 17-18) é supostamente a primeira ocorrência desse tipo de saudação na história helenística. O que se seguiu foi um relato de Aristodemo que, então, reportou a grandeza da vitória em Salamina e provocou uma reação similar da audiência que acabou por declarar Antígono e seu filho como reis (GRUEN, 1986, p. 255). Notamos, no mesmo sentido da análise feita anteriormente, que na saudação não há nenhum tipo de indicação étnica: saúda-se o rei Antígono e não sua investidura em um cargo anteriormente vago. Ainda segundo Gruen, “novidade, e não tradição, se destaca aqui. Antígono não apelou ao passado, nem se apoiou em convenções pré-estabelecidas[...]” (GRUEN, 1986, p. 256), ele se refere ao evento narrado por Demétrio e enfatiza que ao ser aclamado pela audiência de soldados, de origem majoritariamente grega e macedônica, não se fazia nenhuma alusão a um passado tradicional da instituição monárquica macedônica nem a convenções que estabelecessem que a vitória em guerra levaria ao trono.

Quando tratamos especificamente do caso de Alexandre, temos diferentes eventos de ascensão ao poder: primeiramente sua ascensão ao trono macedônico que,

aparentemente¹³, seguiu uma estrutura tradicional de sucessão hereditária; temos, em segundo lugar, sua identificação como faraó após a anexação do Egito também seguiu diretrizes tradicionais, bem como sua ascensão ao trono aquemênida após derrotar suas tropas.

Assim, temos a seguinte situação: (1) sua ascensão ao trono macedônico, até onde se sabe, seguiu padrões tradicionais em seu próprio contexto; (2) no caso do Egito, cerimônias tradicionais foram observadas por Alexandre, o que não significa dizer que fosse usual a definição do faraó por vitória em guerra; (3) a ascensão ao trono do império persa seguiu os mesmos padrões egípcios. É nesse sentido que se afirma que Alexandre não recorreu a nenhum apelo legal ou tradicional nos dois últimos casos, Egito e Pérsia, o que tem como consequência o fato de que o império que deixaria a seus sucessores dependia de um apelo ideológico forte o suficiente para que fosse possível manter a unidade territorial.

Não temos evidências de um código legal estritamente estabelecido para o período, tampouco de um código impessoal e racionalmente estabelecido que regesse todo o império e ao qual o próprio Alexandre ou seus sucessores se sujeitariam. Nesse contexto, o evento da sucessão após sua morte é frequentemente usado como um exemplo da falta de um conjunto sistematizado de diretrizes e caracterizado como um problema do sistema administrativo das monarquias helenísticas desde Alexandre. Em primeiro lugar, Walbank que interpreta a situação do império como sendo frouxamente controlado e altamente dependente da figura de Alexandre como agente aglutinador (1993, p. 46). Em segundo, Ogden (1999, p. ix-xi) que identifica uma fragilidade sintomática na incapacidade dos reis helenísticos em estabelecer critérios claros de sucessão. A análise histórica deve ser feita com cautela para que não se incorra em uma representação da realidade do mundo helenístico completamente subjugada à visão contemporânea de estabilidade política e observância de códigos legais para a garantia da legitimidade.

¹³ Como dito anteriormente, não temos informações suficientes a respeito das instituições monárquicas macedônicas para afirmar com certeza se lidamos com um sistema autocrático ou constitucionalista. Por um lado, a tradição adepta da ideia do sistema autocrático no Estado macedônico defende que o governo era exercido por um líder individual que governava acima das outras instituições governamentais, como a assembleia do exército, e que a autoridade dessas instituições, por vezes percebida nas fontes, dependia integralmente da anuência real. A constitucionalista, por outro lado, se baseia na premissa de que o Estado macedônico era ordenado segundo tradições estabelecidas ou um código legal organizado que garantia certos direitos a grupos, como a elite militar tradicionalmente associada ao governo, dentro do Estado. Essas são duas categorias nas quais os pesquisadores se dividem ao tratar da estrutura governamental da Macedônia antiga (KING, 2010, p. 373-375).

Sabe-se que Alexandre manteve estruturas administrativas pré-existentes tanto no império persa quanto no Egito e que tentou incorporar a elite local a algumas das instituições macedônicas¹⁴, ou seja, houve certamente a acomodação do império, de características inéditas, às tradições locais. Além disso, entende-se que a volatilidade na definição sucessória ao longo de todo o período helenístico tem como causas o sistema de alianças matrimoniais entre as grandes dinastias helenísticas, o fato desse tipo de governo ser militarizado e expansionista, e o caráter carismático do *basileus*; de qualquer forma, tanto essas características quanto a volatilidade na sucessão dinástica são típicas da cultura política do período helenístico.

A questão da sucessão, todavia, é absolutamente fundamental. Em 323 na Babilônia foi a primeira vez em que o império híbrido e sem precedentes de Alexandre precisou encontrar um sucessor. A primeira tentativa foi de manter o poder na dinastia árgeada e, assim, Filipe Arrideu (meio irmão de Alexandre) e Alexandre IV foram escolhidos como os novos *basilei*. Depois do estabelecimento das monarquias pelos diádocos, sua sucessão representou a garantia da continuidade de suas dinastias.

Como será analisado no terceiro capítulo, os sucessores de Alexandre contaram sobretudo com a instituição dos *philoí* no exercício do poder. Eles não formavam apenas seu conselho, eram homens – generais, artistas, escritores, historiadores, filósofos – que serviam, também, como reserva de talento para quaisquer cargos para os quais o *basileus* os designasse. Eles poderiam ser designados para cargos de oficiais militares, governantes de províncias, altos sacerdotes, embaixadores e pouca ou nenhuma especialização era exigida (WALBANK, 1984, p. 69-70). Por meio dessa instituição, tradicionalmente, o rei era aconselhado, tomava decisões, acumulava capital simbólico e redistribuía poder e recursos. Além disso, uma série de comportamentos que deveria ser observada no exercício de todas as funções dentro da corte helenística pode ser interpretada como instâncias racionais da cultura política helenística.

Quanto a autoridade tradicional, Weber entende que “[...] legitimidade é reivindicada e nela acreditamos por virtude da santidade de um conjunto de regras seculares [...]” (WEBER, 1978, p. 226). O líder é escolhido de acordo com regras tradicionais e é obedecido por seu status tradicional. Como visto anteriormente, podemos entender a ascensão de Alexandre ao trono macedônico como seguindo parâmetros

¹⁴ Nos referimos aqui às Bodas de Susa e à tentativa de incorporação de jovens orientais às fileiras de seu exército.

tradicionais de sucessão, ainda que não haja um sistema bem estabelecido de regras sistematizadas para tanto.

Para o estabelecimento das monarquias helenísticas, entretanto, o argumento tradicional é inaplicável. De acordo com o trecho da *Suda* supracitado, o apelo tradicional do poder de Alexandre IV e Filipe Arrideu não foi o suficiente para garanti-los no poder, o que ocorreu foi a manutenção da dinastia árgeada pelos diádocos como demonstração de lealdade a Alexandre, ou seja, uma estratégia de legitimação do próprio poder carismático. Ainda assim, a sucessão por hereditariedade é o aspecto mais presente da dominação tradicional no período helenístico, justamente por ser uma forma de sucessão comumente associada a governos monárquicos. Além disso, foi necessário adotar atributos racionais-legais ou tradicionais para garantir a estabilidade pela associação do novo governante a tradições monárquicas pré-existentes (GEHRKE, 2007, p. 87).

Diferentemente da dominação legal, há um certo nível de personalização do poder tradicional; os laços entre o rei e o corpo administrativo são, aqui, baseados em relações de lealdade pessoal ao invés de laços de obrigação ordenados por uma noção de dever que emana de um código impessoal. O líder tradicional tem suas ações legitimadas em duas esferas distintas, a primeira, vincula as ordens emitidas a tradições que validam e determinam as ações do líder; a segunda, na verdade, refere-se ao poder discricionário do líder que é orientado apenas por noções éticas de senso comum. Nessa segunda esfera, o exercício do poder pela consideração de quão longe o líder carismático pode ir tendo em vista a obediência tradicional dos súditos sem provocar resistência (WEBER, 1978, p. 227). O próprio Alexandre encontrou resistência de suas tropas ao tentar impor algumas medidas como as bodas de Susa, a inserção de jovens iranianos nas fileiras das tropas macedônicas o que resultou em algumas sublevações das tropas e culminou, pode-se dizer, na recusa destas em prosseguirem com a campanha a Oeste além do rio Hífaso.

Além disso, os laços baseados em lealdade pessoal também podem ser identificados nas instituições da corte helenística como os *hetairoi*, sobretudo para o período de Alexandre, e os *philoí*, mais específicos das cortes dos diádocos e epígonos. Esse traço, todavia, também está presente nos governos baseados em dominação carismática.

O que entendemos, portanto, é que vários traços da dominação tradicional também podem ser identificados no período helenístico sobretudo por terem sido enfatizados na associação entre os novos líderes e as estruturas monárquicas tradicionais já estabelecidas, especificamente na Ásia Menor e Egito. No estabelecimento das novas

dinastias também houve tendências de tradicionalização de novos paradigmas estabelecidos pelos diádocos.

Por fim, chegamos à dominação carismática, e é necessário ressaltar uma diferença fundamental entre Weber e a historiografia moderna a respeito de características essenciais à dominação carismática, seu caráter de excepcionalidade. Weber a entende como um tipo de dominação extraordinário e que, portanto, é próprio de situações de exceção – pode, até mesmo, ser caracterizado como uma força revolucionária e, diferentemente das duas formas anteriores, não se dá de forma cotidiana. O termo “carisma” é entendido no contexto weberiano como uma qualidade que, quando aplicada a um certo indivíduo, confere a este, características extraordinárias, e pode ser dotada, até mesmo, de poderes sobrenaturais e não é, portanto, transferível. Para Gehrke, por outro lado, a legitimação pela prova do carisma do líder é uma estratégia de legitimação utilizada por todo o período helenístico mesmo após a estabilização do poder das dinastias mais duradouras (2007, p. 76-77, 85-87).

Assim, o ponto mais importante para o entendimento da dominação carismática é a noção de que a fonte do carisma é o reconhecimento por parte dos indivíduos sujeitos à esfera de ação do poder de sua existência e legitimidade. Assim, o líder carismático é, em certa medida, construído por seus seguidores mediante um conjunto de provas da excepcionalidade do indivíduo, fornecido pelo mesmo. “[O líder carismático ganha e retém sua autoridade]... unicamente por provar seus poderes na prática. Ele deve produzir milagres [...]” (*Er muß Wunder tun*) (WEBER, 1978, p. 1114-1115) Alexandre provou sua excepcionalidade ao tornar-se o *hégemon* dos gregos e lograr sucesso ao assumir a tarefa de derrotar os persas.

O líder carismático deve, portanto, provar seu caráter extraordinário, o que se dá no período helenístico, sobretudo, em contexto militar. Temos aqui os exemplos de Antígono e Demétrio e de Ptolomeu como casos nos quais o título de *basileus* foi reivindicado logo após uma grande vitória militar¹⁵. Por outro lado, “se prova e sucesso eludirem o líder por muito tempo [...] é provável que a autoridade carismática desapareça.” (WEBER, 1978, p. 242), isso pode ocorrer de diferentes maneiras, dentre as quais há sucessivas derrotas militares ou a incapacidade de prover os benefícios esperados pelos súditos, que são os dois tipos de evasão do carisma mais comuns para o período. Há um caso emblemático para este tipo de evento: o assassinato de Pérdicas, regente real, por

¹⁵D.S., 20.53.2

seus próprios generais após uma sucessão de decisões estratégicas falhas que causaram a morte de parte de suas tropas durante o combate contra Ptolomeu e a travessia do rio Nilo (Arr., *Fr.*, 156 F9.28-29; D.S., 18.36.1).

Devemos ressaltar, ainda, que, assim como na dominação tradicional, a equipe administrativa desse tipo de dominação mantém um laço emocional de lealdade com o líder carismático e formam, assim, uma espécie de comunidade em torno do centro do poder. Podemos identificar essa comunidade nas instituições da corte helenística (já mencionadas: *hetairoi*, *philoï*, *somatophylakes*); entendendo corte como o meio social imediato do rei composto pelos cortesãos ao seu redor, as instalações físicas que compõem o palácio real fixo e transitório¹⁶ e a ampla matriz de relações políticas e econômicas que convergem no *oikos*¹⁷ real. Essas relações pessoais que se estabelecem em torno da figura do rei formam as redes de benefício sobre as quais o poder real se estrutura (BINGEN, 2007, p.15-16; STROOTMAN, 2007, p.7).

Nesse ponto, retomamos a definição de *basileia* da *Suda* que rejeita a tradição e a racionalidade legal como formas de ascensão ao poder e, inversamente, coloca a habilidade político-militar como chave para a consolidação da posição do *basileus*. Ora, claro que a importância dada a habilidades político-militares é consequência do contexto político-cultural do mundo antigo e, como tal, aspecto tradicional. O que se entende do verbete e do contexto histórico do mundo helenístico é que o apelo mais consistente na legitimação dos reis helenísticos não é o tradicional, ainda que façam uso deste tipo de discurso. O verbete bem como o vocabulário do poder presente nas fontes são reflexos de uma cultura política que privilegia sem sombra de dúvidas a temática militar e descreve seus líderes carismáticos como sendo sobre-humanos em termos militares, seja em vitórias em batalhas decisivas, anexações ou simplesmente a sagacidade em lidar seus homens.

“Primeiramente, e acima de tudo, [...] o rei é representado como vitorioso” (WALBANK, 1984, p. 81), esse tipo de representação é observável nas fontes não só para o período dos diádocos, mas também para os epígonos. Para o caso dos epígonos isso é extremamente interessante uma vez que, inicialmente, as asserções do caráter vitorioso

¹⁶ A corte não se confina ao palácio real da capital escolhida, no caso egípcio temos Alexandria como exemplo, mas em casos em que o rei e suas tropas se encontravam em trânsito, a corte os acompanhava.

¹⁷ Opta-se pelo termo grego *oikos* por suas traduções para o português serem muito defasadas em relação ao conteúdo expressado. Os termos “casa”, “residência”, “ambiente familiar” não compreendem o significado que poderia ser compreendido por *household*, por exemplo; isto é, de tudo aquilo que compõe o locus familiar, ou real nesse caso, desde as estruturas físicas às pessoas que ali habitam.

do *basileus* serviam como demonstração de sua excepcionalidade. O mesmo padrão de representação do basileus como vitorioso é identificável nas fontes para representar os diádocos, isso demonstra que não só um sistema de sucessão dinástica hereditária havia sido bem estabelecido como que nesse processo de rotinização do carisma, a prova e sucesso inerente à dominação carismática manteve-se (GEHRKE, 2007. p. 86-88).

Entende-se que “(...)devemos concentrar nosso olhar no ponto decisivo, que é a questão do caráter específico das relações sociais e políticas entre o rei e seus súditos, entre o governante e os governados” (GEHRKE, 2013, p. 74) e sem dúvida que os basileis helenísticos deveriam se apresentar como líderes militares capazes de alcançar a vitória. Contudo, definir seu carisma estritamente em termos militares é ignorar uma realidade muito mais complexa expressa pelas fontes literárias e considerar o grupo social dos governados como homogêneo e dependente unicamente da vitória militar para serem engajados no discurso de legitimação monárquica.

Concluimos, por meio desta pesquisa, que o processo de legitimação deve ser entendido como um processo comunicativo, isto é, tem-se um emissor, uma mensagem e um receptor. Para que a comunicação seja efetiva, a mensagem deve ser transmitida em uma linguagem compreensível ao receptor. Na esfera da legitimação do poder, o diálogo entre governante e governados deve ser adaptado a cada audiência de forma se estabelecer uma comunicação efetiva, isto é, capaz de engajar a audiência no processo de legitimação do poder. Para que isso seja possível, o basileus utiliza vocabulários políticos pre-existentes e, portanto, familiares e compreensíveis para sua audiência. O que se defende aqui é que o reconhecimento do *basileus* como indivíduo excepcional e apto a governar (carismático) é precisamente sua habilidade de adaptar a ideologia monárquica ao vocabulário político (tradicional) de suas audiências.

Nesse sentido, a vitória militar é, de fato, o argumento mais decisivo no processo de legitimação quando se refere à audiência militar, isto é, as tropas compostas por soldados de origem majoritariamente grega e macedônica. Sobretudo pelo fato de que esses soldados, inseridos em uma lógica cultural helênica, se associavam a generais em função de sua capacidade de garantir vitórias, traduzidas em riquezas e acesso a amenidades necessárias à vida à época. Mas é, também, um argumento importante diante da audiência grega de modo amplo.

O princípio da *doriktētos chōra* como fundamento da prova e sucesso.

“Esse foi o resultado final da expedição de Antíoco para o interior [...] Em uma palavra, ele colocou o seu reino em uma posição segura, intimidando todos aqueles sujeitos a ele por sua coragem e diligência. Foi essa expedição, de fato, que o fez parecer merecedor de seu trono não só para os habitantes da Ásia, mas para todos os da Europa também.” (Plb., 11.34.14-16)¹⁸.

O relato supracitado refere-se à expedição de Antíoco III para recuperar a região do Queroneso e as cidades na Trácia. O que chama atenção, todavia, é a utilização dessa expedição triunfante como justificção para a detenção da posição de poder por Antíoco. Se recuperarmos o argumento weberiano de que o líder deveria ser capaz de produzir milagres, nesse caso, a habilidade de produzir vitórias militares foi o que o fez parecer *axios*, ou merecedor, de sua *basileia*. O território conquistado pela lança era importante por ser prova concreta de vitória que, por sua vez, é um dos atributos principais da realeza helenística pelo fato de ser uma prova demonstrável de mérito e reivindicação incontroversa da lealdade das tropas e dos *philoí* (WALBANK, 1984, p. 66).

Encontramos relatos similares para o período dos diádocos:

- i. “Quanto ao Egito, Ptolomeu, após se livrar inesperadamente de Pérdicas e das forças reais, controlava o Egito como conquistado pela lança” (D.S., 18.43.1)¹⁹;
- ii. “Em seguida, ele distribuiu novamente as províncias. Para Ptolomeu ele atribuiu o que lhe pertencia, uma vez que era impossível desalojá-lo, já que ele parecia controlar o Egito por virtude de sua própria destreza como se fosse um prêmio de guerra.” (D.S., 18.39.5)²⁰.

Em ambos os relatos, Ptolomeu ainda não havia se autoproclamado *basileús*. Na verdade, ambos se referem ao momento após a invasão de Pérdicas ao Egito (c.321) e, nessa ocasião, ele ocupava a posição de sátrapa. O que chama a atenção em ambos os excertos é a utilização do termo *δορίκτητον* (*doríktēton*) que significa, literalmente,

¹⁸ No texto grego: τὸ μὲν οὖν πέρας τῆς εἰς τοὺς ἄνω [...] δι' ἧς οὐ μόνον τοὺς ἄνω σατράπας ὑπηκόους ἐποιήσατο τῆς ἰδίας ἀρχῆς, ἀλλὰ καὶ τὰς ἐπιθαλαττίους πόλεις καὶ τοὺς ἐπὶ τὰδε τοῦ Ταύρου δυνάστας, καὶ συλλήβδην ἠσφαλίσατο τὴν βασιλείαν, καταπληξάμενος τῇ τόλμῃ καὶ φιλοπονίᾳ πάντας τοὺς ὑποταττομένους· διὰ γὰρ ταύτης τῆς στρατείας ἄξιός ἐφάνη τῆς βασιλείας οὐ μόνον τοῖς κατὰ τὴν Ἀσίαν, ἀλλὰ καὶ τοῖς κατὰ τὴν Εὐρώπην.

¹⁹ No texto grego: Κατὰ δὲ τὴν Αἴγυπτον Πτολεμαῖος παραδόξως ἀποτετριμμένος τὸν τε Περδίκκαν καὶ τὰς βασιλικὰς δυνάμεις τὴν μὲν Αἴγυπτον ὥσανεῖ τινα βασιλείαν δορίκτητον εἶχεν.

²⁰ No texto grego: μετὰ δὲ ταῦτα τὰς σατραπείας ἐξ ἀρχῆς ἐμερίσατο καὶ Πτολεμαίῳ μὲν τὴν προϋπάρχουσαν προσώρισεν· ἀδύνατον γὰρ ἦν τοῦτον μεταθεῖναι διὰ τὸ δοκεῖν τὴν Αἴγυπτον διὰ τῆς ἰδίας ἀνδρείας εἶναι οἰοῦναι δορίκτητον.

conquistado pela lança²¹. Se recorrermos novamente à *Suda*, temos a seguinte entrada: “Δορίκτητος πλοῦτος: ὁ ἀπὸ πολέμου. ”, ou “riquezas conquistadas pela lança: de²² guerra”.

A primeira vez que identificamos o termo em fontes escritas a respeito do período helenístico ocorre em Diodoro ao narrar um emblemático momento da campanha de Alexandre:

- iii. “Ele, pessoalmente, navegou com sessenta navios de guerra para a Tróade, onde lançou sua lança do barco e a fincou no solo e, então, saltou para o solo ele mesmo, o primeiro dos macedônios, simbolizando que havia recebido a Ásia dos deuses como conquistada pela lança. ” (D.S., 17.17.2)²³.

Há um tipo específico de representação visual de Alexandre portando uma *doru*, uma lança, o símbolo básico de proeza e autoridade no mundo grego (STEWART, 1993, p 162). Essa imagem foi emulada por seus sucessores bem como a afirmação de posse legítima de um território como conquistado pela força das armas.

Ainda temos outras cinco ocorrências do termo em Diodoro além das três supracitadas, sendo três delas referentes à história dos sucessores de Alexandre e envolvendo diretamente seus diádocos:

- iv. “[...] não havendo mais ninguém para herdar o reino, cada um daqueles que haviam governado reinos ou cidades alimentaram esperanças de deter o poder real e mantiveram o território que havia sido colocado sob sua autoridade como se fosse um reino conquistado pela lança. ” (D.S., 19.105.4)²⁴;
- v. “[...] e ele próprio, tendo vencido a segunda contenda pelo Egito e estando convencido de que a terra era sua como conquistada pela lança, retornou a Alexandria. ” (D.S., 20.76.7)²⁵;

²¹ Δορίκτητος, -ον: ganho, ou conquistado, pela lança de acordo com o Liddell Scott Jones.

²² A utilização da preposição ἀπὸ + genitivo pode significar simplesmente origem ou causa, contudo, nesse caso específico podemos entendê-lo como fonte a partir de qual se sustenta, por exemplo, poder em analogia a ocorrências parecidas dessa estrutura em Heródoto.

²³ No texto grego: Αὐτὸς δὲ μακρὰς ναυσὶν ἐξήκοντα καταπλεύσας πρὸς τὴν Τρωάδα χώραν πρῶτος τῶν Μακεδόνων ἀπὸ τῆς νεῶς ἠκόντισε μὲν τὸ δόρυ, πήξας δ' εἰς τὴν γῆν καὶ αὐτὸς ἀπὸ τῆς νεῶς ἀφαλλόμενος παρὰ τῶν θεῶν ἀπεφαίνετο τὴν Ἀσίαν δέχεσθαι δορίκτητον.

²⁴ No texto grego: οὐκέτι γὰρ ὄντος οὐδενὸς τοῦ διαδεχομένου τὴν ἀρχὴν τὸ λοιπὸν ἕκαστος τῶν κρατούντων ἔθνων ἢ πόλεων βασιλικὰς εἶχεν ἐλπίδας καὶ τὴν ὑφ' ἑαυτὸν τεταγμένην χώραν εἶχεν ὡσανεὶ τινα βασιλείαν δορίκτητον.

²⁵ No texto grego: αὐτὸς δὲ τὸ δεύτερον ἠγωνισμένος ὑπὲρ τῆς Αἰγύπτου καὶ νομίσας δορίκτητον ἔχειν τὴν χώραν ἐπανῆλθεν εἰς τὴν Ἀλεξάνδρειαν.

- vi. “[...] enquanto os siciliotas desejavam não só [...], mas também mostrar-se, na arena grega, como mais fortes que os macedônios, que haviam conquistado a Ásia e a Europa pela lança. ” (D.S., 21.2.2)²⁶.

O que se pretende demonstrar com esses excertos é que o emprego do termo nas fontes do período helenístico para referir-se à legitimidade da posse de um território é mais do que meramente incidental; ele é, na verdade, a verbalização de uma cultura política essencialmente militar. E, além disso, entende-se a conquista militar como fonte primária para o princípio de legitimação da *basileia* como única forma de governo autocrático legítimo no imaginário helênico (GEHRKE, 2013, p. 78).

Não é coincidência, novamente, que um dos mais relevantes pontos de inflexão da história dos sucessores de Alexandre se deu após uma vitória militar contundente. Referimo-nos aqui à batalha de Salamina entre Demétrio e a frota ptolomaica pelo controle da região, da qual o lágida recuou após uma derrota desmoralizante. Após esta vitória, Antígono e Demétrio assumiram o título e a indumentária real (c. 307). Para este evento, temos dois relatos de extrema relevância. Diodoro nos diz o seguinte:

“E quando Antígono soube da vitória que havia sido conquistada, eufórico pela magnitude de sua boa fortuna, ele assumiu o diadema e a partir daquele momento assumiu o estilo real; e ele permitiu que Demétrio também assumisse o mesmo título e honra. ” (D.S., 20.53.2)²⁷.

Diodoro não entra em detalhes acerca das condições em que houve essa autoprocamação, o que temos dele se limita a este trecho. O relato de Plutarco, por outro lado, é bastante extenso e é, segundo Gehrke (2013, p.77), o mais preciso para analisar a reivindicação do título real.

Quando ele próprio [Aristodemo de Mileto] entrou no pequeno bote, aportou sozinho, e prosseguiu sozinho, Antígono, que esperava ansiosamente notícias da batalha [...] E agora ao ouvir que Aristodemo, de fato, vinha, ele ficou mais ansioso do que antes e com dificuldade de se manter no interior, enviou servos e amigos um após o outro para saber de Aristodemo o que havia ocorrido. Aristodemo, entretanto, não respondia a ninguém, mas dava um passo após o outro e, com uma expressão solene, aproximou-se de Antígono em silêncio e este, profundamente assustado e não mais capaz de se conter, foi até a porta receber Aristodemo, que agora era escoltado por uma grande multidão que se apressava até o palácio. Quando ele alcançou [o palácio] ele ergueu sua mão e proclamou: “Ave, rei Antígono, nós derrotamos Ptolomeu em uma batalha marítima e, agora, controlamos Chipre com doze mil e oitocentos soldados como prisioneiros de guerra. ” [...] A isso, a multidão pela primeira vez saudou Antígono e Demétrio como reis. Antígono, em

²⁶ No texto grego: οἱ δὲ Σικελιώται βουλόμενοι μὴ μόνον [...] δοκεῖν, ἀλλὰ καὶ περὶ τὴν Ἑλλάδα θεωρηθῆναι κρείττους ὄντες Μακεδόνων τῶν τὴν Ἀσίαν καὶ τὴν Εὐρώπην πεπονημένων δορικτητων.

²⁷ No texto grego: Ὁ δ' Ἀντίγονος πυθόμενος τὴν γεγεννημένην νίκην καὶ μετεωρισθεὶς ἐπὶ τῷ μεγέθει τοῦ προτερήματος διάδημα περιέθετο καὶ τὸ λοιπὸν ἐχρημάτιζε βασιλεύς, συγχωρήσας καὶ τῷ Δημητρίῳ τῆς αὐτῆς τυγχάνειν προσηγορίας καὶ τιμῆς.

conformidade, foi imediatamente coroado por seus amigos e Demétrio recebeu um diadema de seu pai com uma letra na qual ele era tratado como rei (Plu. *Demet.*, 17-18)²⁸.

Para Gruen, esse evento foi planejado e não, de fato, um reconhecimento espontâneo da natureza real e carismática de Antígono pela vitória de seu filho; para ele o tom excessivamente dramático da caminhada silenciosa de Aristodemo e a ansiedade de Antígono são indícios dessa encenação (1986, p. 255). Além disso, alguma proclamação do tipo era, de certa forma, esperada desde o assassinato de Alexandre IV e Roxana. A situação, todavia, era delicada, nenhuma articulação política para a reivindicação de um título real poderia ignorar a autoridade latente da dinastia argéada, usurpar o cargo real seria uma negação de toda a propaganda de lealdade a Alexandre e continuidade de seus feitos empregada pelos diádocos e isto seria nocivo para a sua credibilidade (GRUEN, 1986, p. 254).

O que importa aqui, entretanto, vai além da interpretação da espontaneidade do evento, e, também, do meio de legitimação imediato desta encenação que poderia ter se dado por meio da aclamação pelas tropas ou coroação pelos *philoí*; o episódio é inteiramente marcado por medidas particulares e não governado por práticas padrão ou dependentes de teoria constitucional. Ora, analisar este evento pela ótica legal ou tradicional é ignorar que Demétrio, por outro lado, simplesmente recebeu o diadema e a asserção do título foi dada a ele por meio de uma carta de seu pai (GRUEN, 1986, p. 256-7).

Portanto, a conclusão fundamental a ser extraída dessas fontes é que ocorria uma instauração de uma instituição governamental sem precedentes. Não era, como a historiografia clássica apresentava, uma afirmação de igualdade perante as conquistas de Alexandre e uma declaração de superioridade incontestável em relação aos outros diádocos²⁹ A inauguração, de fato, da *basileia* helenística como a entendemos pode ser simbolicamente representada pela autoproclamação de Antígono e Demétrio.

²⁸ No texto grego: προσέχειν μὲν οὐκ εἶασε τῇ γῆ τὸ πλοῖον, ἀγκύρας δ' ἀφεῖναι κελεύσας καὶ κατὰ ναῦν ἔχειν ἀτρέμα πάντας, αὐτὸς ἐμβὰς εἰς τὸ ἐφόλκιον ἐξῆλθε μόνος καὶ πρὸς τὸν Ἀντίγονον ἀνέβαινε, μετέωρον ὄντα τῇ προσδοκίᾳ τῆς μάχης [...] τότε γε μὴν ἀκούσας ἐκεῖνον ἤκειν, ἔτι μᾶλλον ἢ πρότερον ἔσχε ταραχωδῶς, καὶ μόλις μὲν αὐτὸν οἴκοι κατεῖχεν, ἄλλους δ' ἐπ' ἄλλοις ἔπεμπεν ὑπὲρ τὰς καὶ φίλους πεισομένους τοῦ Ἀριστοδήμου περὶ τῶν γεγενημένων. ἀποκρινάμενος δὲ μηδὲν αὐτοῦ μηδενί, βάρην δὲ καὶ συνεστῶτι τῷ προσώπῳ μετὰ πολλῆς σιωπῆς προσίόντος, ἐκπλαγείς κομιδῇ καὶ μηκέτι καρτερῶν ὁ Ἀντίγονος ἐπὶ τὰς θύρας ἀπήντησε, πολλοῦ παραπέμποντος ἤδη τὸν Ἀριστόδημον ὄχλου καὶ συντρέχοντος ἐπὶ τὸ βασιλεῖον. ὡς οὖν ἐγγύς ἦλθεν, ἐκτείνας τὴν δεξιὰν ἀνεβόησε μεγάλη τῇ φωνῇ· “χαῖρε βασιλεῦ Ἀντίγονε, νικῶμεν [βασιλέα] Πτολεμαίων ναυμαχία, καὶ Κύπρον ἔχομεν καὶ στρατιώτας αἰχμαλώτους μυρίους ἑξακισχιλίου ὀκτακοσίου.” [...] Ἐκ τούτου πρῶτον ἀνεφώνησε τὸ πλῆθος Ἀντίγονον καὶ Δημήτριον βασιλέας. Ἀντίγονον μὲν οὖν εὐθύς ἀνέδησαν οἱ φίλοι, Δημητρίῳ δ' ὁ πατήρ ἔπεμψε διάδημα καὶ γράφων ἐπιστολὴν βασιλέα προσεῖπεν.

²⁹ “Um consenso prevalece nesse assunto. Antígono, afirma-se, concebeu a natureza de sua realeza de uma maneira muito diferente de seus rivais. Seu domínio seria “co-extensivo” ao império de Alexandre, uma

E as características principais dessa monarquia que podem ser inferidas da proclamação são seu caráter essencialmente personalizado e carismático, notável no fato de que uma vitória extraordinária por si só bastou como justificção de poder. Há outro ponto fundamental a ser ressaltado, qual seja, “Antígono criou uma nova dinastia – explícita e abertamente” (GRUEN, 1986, p. 256), muito se diz sobre o processo de rotinização do carisma entre os diádocos e os epígonos e a tendência de, para a primeira geração de sucessores, instaurar períodos de co-regência para garantir a legitimidade da escolha de um herdeiro.

Se retomarmos Weber e a noção de que a dominação carismática é exercida em períodos de exceção e não dispõe da longevidade presentes nas dominações tradicionais e legais³⁰, temos que “o problema mais fundamental é fazer a transição entre um corpo administrativo carismático e os princípios de administração correspondentes a um corpo adaptado a condições diárias” (WEBER, 1978, p. 253). Essa discussão se refere ao processo de rotinização do carisma, no qual ocorre a “transmissão” do carisma pela tradicionalização ou racionalização dos meios de sucessão.

O que ocorre no caso helenístico é que os traços específicos desse novo tipo de governo não são próprios somente de sua emergência, mas são identificáveis durante um período considerável, sobretudo os elementos carismáticos da *basileia*. De fato, a tradicionalização pela transferência hereditária do poder ocorre como forma de rotinização do carisma. Todavia, como destaca Gehrke (2013, p. 85-87), os princípios tradicionais e carismáticos de legitimação entram em conflito em mais de uma ocasião no período helenístico, como, por exemplo, após a morte de Seleuco III (c. 223), a disputa entre seu sucessor legítimo por *katà phýsin* (κατὰ φύσιν, ou nascença/descendência)³¹ e Acaios, o governante selêucida da Ásia Menor, que seria o líder carismático por direito de conquista (Plb. 4.48.9). Esse conflito revela que, apesar da importância e legitimidade inegável do rei por *katà phýsin*, o líder puramente carismático é capaz de desafiar a autoridade do sucessor hereditário frente às tropas. Portanto, a descendência não é um

monarquia universal que não permitiria desafiantes. [...] por contraste, os outros diádocos tinham uma noção mais moderna de monarquia. Eles estavam satisfeitos com porções do que anteriormente havia sido domínio de Alexandre.” (GRUEN, 1986, p. 253) cf. WALBANK, 2008, p. 63; WILL, 2008, pp.57-58.

³⁰ “Carisma é um fenômeno típico de movimentos proféticos ou de movimentos políticos de expansão em seus estágios iniciais. Mas assim que a dominação é bem estabelecida, e acima de tudo, assim que o controle sobre grandes massas populacionais existir, [o carisma] dá lugar às forças da rotina diária.” (Weber, 1978, p. 252)

³¹ “Nem a descendência, nem a justiça[...]” (οὔτε φύσις οὔτε τὸ δίκαιον) (SUDA, s.v. Basileia (2)). “[...] contra seu rei original e natural.” (ἐπὶ τὸν κατὰ φύσιν αὐτῶν ἐξ ἀρχῆς ὑπάρχοντα βασιλέα.) (Políbio, V.57.6)

princípio de legitimação suficiente sem sua associação à prova e sucesso de um líder carismático (GEHRKE, 2013, p. 86-87).

Deparamo-nos, então, com a essência da legitimação de sucessão da *basileia*, entendendo o carisma como parte estrutural do sistema monárquico por toda sua vigência. Para tanto, devemos voltar novamente às fontes:

- i. “Então ele convocou seu exército, que talvez estivesse finalmente suspeitando de algo, e contou aos homens suas façanhas e lembrou a extensão de seu império, mostrando que ele havia ultrapassado o tamanho dos impérios dos demais Sucessores de Alexandre, e dizendo que, agora com idade avançada, era-lhe difícil governar o Império por causa de sua extensão. “Eu desejo”, disse aos homens, “dividi-lo, levando em conta os seus interesses, e cedendo agora uma parte dele aos que me são mais queridos. É oportuno que todos vocês, que avançaram rumo à construção de império tão vasto sob meu comando desde o tempo de Alexandre, colaborem comigo em tudo. Os mais queridos e aptos a reinar são meu filho adulto e minha mulher. E como eles são jovens, eu rogo para que logo possam ter filhos que os ajudem a guardar o Império. Eu os uno em matrimônio em sua presença e os envio neste momento como soberanos das províncias altas. A lei que imponho a vocês não são os costumes dos persas e de outros povos, mas **a lei comum**, a que emana do rei com **justiça**. ” Assim que disse isto, o exército aclamou-o como o maior dos reis dentre os Sucessores de Alexandre e como o melhor dos pais. ” (App., Syr., 320.1)³²;
- ii. “A essência dos apelos de ambos era muito similar. Pois nenhum dos reis podia citar nenhuma conquista própria gloriosa e amplamente reconhecida, então lembrando às tropas os feitos gloriosos de seus

³² No texto grego: ὡς δ' ἔπεισε, τὴν στρατιὰν συναγαγὼν, αἰσθομένην ἴσως ἤδη τι τούτων, κατελογίζετο μὲν αὐτοῖς τὰ ἔργα τὰ ἑαυτοῦ καὶ τὴν ἀρχὴν ὅτι δὴ μάλιστα τῶν Ἀλεξάνδρου διαδόχων ἐπὶ μήκιστον προαγάγοι· διὸ καὶ γηρῶντι ἤδη δυσκράτητον εἶναι διὰ τὸ μέγεθος. “ἔθέλω δέ”, ἔφη, “διελεῖν τὸ μέγεθος ἐς τὴν ὑμετέραν τοῦ μέλλοντος ἀμεριμνίαν καὶ τὸ μέρος ἤδη δοῦναι τοῖς ἑμοῖς φιλτάτοις. δίκαιοι δ' ἐστέ μοι πάντες ἐς πάντα συνεργεῖν, οἱ ἐς τοσοῦτον ἀρχῆς καὶ δυνάμεως ἠύξηθητε ὑπ' ἑμοῦ μετὰ Ἀλέξανδρον. φίλτατοι δ' εἰσὶ μοι καὶ ἀρχῆς ἄξιοι τῶν τε παίδων ὁ τέλειος ἤδη καὶ ἡ γυνή. ἤδη δ' αὐτοῖς καὶ παῖδες ὡς νέοις γένοιντο ταχέως, καὶ πλέονες φύλακες ὑμῖν τῆς ἡγεμονίας εἶεν. ἀρμόζω σφίσιν ἀλλήλους ἐφ' ὑμῶν καὶ πέμπω βασιλέας εἶναι τῶν ἔθνων ἤδη τῶν ἄνω. καὶ οὐ Περσῶν ὑμῖν ἔθνη καὶ ἑτέρων ἔθνων μᾶλλον ἢ τόνδε τὸν κοινὸν ἅπασιν ἐπιθήσω νόμον, ἀεὶ δίκαιον εἶναι τὸ πρὸς βασιλέως ὀριζόμενον.” ὁ μὲν δὲ οὕτως εἶπεν, ἡ στρατιὰ δὲ ὡς βασιλέα τε τῶν ἐπὶ Ἀλεξάνδρω μέγιστον καὶ πατέρα ἄριστον εὐφῆμει.

ancestrais, eles tentaram inspirá-los com espírito e coragem. [...] ” (Pib., 5.83.4-6)³³.

O primeiro trecho destacado narra a designação de Antíoco como sucessor legítimo de Seleuco por meio do compartilhamento do poder (c. 292) seguindo um discurso de reafirmação das conquistas militares realizadas pelo líder carismático e associando-as diretamente ao seu sucessor (MODANEZ, 2014, p. 188-189). O segundo trecho, de um momento posterior, vai ao encontro ao tipo de afirmação de legitimidade encontrado no primeiro, nele temos os momentos que antecederam à Batalha de Gaza entre Ptolomeu IV e Antíoco III (217); neste momento ambos os monarcas haviam ascendido há pouco ao trono e sustentaram-se nos feitos de seus antepassados.

As principais formas de rotinização do carisma apresentadas por Weber e que são identificáveis no período helenístico, são a designação de um sucessor, não necessariamente ligado por sangue, e a sucessão pela transmissão hereditária do carisma (1978, p.247-248). Mas a concepção de carisma hereditário apresentada por ele parte do pressuposto de que a posição de poder foi estabilizada por um processo de racionalização ou tradicionalização, enquanto percebemos no período helenístico que a dominação carismática faz parte da estrutura da *basileia*, e sua transmissão hereditária ocorre em termos diferentes dos apresentados pela teoria weberiana.

Ambos os discursos destacados anteriormente agem como apelo à garantia de legitimidade pela natureza hereditária do carisma. A legitimação por descendência não se garante pela qualidade sobrenatural do sangue, apesar da *phýsis* ser um aspecto monárquico fundamental, mas, sim, pelo carisma herdado que, de fato, consagra os descendentes de um *basileus* (GEHRKE, 2013, p. 87) aliado aos eventos de prova e sucesso, como a *doriktētos chōra*. Claro que, em certa medida, é necessário que haja elementos de tradicionalização e legalização de instituições e estruturas de poder para a manutenção estável das dinastias do período.

Não podemos afirmar, contudo, que o período helenístico se traduz unicamente nesses termos. Há um nível mínimo de voluntarismo e crença de que aqueles que ordenam tenham direito de fazê-lo no conceito de dominação de Weber e, além disso, é muito raro e improvável que um líder exerça autoridade simplesmente pelo poder, coagindo pessoas

³³ No texto grego: ἦν δὲ παραπλήσιος ὁ νοῦς τῶν ὑφ' ἑκατέρου παρακαλουμένων. ἴδιον μὲν γὰρ ἔργον ἐπιφανὲς καὶ κατηξιωμένον προφέρεσθαι τοῖς παρακαλουμένοις οὐδέτερος αὐτῶν εἶχε διὰ τὸ προσφάτως παρεληφέναι τὰς ἀρχάς, τῆς δὲ τῶν προγόνων δόξης καὶ τῶν ἐκείνοις πεπραγμένων ἀναμνησκόντες φρόνημα καὶ θάρσος τοῖς φαλαγγίταις ἐπειρῶντο παριστάναί.

a obedecê-lo, sobretudo em um contexto de monarquias universais exercidas sobre grupos étnicos extremamente heterogêneos.

Por isso, devemos entender essa cultura política aparentemente essencialmente militar como uma estrutura mais complexa de relações de autoridade garantidas pelo carisma entre o líder, o *basileus*, e as diferentes audiências com as quais dialoga. Para todas as diferentes audiências há um diálogo estabelecido sobre relações de benefício específicas “[...] poder real seja em sua fase ascendente ou em seu declínio está ligado ao mundo que o cerca por meio de uma rede mais ou menos difusa de obrigações mútuas, que emergem majoritariamente de um consenso ético” (BINGEN, 2007, p. 15-16).

O papel das fontes da representação do poder.

Pode-se dizer que para os historiadores antigos a história era, na verdade, a história da guerra³⁴. Guerras, batalhas, cercos e a queda de cidades não são somente eventos memoráveis, são pontos de referência da memória coletiva e são comumente escolhidos como ponto de inflexão de uma nova era sobretudo por se tratar de uma cultura historiográfica desinteressada em registrar acontecimentos rotineiros, e enfatizar continuidades institucionais (MOMIGLIANO, 1972, p.287; CHANIOTIS, 2005, p. 223). Essas narrativas compartilham algumas características. A historiografia monumental do período helenístico, assim como outras formas contemporâneas de transmissão de conhecimento histórico, revela forte interesse em guerras, sobretudo guerras nas quais as *poleis* opuseram-se a representantes de uma cultura diferente (troianos, persas, trácios, gálatas). Consequentemente, suas vitórias não significavam somente sucesso frente a um perigo iminente, mas também sublinham a identidade cultural do grupo vitorioso e, às vezes, anunciam o começo de uma nova era. Para Antígono Gonatas, a vitória sobre os gálatas significou o início de seu governo, mas também a introdução do novo rei macedônico no círculo de figuras legendárias ou históricas que salvaram os gregos dos

³⁴ “Escrever sobre história na Grécia Antiga, em grande medida, significa escrever sobre guerras, especialmente sobre guerras de que o próprio historiador participou.” (CHANIOTIS, 2005, p. 217). Para Chaniotis, a comemoração das guerras no período helenístico estava, em grande medida, inserida na esfera de ação individual seja pela narrativa de grandes feitos nos simpósios ou pelo registro historiográfico, motivado por lazer ou por parte do engajamento na vida pública. As audiências cívicas eram providas de informação histórica, vaga, frequentemente imprecisa, e sempre filtrada, por meio de performances orais públicas (inauguração/restauração de monumentos, honras a historiadores, celebração de aniversários, orações em festivais, etc). As formas institucionalizadas de comemoração pública, especialmente os aniversários comemorativos, são de extrema importância para nossa compreensão de como a memória de guerras passadas se tornou parte da memória cultural e coletiva de populações urbanas e contribuiu para a construção de identidades (CHANIOTIS, 2005, p. 221-124).

bárbaros. Os poemas de Arquíloco, que foram extensivamente citados em suas inscrições biográficas, lembravam os pários da guerra contra os trácios durante a colonização de Tasos; eles mantiveram a memória de uma era heróica dos fundadores. As guerras aludidas nas “Crônicas lídias” são, novamente, as que formularam a identidade grega: a Guerra de Tróia, as guerras do período da colonização e as Guerras Médicas (CHANOTIS, 2005, p. 223).

Podemos, ainda, apontar o fato de os autores das principais fontes, sobre o período helenístico, às quais temos acesso terem sido parte do corpo político-militar das campanhas de Alexandre e seus sucessores como motivo principal para a ampla presença do princípio da *doriktētos chōra* nos relatos. A audiência imediata dos feitos extraordinários exaltados em seus discursos eram as tropas. Além disso, os autores das fontes escritas que chegaram até nós se basearam majoritariamente em fontes primárias escritas por indivíduos que participaram de alguma forma da campanha de Alexandre ou de seus sucessores.

Quanto às fontes primárias que temos para o período, Calístenes, por exemplo, foi historiador oficial da campanha de Alexandre e era responsável por propagar a imagem divina do rei. Hierônimo de Cárdia é a principal fonte para Diodoro, livros 18-20, e seguiu carreira militar sob Alexandre, Antígono Demétrio e Antígono Gonatas. Além disso, foi também uma das fontes para as vidas de Eumenes, Demétrio e Pirro, escritas por Plutarco. Temos, ainda, Políbio, a principal fonte para o período helenístico e cuja obra tinha como objetivo explicar como os romanos tornaram-se líderes de todo o ecúmeno em cerca de 50 anos. Ptolomeu e Aristobulo são assumidamente as principais fontes para Arriano e, dessa forma, temos, por um lado, Ptolomeu, um dos principais generais de Alexandre e, por outro lado, Aristobulo, que fazia parte da campanha como engenheiro real (STEWART, 1993, p. 9-21).

O panorama que temos do período helenístico a partir das fontes escritas é, portanto, essencialmente militar pelo fato de serem parte do corpo político-militar que acompanhava Alexandre e os seus sucessores em suas campanhas militares expansionistas. E para esse tipo de audiência as conquistas militares não atuavam apenas como fonte de riquezas e moral de batalha. Com efeito, a demonstração de poderio militar era aspecto central da estratégia de legitimação dos *basilei* por se tratar do meio de coerção com qual se conquistavam territórios e se garantia subjugação ou cooperação dos contingentes populacionais locais que, por sua vez, era o meio de acesso a recursos que

geram, por fim, capital por tributos, rendas, espólios e dá início novamente ao ciclo de guerra e conquista (STROOTMAN, 2007, p. 28-30).

O objetivo desta pesquisa é analisar as bases de legitimação dessa monarquia carismática partindo do conceito de *doriktetos chora*, ou terra conquistada pela lança. A escolha de partir desse conceito se justifica pelo fato de essa temática da conquista militar e da legitimação pela força ser amplamente utilizada pelas fontes e pela historiografia clássica como artifício primordial de legitimação. Como discutido, contudo, não se pode creditar ao controle armado, ou exercício do poder coercitivo por si só das populações nativas do Egito e Ásia Menor, a coesão relativa das monarquias Lágida e Selêucida. Nos capítulos seguintes, serão analisados, respectivamente: a percepção da imagem apresentada pelos *basilei*, ou *doxa*, sobretudo no processo de legitimação Selêucida e Lágida e a associação da imagem dos reis a concepções pré-estabelecidas de monarquias locais; o papel da corte na construção da imagem dos *basilei* como indivíduos extraordinários, ou a corte como palco de representação do poder; e, por fim, a emulação dos feitos de Alexandre, *imitatio Alexandri*, como mecanismo de legitimação por associação à sua imagem, sobretudo por meio da cunhagem de moedas e a adoção de medidas defendidas por Alexandre como o pan-helenismo.

CAPÍTULO 2: O REI FILANTROPO E A LINGUAGEM DE EVERGETISMO

Quando buscamos entender como o governo de uma minoria prevaleceu sobre uma maioria passamos, é claro, pelo questionamento da gênese do governo específico o qual analisamos e, nesse caso, percebe-se que no lugar de uma construção inaugural de um Estado helenístico, houve a incorporação de diversos aspectos governamentais macedônicos, ou helênicos, a sistemas autóctones. Se, de fato, aceitamos a justificativa apresentada pelas fontes escritas de que o poder se legitimava, em termos sociológicos contemporâneos, por meio do domínio dos meios de coerção nos deparamos com alguns fatores que parecem desviar-se do padrão. Como explicar a relação dos reis helenísticos com as *poleis* ou o patrocínio às artes e aspectos culturais da sociedade helenística?

A relação com as cidades gregas não era pautada pela dominação e instalação de postos militares para manutenção da ordem imperial. Na verdade, nota-se desde o período dos diádocos a adoção da postura de concessão de benefícios. Os reis apresentam-se como defensores da liberdade das cidades contra avanços tirânicos de seus oponentes. Além disso, colocam-se como grandes promotores da cultura helênica por meio do patrocínio de artistas e filósofos e pela construção de templos, bibliotecas, arenas e anfiteatros.

A dominação exclusivamente pela força da coerção física não se sustenta nesse contexto e, muito provavelmente, em nenhum outro contexto em sua própria realidade histórica; o que se percebe é que esse tipo de dominação se sustenta sobre uma justificativa extremamente frágil e falha em explicar o porquê da adesão ou submissão de massas a ideologias imperialistas representadas por elites minoritárias e estrangeiras. Defende-se aqui, a priorização da dimensão simbólica das relações de poder como fator motivador dessa adesão à ideologia monárquica. Em última análise, entende-se que os governantes são sustentados pela opinião (*doxa*) compreendida aqui como parte do capital simbólico acumulado por um governante nas relações com suas diversas audiências.

Para que possamos analisar a legitimação do poder sob a ótica do poder simbólico, subscreve-se a concepção de Bourdieu sobre o Estado como produtor de princípios de classificação e estruturas cognitivas e avaliativas empregadas cotidianamente para dar sentido ao mundo (2014, p. 135-137). Esse modelo de análise pode ser benéfico para o entendimento do mundo helenístico sobretudo sobre o aspecto aparentemente contraditório da representação monárquica segundo o vocabulário da conquista pela lança quanto pelo vocabulário da garantia da liberdade e prosperidade das *poleis*.

Há que se fazer um esclarecimento a respeito do fundamento do vocabulário simbólico fornecido pelo Estado helenístico. Sabe-se que as estruturas cognitivas utilizadas para dar sentido à relação entre governante e governados variam de acordo com a audiência e são, também, em grande medida pré-existentes ao objeto deste estudo. Portanto, não é possível que uma realidade culturalmente diversa seja representada historicamente segundo uma única perspectiva, seja essa helênica ou oriental. Dessa forma, o estudo da construção de ideologias de representação monárquica operadas em função de sua audiência será apresentado a partir de perspectivas culturais. Analisaremos as referências político-culturais a respeito de governos monárquicos entre gregos e macedônios; em seguida, buscaremos compreender as manifestações da *doxa* nas fontes escritas bem como a disseminação da representação monárquica segundo o tipo ideal do bom rei.

A monarquia no contexto grego e macedônico.

Segundo tradições clássicas helênicas o rei só pode ser definido se observado em comparado ao tirano. Entende-se, na verdade, que o bom rei é uma imagem espelhada do tirano; enquanto este governa em favor de seus próprios interesses, aquele governa em prol de seus súditos e de acordo com a lei (LURAGHI, 2013, p. 19). Cartledge (2009) analisa o exercício individual do poder no mundo grego sob a perspectiva filosófica de Xenofonte, Aristóteles e Platão de forma que percebemos em comum a presença da ideia de que o rei deve ter características positivas tais quais a habilidade de conferir e receber graças, ser virtuoso ou, até mesmo, um rei-filósofo. Ele afirma que apesar do reconhecimento inegável da tirania ou autocracia como sendo negativa, uma corrente de pensamento em favor de tipos ideais monárquicos surgiu durante meados do século IV, sobretudo nos filósofos mencionados, e tendo como seu auge o próprio governo de Alexandre (CARTLEDGE, 2009, p. 97-98).

Contudo, em Xenofonte, *Ciropédia*, há a concepção de um despotismo monárquico benevolente identificado diretamente na imagem de Ciro pela de sua representação como um homem capaz de atrair benefícios e bênçãos bem como distribuí-los (CARTLEDGE, 2009, p. 101). E, apesar de tanto Aristóteles quanto Platão reconhecerem a possibilidade teórica de um monarca idealizado (CARTLEDGE, 2009, p. 103), para ambos a existência desse indivíduo seria de alguma forma irrealizável ou mesmo incoerente no contexto das *poleis* (LURAGHI, 2013, p.12), como visto

anteriormente no contexto aristotélico (*Pol.*, III.13.22). No mundo grego, os governos autocráticos eram típicos de populações estrangeiras e ser governado por apenas um indivíduo era inaceitável bem como todos os comportamentos e rituais associados, exemplificado pela insatisfação manifestada pelos gregos e macedônios na instituição da *proskynesis*³⁵ por Alexandre.

Já no contexto macedônico, a monarquia é a forma mais antiga de governo atestada pela literatura especializada (KING, 2010, p. 373), e o que sabemos a seu respeito, baseado nas instituições mantidas por Alexandre, é a existência de um corpo administrativo composto pela elite macedônica que se consolida posteriormente na corte helenística. No contexto desta pesquisa, é necessário compreender como o poder monárquico se acomoda diante das normas e valores que caracterizam a cultura política helênica, e para tanto analisaremos a natureza do relacionamento entre *basileus* e *polis*.

Tomemos o exemplo da inscrição enviada por Alexandre a Atenas, acompanhando os espólios da batalha de Granico, a qual dizia que os presentes vinham de “Alexandre, filho de Filipe, e os gregos, exceto os lacedemônios, dos bárbaros que habitam a Ásia” (Ἀλέξανδρος Φιλίππου καὶ οἱ Ἕλληνες πλὴν Λακεδαιμονίων ἀπὸ τῶν βαρβάρων τῶν τὴν Ἀσίαν κατοικούντων.) (Arr. *An.*, 1.16.7). Nesse trecho, é notável a ausência do título de rei para acompanhar o nome de Alexandre, fato que se deve à audiência à qual a mensagem é destinada. É claro que posteriormente os reis helenísticos se auto identificam como tais frente à audiência das *poleis*, mas em um primeiro momento no qual Alexandre é *hégemon* dos gregos e, portanto, líder somente no âmbito do conflito contra os persas, a declaração de seu título não é interessante para as relações diplomáticas com a cidade.

Durante as guerras de sucessão, os diádocos adotaram uma postura de defesa da *eleutheria* das cidades gregas do Mediterrâneo, Oriente Próximo e península balcânica expressa no manifesto no qual Antígono declarava a liberdade das *poleis* de guarnições macedônicas e do domínio externo (D.S., 19.61). As campanhas de liberação parecem ter servido à função de garantir submissão às zonas de influência dos diádocos na disputa pelo trono (BRAUND, 2003, p. 25-26).

Depois de instituídas as monarquias helenísticas mantem-se a defesa pela liberdade ao mesmo tempo em que as cidades se inserem sob a influência dos novos reinos. As cidades gregas estavam inseridas no território de influência dos *basileis* de

³⁵ A *proskynesis* se refere ao ato da genuflexão tradicional em sociedades orientais como os persas.

acordo com a mudança corriqueira de fronteiras, zonas de controle comercial e alianças políticas. Sabe-se que Antígono e Demétrio envolveram-se por certo tempo na empreitada de liberação das *poleis* da influência de Cassandro e Ptolomeu sobretudo com o pretexto da defesa da *eleutheria*³⁶. Contudo, entende-se que mesmo essa defesa dos ideais atenienses de liberdade e autorregulação teriam sido norteados pelo interesse político em minar a influência concorrente entre os gregos e, ao mesmo tempo, conquistar seu apoio voluntário. Nessa relação, a garantia do funcionamento das instituições internas da *polis*, promoção de festivais, construção de templos e monumentos era feito por meio da contrapartida oferecida aos *basileis* por meio da instituição de cultos reais, construção de estátuas, homenagens e, é claro, a sustentação ideológica do poder monárquico.

Devemos nos questionar, também, a respeito do nível de presença das monarquias helenísticas no cotidiano da *polis*. A cidade grega apresentava aspectos monumentais em seus templos e na ágora, cercada por prédios públicos, inscrições e estátuas promovidas pela cidade. Ambos os ambientes citados eram públicos e marcados pela grande circulação de pessoas em suas atividades cotidianas, isto é, inscrições e estátuas que homenageassem os reis helenísticos exibidas nesses ambientes significavam a divulgação ampla dos feitos dos *basileis*, como podemos notar no seguinte trecho “*Ao ouvir essa proclamação, a maioria das pessoas largou seus escudos ao chão e batendo palmas e gritando urgiram que Demétrio aportasse, saudando-o como seu salvador e benfeitor.*” (Ἀναρρηθέντων δὲ τούτων οἱ μὲν πολλοὶ παραχρῆμα τὰς ἀσπίδας θέμενοι πρὸ τῶν ποδῶν ἀνεκρότησαν, καὶ βοῶντες ἐκέλευον ἀποβαίνειν τὸν Δημήτριον, εὐεργέτην καὶ σωτῆρα προσαγορεύοντες) (Plu., *Demetr.*, 9).

³⁶ “A glória conquistada por essa nobre empreitada inspirou pai e filho com uma maravilhosa avidez por conceder a liberdade para toda a Grécia, que havia sido reduzida à submissão por Ptolomeu e Cassandro. Nenhuma guerra mais nobre ou justa do que essa foi travada por nenhum dos outros reis; pois agora todas as vastas riquezas que juntos acumularam vencendo os bárbaros agora era extravagantemente gasta com os gregos, para conquistar glória e honra. Assim que pai e filho decidiram navegar contra Atenas, um de seus amigos disse a Antígono que eles deveriam manter aquela cidade, se conquistada, sob seu controle já que era uma porta de entrada para a Grécia. Mas Antígono não quis ouvi-lo; ele disse que a boa vontade de um povo era uma porta de entrada nobre que onda alguma poderia abalar e que Atenas, o farol de todo o mundo, rapidamente brilharia a glória de suas ações para toda a humanidade.” (Ἐνδόξου δὲ τῆς φιλοτιμίας ταύτης γενομένης, ὁρμὴ παρέστη θαυμάσιος αὐτοῖς ἐλευθεροῦν τὴν Ἑλλάδα, πᾶσαν ὑπὸ Κασσάνδρου καὶ Πτολεμαίου καταδεδουλωμένην. τούτου πόλεμον οὐδεὶς ἐπολέμησε τῶν βασιλέων καλλίω καὶ δικαιότερον· ἄς γὰρ ἅμα τοὺς βαρβάρους ταπεινοῦντες εὐπορίας συνήγαγον, εἰς τοὺς Ἕλληνας ὑπὲρ εὐδοξίας καὶ τιμῆς ἀνήλισκον. ὡς δὲ πρῶτον ἐδόκει πλεῖν ἐπὶ τὰς Ἀθήνας, τῶν φίλων εἰπόντος τινὸς πρὸς τὸν Ἀντίγονον, ὅτι δεῖ ταύτην τὴν πόλιν ἂν ἔλωσι κατέχειν δι' αὐτῶν, ἐπιβάθραν τῆς Ἑλλάδος οὔσαν, οὐ προσέσχεν ὁ Ἀντίγονος, ἀλλ' ἐπιβάθραν μὲν ἔφη καλήν καὶ ἀσάλευτον εἶναι τὴν εὐνοίαν, τὰς δ' Ἀθήνας, ὥσπερ σκοπὴν τῆς οἰκουμένης, ταχὺ τῇ δόξῃ διαπυρσεύσειν εἰς ἅπαντας ἀνθρώπους τὰς πράξεις.) (Plu., *Demetr.*, 8).

A relação *polis* e *basileus* não era integralmente harmoniosa, o contexto político do mundo antigo era de disputa entre os reis helenísticos, e as cidades gregas buscavam manter o seu modo de vida independente de um poder externo. Essa situação, por vezes gerava conflitos e alterações nos sistemas de alianças.

Esse era o dilema da cidade quando Demétrio entrou e ordenou que todas as pessoas se reunissem no teatro. Ele cercou os prédios do teatro com homens armados e o próprio palco com seus guardacostas enquanto ele mesmo, assim como os atores trágicos, adentrou o palco por uma das entradas laterais superiores. Os atenienses ficaram mais amedrontados do que nunca, mas com as primeiras palavras que proferiu, ele acabou com seus receios. Pois ao evitar dureza em seu tom e amargura em seu discurso, ele meramente os repreendeu levemente e de forma amigável e então se declarou reconciliado, lhes deu mais de cem mil alqueires de grão e estabeleceu os magistrados que mais agradavam ao povo. [...] e Demétrio estabeleceu um forte no *Museum* para que aquele povo não mais se livrasse de seu jugo e causasse mais problemas (Plu., *Demetr.*, 34)³⁷.

O trecho supracitado se refere ao reestabelecimento do poder de Demétrio sobre a cidade de Atenas. O interessante dessa passagem é o fato de Demétrio proceder com a concessão de benefícios ao invés da punição pelo período em que os atenienses se recusaram a recebê-lo. Atenas não era simplesmente uma cidade que havia se rebelado tal qual Tebas sob Alexandre, o caso ateniense se insere na lógica de negociação de poder do mundo helenístico, que é marcada pela sua volatilidade inerente.

Evergetismo e benefício

A prática de exibição dos símbolos pertencentes ao vocabulário de legitimação do poder monárquico nos ambientes públicos da *polis* funciona como elemento estruturante dos símbolos segundo os quais a sociedade se comunica. Erguer estátuas em lugares de destaque redesenhava o espaço cívico e a instituição dos cultos em homenagem aos reis deu uma nova roupagem aos rituais cívicos das cidades (MA, 2005, p.182). A participação em rituais ajuda a dar significado ao mundo em que vivemos, conectando passado, presente e futuro bem como indivíduo e sociedade. E os rituais políticos são repletos de símbolos que cumprem diversas funções, entre elas:

- (1) Condensação: a capacidade de um símbolo, seja ele manifestado de forma física ou verbal, de condensar múltiplas ideias que são simultaneamente apresentadas;

³⁷ No texto grego: οὕτως οὖν τῆς πόλεως ἐχούσης, εἰσελθὼν ὁ Δημήτριος καὶ κελεύσας εἰς τὸ θέατρον ἄθροισθῆναι πάντας, ὅπλοις μὲν συνέφραξε τὴν σκηνὴν καὶ δορυφόροις τὸ λογεῖον περιέλαβεν, αὐτὸς δὲ καταβὰς ὡσπερ οἱ τραγωδοὶ διὰ τῶν ἄνω παρόδων, ἔτι μᾶλλον ἐκπεπληγμένων τῶν Ἀθηναίων, τὴν ἀρχὴν τοῦ λόγου πέρας ἐποίησατο τοῦ δέους αὐτῶν. καὶ γὰρ τόνου φωνῆς καὶ ῥημάτων πικρίας φεισάμενος, ἐλαφρῶς δὲ καὶ φιλικῶς μεμφάμενος αὐτοῖς διηλλάσσετο, καὶ δέκα μυριάδας σίτου μεδίμνων ἐπέδωκε, καὶ κατέστησεν ἀρχὰς αἱ μάλιστα τῷ δήμῳ προσφιλεῖς ἦσαν. [...] ὡς μὴ πάλιν ἀναχαιτίσαντα τὸν δῆμον ἀσχολίας αὐτῷ πραγμάτων ἐτέρων παρασχεῖν.

- (2) *Multivocalização*: a possibilidade do símbolo de ser reinterpretada por cada indivíduo que se apropria dele;
- (3) *Ambiguidade*: a ambiguidade inerente dos símbolos que, analisados no âmbito da complexa realidade político-social em que se inserem, estão sujeitos a apropriações e ressignificações.

A definição de funções do símbolo na sociedade apresentadas (KERTZER, 1988, p. 11) são essenciais para a compreensão da atuação dos reis helenísticos no diálogo com as *poleis*. Isso se explica pela variedade de interações entre *basileus* e governados determinada pelas diferentes audiências frente às quais o poder deveria ser legitimado (MA, 2005, p.182), entre elas: exibição e ostentação do poder, disseminação de justificativas éticas e filosóficas, a própria cultura de corte (analisada no capítulo 3), a negociação de privilégios e status e, por fim, a participação em jogos simbólicos de reciprocidade. Essas duas últimas formas de interação se inserem na categoria de atuação do evergetismo³⁸, prática amplamente disseminada do mundo antigo que se fundamenta na distribuição de presentes para comunidades como estabelecimento de diálogos de aliança.

O principal argumento a ser apresentado nesta seção é que a linguagem simbólica adotada pelos reis helenísticos era utilizada como forma de expressar as novas relações sócio-políticas do período, o que inclui sua legitimação. Essa noção deriva da assertiva de Shipley (2000, p. 68) de que os reis helenísticos adotaram o código cerimonial simbólico dos gregos derivado das tradições do *symposion* e dos festivais das *poleis*, e o empregaram no relacionamento político. Porém, entende-se aqui que essa adaptação de tradições ocorre de forma mais ampla, ou seja, tradições culturais e políticas gregas e macedônicas de modo geral foram absorvidas, apropriadas e empregadas na relação com as audiências helênicas. Isso implica em duas consequências com relação à caracterização do poder dos *basileis* como carismático:

1. A utilização de tradições no processo de legitimação do poder é claramente empregada como estratégia.

Isso é observável na utilização de títulos, indumentária, instituições que já existiam antes da coroação dos sucessores. O fato é que em um nível mais elaborado de

³⁸ O termo evergetismo se refere à prática de distribuir presentes luxuosos para comunidades ao invés de para indivíduos, se distanciando, portanto, da categoria mais clássica de *philia*. Essa prática seria aparentemente desinteressada em sua forma e apresentação, mas seria parte de uma política de benefícios e reciprocidade. O termo é derivado do verbo grego *euergeteō* (εὐεργετέω) que tem o sentido de fazer boas ações.

apropriação de símbolos e rituais próprios da cultura política de uma audiência ou, em um nível mais evidente, a manutenção de instituições e estruturas administrativas pré-existentes não anulam a excepcionalidade dos reis helenísticos. O que, por sua vez, nos leva a chegar a uma conclusão já enunciada: os tipos de dominação jamais se manifestam de forma isolada ou integral.

2. A habilidade do *basileus* de cumprir seu papel e ser, portanto, considerado apto a governar varia de acordo com a audiência.

Como dito anteriormente, o carisma é uma qualidade extraordinária possuída por um indivíduo que identificamos como líder carismático e sua fonte é o reconhecimento por parte dos indivíduos sujeitos à esfera de ação do poder de sua existência e legitimidade. E o aspecto mais importante do carisma é o processo de reconhecimento por parte da audiência de que aquele indivíduo agiu como se espera de um governante em sua temporalidade específica. Ou seja, se assumimos que os reis helenísticos se apropriam de tradições culturais helênicas (oferecimento de benefícios baseado no evergetismo) para engajar suas audiências (*poleis*) em um diálogo de negociação do poder, o indivíduo bem-sucedido nesse diálogo é aceito como governante e, de alguma forma, reconhecido como tal (conferência de título, construção de um monumento, etc). A capacidade de provocar este reconhecimento é o que entendemos como carisma, ele não parte do indivíduo, mas sim da população que reconhece e se submete a seu poder.

Se no primeiro capítulo analisamos o diálogo do *basileus* com os gregos e macedônios que formavam as fileiras de seus exércitos, é de se esperar um vocabulário bélico de valorização à vitória e que se aproxime da noção de dominação por meio do monopólio da violência. Quando focamos nossa análise em outra audiência, percebemos a alteração desse vocabulário bem como da atuação do rei.

Nesse sentido, os reis helenísticos conseguiam legitimar o seu poder diante das comunidades políadas gregas e macedônicas a partir da utilização da linguagem do evergetismo. Isso era feito da seguinte forma: o *basileus* oferecia vantagens ou presentes para as cidades ou elas lhe enviavam petições e, em troca, eram criados cultos, erguidas estátuas ou inscrições e outorgados títulos. Tanto o oferecimento desses benefícios quanto a devolutiva oferecida utilizavam o vocabulário específico das relações de evergetismo.

De acordo com Shipley (2000, p. 60), essa relação permitiu a acomodação tanto dos reis a uma audiência específica habituada a lidar com líderes locais legitimados por tradições e leis, quanto das *poleis* a lidar com o governo de um indivíduo usualmente caracterizado como algo negativo. Como resultado, as cidades se beneficiavam das

vantagens obtidas enquanto os reis exploravam a linguagem de representação visual e cerimonial como instrumento de legitimação e, em menor medida, se beneficiavam da representação literária que gradativamente passou a contemplar mais referências monárquicas.

No contexto das relações de evergetismo talvez o benefício mais emblemático oferecido pelos *basileis* seja a garantia de liberdade (*eleutheria*) das *poleis*. Defendida ainda antes da proclamação dos *basileis*, inicialmente por Poliperconte, em 319, como forma de ganhar aliados na disputa por influência com Cassandro (D.S., 18.55-56); posteriormente o mesmo discurso foi adotado por Ptolomeu e Demétrio³⁹ com o mesmo objetivo de disputa de influência no Mediterrâneo e Oriente próximo (D.S., 19.61).

Sabe-se que autonomia, no sentido da faculdade de se autogovernar, era um princípio fundamental da existência da *polis*. Assim, ser o defensor do ideal de liberdade e autonomia tinha um impacto positivo na opinião pública do rei, na mesma medida em que atentar contra a *eleutheria* tinha um efeito negativo. Isso é perceptível não só pela ampla difusão da defesa do ideal de liberdade⁴⁰, mas também pelo efeito gerado de oferecimento de honras a estes defensores. Além disso, as guerras do período helenístico deixavam um rastro de destruição ao qual qualquer cidade próxima às zonas de disputa estavam sujeitas e necessitavam, portanto, de proteção. Outra consequência era a necessidade de se instalar guarnições militares nas cidades conquistadas, ou sob zonas de influência; isso, por sua vez gerava insatisfação dos cidadãos.

Não obstante, o efeito das guerras exercia um impacto muito inferior na vida cotidiana dos cidadãos das cidades gregas do que sua participação em cerimônias religiosas, procissões, festivais, jogos (BRINGMANN, 1993, p. 12). Sendo assim, o envolvimento dos *basileis* em eventos mais próximos ao cotidiano dos gregos era mais comum. Segundo Shipley, a relação de evergetismo com os reis era o meio segundo o qual as *poleis* buscaram manter privilégios e amenidades relacionados à cidadania, como uma espécie de substituição à instituição da liturgia⁴¹ (2000, p. 100-101). Ao invés de se considerar que o período helenístico representa o declínio das *poleis* no mundo antigo, entende-se que há uma adaptação dos seus modos de circulação e de distribuição de

³⁹ Ver Diodoro, 19.61-62.2 (AUSTIN, 2006, p. 80-82).

⁴⁰ Na Ásia menor em 334, Alexandre defendera publicamente a democracia (Arr. *An.*, 1.16) em oposição ao ideal imperialista persa que promovia a oligarquia ou mesmo a tirania (CARTLEDGE, 2009, p. 104). Sob seus sucessores percebemos a defesa do ideal de liberdade das cidades tanto com Poliperconte quanto, quatro anos depois, entre Ptolomeu e Demétrio.

⁴¹ Sistema próprio das cidades gregas segundo o qual cidadãos abastados patrocinavam eventos públicos como festivais.

riquezas que permite a manutenção de seus sistemas políticos baseados na autonomia e, ainda, a inclusão das novas entidades políticas que se estabeleceram após a morte de Alexandre.

O interesse dos reis, todavia, não estava restrito ao nível mais evidente de disputar influência política com seus opositores, mas, também, ao fato de que no período helenístico as cidades pouco contribuía com homens para compor as fileiras dos exércitos (SHIPLEY, 2000, p.75); mas elas eram essenciais para o recolhimento de tributos sustentavam os exércitos de mercenários. Bringmann argumenta, contudo, que o custo de atuar como benfeitor de várias cidades ultrapassava em muito a possibilidade de vantagem econômica com o recolhimento dos tributos (1993, p. 15-16). Ademais, além dos benefícios da proteção e da defesa da liberdade surgiam desse contexto as possibilidades de se conceder a isenção de cobrança de tributos como vantagem e, também, a retirada de guarnições militares, o que reforça seu argumento.

A maior vantagem que se apresenta para os reis helenísticos na relação de evergetismo é, portanto, a possibilidade de gerar capital simbólico por meio da ampla exibição e documentação dos benefícios gerados pelos reis nas cidades (BRINGMANN, 1993, p. 16). Evidentemente que existem múltiplas razões e motivações de ordem prática, administrativa e política o que não significa que se deva deixar de mencionar que por serem macedônios, em grande parte, e compartilharem da cultura helênica é muito razoável admitirmos que esses líderes políticos e as elites governantes tinham, em alguma medida, generosidade em relação à comunidade helênica.

Temos como exemplo desse tipo de relação o decreto de Itano de Creta (*Syll.*³ 463; *ICret.* III, p. 83-85 n. 4 apud AUSTIN, 2006, 462), que era uma importante fonte de mercenários, em honra de Ptolomeu III, de por volta de 246, no qual a cidade honra o rei após sua ascensão ao poder com o objetivo de manter a relação de aliança e benefício. Nesse documento a cidade institui o oferecimento anual de sacrifícios em nome do rei Ptolomeu e da rainha Berenice bem como a celebração de uma competição, ambos os eventos a serem realizados no festival, aparentemente já existente, em nome deles. Há, também, o decreto da Confederação de Insulares (*to koinon tōn nēsiōtōn* - τὸ κοινὸν τῶν νησιωτῶν)⁴² (*Syll.*³ 390; AUSTIN, 2006, 450-452) que apresenta dois trechos de grande relevância:

⁴² Confederação de *poleis* insulares das Cíclades fundada por Antígono, em cerca de 314-315, como parte de seu apoio ao mundo grego e a defesa da *eleutheria*. Em cerca de 286, a confederação passa à influência lágida, contexto do documento apresentado.

1. [...] o rei e *soter* (salvador) Ptolomeu responsável por muitas grandes bênçãos aos insulares e aos outros gregos, tendo libertado cidades, restaurado suas leis e reestabelecido a sua constituição ancestral e os livrou dos tributos[...] (*Syll.*³ 390, 10-15; AUSTIN, 2006, 450-452)⁴³.
2. E agora o rei Ptolomeu, tendo herdado o reino de seu pai, continua a demonstrar a mesma boa vontade e atenção pelos insulares e os outros gregos, e oferecendo sacrifícios em honra de seu pai e instituindo competições atléticas, musicais e equestres equivalentes aos Jogos Olímpicos, preservando sua [reverência] diante dos deuses e mantendo sua boa vontade diante de seus [ancestrais] (*Syll.*³ 390, 15-25; AUSTIN, 2006, 450-452)⁴⁴.

Enquanto o primeiro dos trechos apresentados trata dos feitos de Ptolomeu I, o segundo trata da relação da confederação com o novo rei, Ptolomeu II. O documento como um todo é uma definição por parte dos delegados da confederação das cidades insulares do Mediterrâneo sobre a participação, por meio do oferecimento de sacrifícios e participação de modo amplo, nos jogos oferecidos por Ptolomeu II em honra a seu pai em Alexandria. Eles decidem: conceder honras, equivalentes às dos Jogos Olímpicos, aos vencedores dos jogos da *Ptolemaieia*; oferecer a Ptolomeu II uma coroa de ouro; inscrever o decreto em uma estela de pedra e colocá-la ao lado do altar de Ptolomeu I em Delos, bem como nos santuários de cada cidade participante; a nomeação de três delegados para ir a Alexandria e oferecer sacrifícios a Ptolomeu I e entregar a coroa ao novo rei.

Como tradicionalmente se observa em documentos da mesma natureza, sobretudo os que se referem a reis e transição dinástica, abordam-se os feitos do predecessor (primeiro trecho) que é notável pela utilização do vocabulário de evergetismo, bênção (ἀγαθῶν), e a alusão clara ao relacionamento que mantinha com a confederação. Esse relacionamento se baseava na defesa do ideal de libertação das cidades gregas (τάς τε π[όλ]εις ἐλευθερώσας), reestabelecimento ou manutenção de sua autonomia no que se refere as leis (τοὺς νόμους ἀποδοῦς), cidadania (τὴν πάτριον πολιτείαν πᾶσιγ καταστήσα) e isenção tributária (τῶν εἰσφορῶγ). Todos os itens citados são

⁴³ No texto grego: ὁ [β]ασιλεὺς καὶ σωτὴρ Πτολεμαῖος πολλῶν καὶ μεγάλων ἀγαθῶν αἴτιος ἐγένετο τοῖς [τ]ε νησιώταις καὶ τοῖς ἄλλοις Ἕλλησιν, τάς τε π[όλ]εις ἐλευθερώσας καὶ τοὺς νόμους ἀποδοῦς [κ]αὶ τὴν πάτριον πολιτείαν πᾶσιγ καταστήσα[ς] [κ]αὶ τῶν εἰσφορῶγ κουφίσας [...].

⁴⁴ No texto grego: [...] καὶ νῦν ὁ βασιλεὺς [Π]τολεμαῖος, διαδεξάμενος τὴν βασιλείαν παρ[ὰ] τοῦ πατρὸς, τὴν αὐτὴν εὐνοίαν καὶ ἐπιμέλειαν [π]αρεχόμενος διατελεῖ εἰς τε τοὺς νησιώτας κα[ὶ] τοὺς ἄλλους Ἕλληνας, καὶ θυσίαν ποιεῖ τῶι πατρ[ὶ] καὶ ἀγῶνα τίθησιν ἰσολύμπιον γυμνικὸν καὶ μουσικὸν καὶ ἵππικόν, τὴν τε πρὸς τοὺς θεοῦ[ς] εὐσέβ[η]σαν διαφυλάττωγ καὶ τὴν πρὸς τοὺς π[ρο]γόνου[ς] εὐνοίαν διατηρῶν [...].

caracterizados como benefícios tradicionalmente oferecidos às *poleis* pelos reis helenísticos.

Já no segundo excerto, há a transição para a relação com o novo rei, intimamente baseada nos termos destacados no trecho anterior e a clara intenção de mantê-los em vigência. É enfatizado o oferecimento dos jogos e sacrifícios a Ptolomeu I que é, afinal, o elo entre as *poleis* e o novo *basileus*. A atuação específica do novo rei é caracterizada pela boa vontade e atenção em relação as *poleis* insulares (εὐνοιαγ καὶ ἐπιμέλειαν), reverência aos deuses (τοὺς θεοῦ[ς εὐσέβ]ειαν), e boa vontade diante de seus ancestrais (τὴμ πρὸς τοὺς π[ρογόνου]ς εὐνοιαν διατηρῶν). Percebe-se novamente a utilização do vocabulário de evergetismo com o emprego em duas ocasiões do vocábulo boa vontade (εὐνοιαγ; εὐνοιαν).

É também em virtude de seu relacionamento com uma cidade que Ptolomeu I recebe o epíteto *Sóter* (salvador). Pausânias (1.8.6) atribui à cidade de Rodes a outorga do título mencionado, mas não especifica em razão de quê ou quando, o que nos leva a crer que foi resultado do seu auxílio à cidade no evento do cerco imposto por Demétrio. Alguns trechos de Diodoro abordam diretamente a relação do *basileus* e a *polis* e apresentam o mesmo modelo observado até aqui.

Os cidadãos de Rodes, tendo estabelecido amizade com todos os governantes, cuidadosamente evitavam dar motivos para acusações; mas ao mostrar **boa vontade** se inclinavam mais a Ptolomeu, pois a maior parte de sua receita era devida aos mercadores do Egito, e em geral a cidade era mantida por esse reino (20.81.4)⁴⁵.

Rodes apresenta motivação comercial para a aliança com Ptolomeu. Na verdade, boa parte do envolvimento dos reis helenísticos no cotidiano das cidades é referente a seu impacto na economia local (BRINGMANN, 1993, p. 13-15). No entanto, após Demétrio estabelecer um cerco à cidade e Ptolomeu ajudá-los em mais de uma ocasião enviando grãos e até soldados (D.S., 20.96.1-2, 20.98.1-3, 20.99.2-3), foi construído um templo nomeado *Ptolemaion* em homenagem ao rei, que deveria também receber honras divinas (D.S., 20.100.4). Por causa desse evento, portanto, a literatura especializada tem associado a outorga do título de salvador a Ptolomeu como parte das homenagens oferecidas como retribuição⁴⁶. Além disso, sabe-se que a outorga de epítetos pelas cidades

⁴⁵ No texto grego: οἱ δ' οὖν Ῥόδιοι πρὸς πάντας τοὺς δυνάστας συντεθειμένοι τὴν φιλίαν διετήρουν μὲν ἑαυτοὺς ἐκτὸς ἐγκλήματος δικαίου, ταῖς δ' εὐνοίαις ἔρεπον μάλιστα πρὸς Πτολεμαῖον· συνέβαινε γὰρ αὐτοῖς τῶν τε προσόδων τὰς πλείστας εἶναι διὰ τοὺς εἰς Αἴγυπτον πλέοντας ἐμπόρους καὶ τὸ σύνολον τρέφεσθαι τὴν πόλιν ἀπὸ ταύτης τῆς βασιλείας.

⁴⁶ A outros reis que também auxiliaram a cidade, ainda que em menor medida, foi oferecida a construção de estátuas. Esse foi o caso de Lisímaco e Cassandro segundo o relato de Diodoro (20.100.2).

era uma prática comum (HÖLBL, 2001, p. 90-91), e os *basileis* recebiam títulos como salvador (*Sóter*), benfeitor (*Euergetes*), esplendoroso (*Tryphon*⁴⁷).

Representação monárquica nas fontes literárias.

As fontes literárias são o principal documento analisado ao longo de toda a presente pesquisa, e no caso da análise de como os *basileis* eram representados nota-se a utilização do mesmo vocabulário de benefício analisado até aqui com vocábulos de semântica similar ou derivada.

O termo “φιλανθρωπία” (*philanthrōpía*), ou generosidade, aparece como sintagma recorrente em Diodoro. Além disso, sabe-se que era amplamente utilizado no período helenístico associado à capacidade de garantir justiça e paz (WALBANK, 1984, p. 83). O seguinte excerto é um exemplo da utilização do sintagma supracitado: “Ptolomeu assumiu o comando do Egito e estava tratando os habitantes com bondade” (Πτολεμαῖος μὲν ἀκινδύνως παρέλαβε τὴν Αἴγυπτον καὶ τοῖς μὲν ἐγχωρίοις φιλανθρώπως προσεφέρετο) (D.S., 18.14.1). No trecho citado, Diodoro narra a adaptação de Ptolomeu ao Egito após assumir o governo da província e, para tanto, o caracteriza a partir do modo generoso com que tratou os habitantes: “φιλανθρώπως” (*philanthrōpōs*). Esses atos eram associados ao *basileus* e contribuíam para a composição de sua reputação de justiça e generosidade (D.S., 18.33), duas características apontadas por Walbank como essenciais à figura do bom rei (2008, p. 82).

Entende-se, ainda, que a questão da reputação está intrinsecamente interligada ao acúmulo de capital simbólico.

Com o termo δόξα (*doxa*), deparamo-nos com uma interface na qual a conduta carismática é transformada diretamente em um efeito legitimador uma vez que é precisamente no prestígio que as conquistas do governante e sua glória se unem com a admiração e aprovação das pessoas. (GEHRKE, 2013, p. 83).

Essa importância da imagem do líder, ou seja, da reputação ou δόξα (*doxa*), quer na relação horizontal entre os *basileis* fundamentada nas relações de amizade, quer em relações verticais com audiências militares, cívicas ou religiosas, tem um papel fundamental na ação legitimadora. No caso específico das audiências helênicas, sua cultura política atua como força de resistência na relação com governos monárquicos.

⁴⁷ O primeiro a receber esse epíteto foi Ptolomeu III, propagando a representação ideal do *basileús* lágida como próspero em riquezas e boa fortuna (HÖLBL, 2001, p. 92).

Essa discussão, já abordada por esta pesquisa, não impediu a adaptação dos gregos ao contexto monárquico nem, tampouco, a acomodação das monarquias com suas apropriações de instituições autóctones preexistentes. Muito pelo contrário, como visto anteriormente, ainda que o contexto político-filosófico e político-cultural grego compreendesse o governo individual como dependente da capacidade de beneficiar o povo governado (BRINGMANN, 1993, p. 7), e impusesse a populações “bárbaras” a aceitação de um governo monárquico nota-se claramente que durante o período helenístico ambas as aspirações autônomas das *poleis* quanto o imperialismo das *basileiai* coexistiram. O que entendemos é que a acomodação das autonomias locais e do poder monárquico ocorreu por meio do estabelecimento de interações que garantissem legitimidade mútua segundo relações de reciprocidade.

Se no diálogo com audiências militarizadas a legitimação na monarquia baseava-se na conduta e na habilidade do indivíduo carismático em exercer o poder que detinha em conquistas que ressaltavam ou aumentavam sua reputação, com a audiência helênica das cidades gregas era necessário estabelecer um diálogo de evergetismo amplamente baseado nas relações de amizade⁴⁸ já presentes na sociedade grega e macedônica. Sendo assim, Ptolomeu I carregava no nome, assim como muitos outros reis do período helenístico, sua característica notável que realçava sua reputação: Ptolomeu I *Sóter* (GEHRKE, 2013, p.85).

Nos trechos a serem analisados a seguir podemos perceber mais claramente como a atuação de Ptolomeu I foi convertida na construção de uma representação monárquica positiva:

1. “[...] e [Alexandre] honrando com sacrifícios dignos de semideuses e com jogos magníficos, ele [Ptolomeu] ganhou recompensa justa não só dos homens como também dos deuses. Pois os homens, por conta de sua graciosidade e da nobreza de coração, vinham entusiasmadamente de todos os lados para Alexandria e se alistaram com prazer à campanha, apesar de que o exército dos reis estava prestes a lutar contra a de Ptolomeu; e, apesar de os riscos serem manifestos e grandes, ainda assim todos eles, de bom grado, assumiram a responsabilidade de preservar a segurança Ptolomeu a seu próprio risco (D.S., 18.28.4-5)⁴⁹.

⁴⁸ As relações de *philiā* serão analisadas especificamente no capítulo seguinte como parte da interação entre indivíduos dentro da corte helenística.

⁴⁹ No texto grego: ἐν [...] ᾧ κηδεύσας αὐτὸν καὶ θυσίαις ἥρωικαῖς καὶ ἀγῶσι μεγαλοπρεπέσι τιμήσας οὐ παρ' ἀνθρώπων μόνον, ἀλλὰ καὶ παρὰ θεῶν καλὰς ἀμοιβὰς ἔλαβεν. οἱ μὲν γὰρ ἄνθρωποι διὰ τὸ τῆς ψυχῆς εὐχάριστον καὶ μεγαλόψυχον συνέτρεχον πάντοθεν εἰς τὴν Ἀλεξάνδρειαν καὶ προθύμως

2. No dia seguinte, quando houve uma assembleia dos soldados, Ptolomeu veio, saudou os macedônios e falou em defesa de sua atitude; e como os seus suprimentos estavam escassos, providenciou, a seu próprio custo, alimento em abundância e outras coisas necessárias ao acampamento (D.S., 18.36)⁵⁰.

Turner associa o termo filantropia (*philanthrōpía*) e seus derivados aos atos de clemência tradicionalmente incorporados em discursos feitos por faraós em ascensão a seus súditos no Egito (1984, p. 123). Isto é, demonstrações de generosidade ou clemência seriam importantes na construção da imagem idealizada do *basileus* de acordo com o imaginário tanto da cultura grega quanto na construção da imagem do faraó tradicional egípcio.

O primeiro dos trechos supramencionados relata a cerimônia de sepultamento de Alexandre promovida por Ptolomeu. Nesse excerto, a justificativa apresentada por Diodoro para os homens se reunirem em Alexandria e alistarem-se no exército Lágida é a qualidade de generosidade (*μεγαλόψυχον*) e caridade (*εὐχάριστον*) de Ptolomeu. Já o segundo trecho apresentado remete ao fracasso da invasão do Egito e do assassinato de Pérdicas por seus próprios generais como resultado da perda da capacidade de garantir a vitória militar e de liderar seu exército. O trecho narra, contudo, a atitude de Ptolomeu com relação à observância das tradições de tratamento e sepultamento dos soldados caídos em combate, consideradas como ato de generosidade⁵¹.

Ambas instâncias da generosidade ou benefício promovidos pelo *basileus* estão inseridas em uma dinâmica de obrigações mútuas. É por meio dessas atitudes que a representação de um líder legítimo era construída; para os beneficiados, esse tipo de atitude era imprescindível para que participassem ativamente do discurso de legitimidade (BINGEN, 2007, p. 15-16; MA, 2005). Esses não são os únicos exemplos presentes na obra de Diodoro⁵², sobretudo quando Ptolomeu I é diretamente mencionado. Muitas das vezes o mesmo vocabulário de evergetismo que se refere a relações do rei com comunidades é

ἐαυτοὺς εἰς τὴν στρατείαν παρέιχοντο, καίπερ τῆς βασιλικῆς δυνάμεως μελλούσης πολεμεῖν πρὸς Πτολεμαῖον, καὶ κινδύνων προδήλων καὶ μεγάλων ὄντων ὅμως ἅπαντες τὴν τούτου σωτηρίαν τοῖς ἰδίοις κινδύνοις ἐκουσίως περιεποιήσαντο.

⁵⁰ No texto grego: τῆ δ' ὑστεραία γενομένης ἐκκλησίας ὁ Πτολεμαῖος καταβὰς καὶ τοὺς Μακεδόνας ἀσπασάμενος περὶ τε τῶν καθ' αὐτὸν ἀπελογήσατο καὶ τῶν ἐπιτηδείων ἐκλελοιπότων ἐχορήγησε σῆτόν τε δαφιλή ταῖς δυνάμεσι καὶ τῶν ἄλλων ἐπιτηδείων ἐπλήρωσε τὴν παρεμβολήν.

⁵¹ Ptolomeu providenciou um funeral digno àqueles que foram levados pela água para sua margem e enviou seus ossos para os familiares e amigos (D.S., 18.36.1). cf. com o 12º canto da *Ilíada* e a profanação do cadáver de Heitor por Aquiles.

⁵² Ver 18.14, 18.16.3, 18.28, 18.33.3, 18.33.4, 18.34.2, 19.84, 19.86.

utilizado nas narrativas relacionadas a interação interpessoal dentro da corte helenística, típica das relações de amizade.

Naturalmente, as atitudes contrárias ao que se espera do comportamento do rei filantropo se encaixam no comportamento do tirano e podem ter consequências como a perda de apoio e da capacidade de exercer influência, de forma análoga ao que ocorreu a Pérdicas. O seguinte trecho se refere à exigência de Demétrio aos atenienses por duzentos talentos que foram destinados à sua cortesã para que esta comprasse sabão: “Mas entre as faltas e transgressões ocorridas na cidade aquela que mais causou a cólera dos atenienses[...]” (Πολλῶν δὲ γενομένων ἐν τῇ πόλει τότε πλημμελημάτων καὶ παρὰνομημάτων ἐκεῖνο μάλιστα λέγεται λυπῆσαι τοὺς Ἀθηναίους [...]) (Plu., *Demetr.*, 27). Este evento teria causado profundo desagrado nos atenienses que, segundo Plutarco, já estavam fartos do seu comportamento desrespeitoso perante as leis.

O caráter divino do *basileus* no contexto das relações de benefício.

Adotamos a divisão de Walbank a respeito do caráter divino do *basileus*, identificando quatro principais canais por meio dos quais a religião afeta o papel do *basileus*, são eles: 1) a escolha de certos deuses ou deusas como patronos da dinastia real, sob cuja proteção o rei e sua família se submetiam e com os quais se identificavam; 2) a assimilação ou identificação por parte dos reis com certos deuses; 3) cultos em nome de reis e rainhas instituídos por cidades dentro ou fora do reino; 4) o culto dinástico, isto é, o culto dos membros da dinastia real, mortos ou vivos, instituído oficialmente (1984, p. 84-85).

Entre esses, o que interessa ao contexto das cidades gregas é o culto real, justamente por ser oferecido como contrapartida ao comportamento de benevolência e filantropia do *basileus*. Os cultos dinásticos também são importantes sobretudo nas cidades fundadas pelos reis helenísticos ou naquelas que exercem uma função de destaque em seus reinos, como Mênfis e Alexandria, no caso dos lágidas.

O culto real é aquele oferecido ao rei, em oposição ao culto dinástico, que é uma instituição de caráter oficial e, como tal, é instituída pela própria monarquia. Ou seja, o culto real deve ser entendido como manifestação autônoma dos súditos. O exemplo supracitado da construção do *Ptolemaion* (Πτολεμαῖον) e o estabelecimento do culto

divino⁵³ de Ptolomeu I *sóter* em Rodes (D.S., 20.100.3-4) é um caso de culto real que foi estabelecido como das relações de benefício supracitadas, entre a *polis* e o *basileus* (WALBANK, 1984, p.92).

Isto é, conclui-se que exemplos como este se encontram, normalmente, ligados a uma ocasião específica na qual algum benefício fora concedido, ou seja, descrevem o reconhecimento da natureza dos serviços oferecidos pelo rei e não suas virtudes ideais (CHANIOTIS, 2005, p. 433, 440; WALBANK, 1984, p.93). Por esta razão, é conveniente reforçar o caráter essencialmente prático tanto das virtudes do líder carismático quanto da idealização divina em suas representações. Isto significa dizer que o caráter excepcional do *basileus* dependia das suas ações de benefício e do reconhecimento por essas ações. Para tanto, basta dizer que a disseminação do discurso do rei extraordinário deveria necessariamente ser baseada em ações verificáveis para ser reconhecido como legítimo o que até o momento identificamos como a vitória militar e a generosidade.

Por outro lado, “o culto dinástico fornecia-lhes um sistema de observância religiosa necessária para uma vida completa àquela época, que, além disso, consolidava lealdade ao rei.” (WALBANK, 1984, p. 96-97). No Egito, o estabelecimento desse tipo de culto se dá com a instituição do culto a Alexandre, que não deve ser confundido com o dedicado a ele como fundador (*ktistēs*) de Alexandria. A instituição desse culto por Ptolomeu pode ser localizada cronologicamente no mesmo momento em que ele traz o corpo do rei morto para Alexandria. A partir desse momento, Alexandre é deificado e seu culto conta com um sacerdote epônimo e uma imagem de culto do rei (STEWART, 1993, p. 230). Esse tipo de culto, contudo, faz parte do que caracterizamos como legitimação do poder por meio da atuação da corte helenística como palco de representação do poder e será abordado novamente na próxima seção.

Vem-se defendendo que a atuação dos reis helenísticos é adaptada à audiência com a qual ele estabelece um diálogo cujo objetivo principal é engajar essa comunidade na lógica político-administrativa do império que ele encabeça. Nesse sentido, entende-se que as cidades gregas, de modo amplo, foram tratadas segundo uma lógica muito específica, por meio da defesa da bandeira da liberdade das cidades gregas por parte dos

⁵³ Se recuperarmos o argumento de Aristóteles, veremos que, segundo ele, um homem com características excepcionais poderia ser comparado a um Deus. Da mesma maneira, ao considerar o *basileus* como um deus e cultuá-lo como tal, as *poleis* comparam-no. Chaniotis atenta para o fato de que a frase grega comumente utilizada para descrever o estabelecimento de honras divinas constata que o rei deve receber *isothēoi timai* (ἰσοθεοῖ τιμαί); o que significa que receberá honras iguais às dadas aos deuses. Esta é uma afirmação, ainda que sutil, de que os *basilei* não eram, de fato, deuses (CHANIOTIS, 2005, p.434-435); com efeito, a relação estabelecida se aproxima mais de uma comparação do que de uma equivalência.

reis helenísticos e da concessão de uma série de benefícios em contextos específicos. Em contrapartida, os reis se beneficiavam, em primeiro lugar, da disseminação da representação monárquica segundo os caracteres ideológicos do bom rei em ambientes de amplo acesso público dentro dessas mesmas *poleis*; em segundo, da coleta de tributos pela proteção e defesa dessas cidades; e, em terceiro, de sua própria condição cultural de elite greco-macedônica à frente de estruturas de governo estabelecidas diante de comunidades extremamente heterogêneas.

Como conciliar a representação monárquica de caráter bélico e vitorioso apresentada no capítulo anterior com a imagem de filantropo, generoso apresentada neste? Contradições aparentes como essa são entendidas no contexto helenístico como consequência da constante adaptação de vocabulário, atuação e símbolos de representação monárquica diante de audiências diversas. Isso se dá por meio da constante readaptação de tradições locais preexistentes ao novo sistema de poder imperial de forma que seja possível ocorrer a negociação dos termos de convivência das estruturas administrativas locais e imperiais, é isso que Shipley entende por “poder real como campo de negociação” (2000, p. 183).

CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES DE *PHILIA* NA CORTE HELENISTICA

“Então os monarcas fazem deles muitos
olhos e mãos e pés; pois fazem os amigos,
deles próprios e de seus governos,
companheiros no comando. ”

(ἐπεὶ καὶ νῦν ὀφθαλμοὺς πολλοὺς οἱ
μόναρχοι ποιοῦσιν αὐτῶν καὶ ὦτα καὶ
χεῖρας καὶ πόδας· τοὺς γὰρ τῇ ἀρχῇ καὶ
αὐτοῖς φίλους ποιοῦνται συνάρχους.)

(Arist., *Pol.*, 1287b.25-30)

Aspectos da vida de Heqanakht nos são revelados pelas cartas de Heqanakht, um conjunto de papiros datados da 12^a dinastia egípcia. Nelas, um homem egípcio comum, responsável pelo culto da estátua de um alto oficial, fornece informações sobre suas atividades mundanas, entre elas questões pessoais e econômicas. É interessante notar que nos relatos econômicos, tratando de atividades agrícolas, relativas a colheita, trabalhadores, economia doméstica não há interferência estatal ou nomeação direta, envolvimento do faraó ou entidades relacionadas à monarquia (ALLEN, 2002).

Tomemos, por outro lado, Kleon como exemplo; trata-se de um imigrante grego que vivia no Egito lágida, c.262 a.C., como *architekton* regional, responsável por construções no Faium. Graças a seu alto cargo, ele tinha a possibilidade de acesso direto ao rei e, além disso, comandava diversos oficiais e trabalhadores como artesãos e construtores. Os papiros que se referem a Kleon retratam principalmente o trabalho como sistema de irrigação local, fundamental para a agricultura (LEWIS, 1986).

A maior parte das cartas do período lágida vem de um estrato privilegiado da sociedade, sobretudo pessoas dentro da rede administrativa, como Kleon, do reino ou à sua margem (BAGNALL, CRIBIORE, 2006, p. 68-69). Não temos, infelizmente, um Heqanakht contemporâneo aos reis helenísticos que nos forneça uma janela para a vida do homem egípcio comum e sua relação com a monarquia ou a presença real cotidiana da monarquia no seu dia a dia. Apesar da distância cronológica do documento do Médio Império e também, é claro, das limitações de se trabalhar com um único corpo documental para se estudar quadros mais amplos, o contraste entre ambas as realidades apresentadas suscita questionamentos a respeito da atuação da monarquia e seu aparato administrativo

na vida de seus súditos: como a monarquia se legitima por meio dos estratos sociais do povo que governa? Qual é a real presença do *basileus* e de todo o vocabulário de poder monárquico na vida dessas pessoas para além dos rituais públicos?

Uma possibilidade já foi apresentada, isto é, a presença do poder central nas regiões rurais se dava, ao menos, pela presença de funcionários do governo, como Kleon, membros, portanto, da elite. As elites locais e regionais se ligavam à corte real por meio de vantagens como títulos e propriedades e controlavam a extração de recursos em nome do rei por um complexo sistema hierárquico e burocrático (MANNING, 2010, p.34-35). No centro da relação *basileus*-agricultor médio temos, portanto, a corte helenística – foco deste capítulo.

Os estudos mais antigos são limitados a respeito do estudo das cortes no período helenístico e se restringem às relações de amizade entre o rei e seus companheiros, essas relações de amizade ritualizadas serão analisadas mais adiante e constituem um ponto fundamental dos sistemas político-sociais presentes na corte. Estudos mais recentes desenvolveram também análises sobre as relações entre as *poleis* e as cortes ou *basilei*. Outro ponto fundamental, o patrocínio artístico e, finalmente, estudos sobre a corte helenística propriamente dita⁵⁴. Dois trabalhos contribuíram muito para o desenvolvimento deste estudo, em primeiro lugar o capítulo de Gabriel Herman dedicado à sociedade de corte no livro de Cartledge, Garnsey e Gruen; e em segundo lugar o livro de Rolf Strootman inteiramente dedicado à corte helenística (aspectos culturais, cerimoniais e ideológicos), resultado de sua tese de doutorado.

Herman sugere que as fontes a partir das quais se estuda o período oferecem informações valiosas a respeito da sociedade de corte que haviam sido ignoradas ou não suficientemente exploradas pela falta de um modelo de análise satisfatório. Ele próprio analisa relatos de Políbio sob a perspectiva geral do esquema oferecido por Norbert Elias. Strootman se aproxima do tópico da realeza helenística pela ótica da corte e suas relações políticas com ênfase nas relações entre cortesãos e as funções de desenvolvimento cultural e científico e representação ritual e cerimonial.

A Corte Helenística e suas definições.

⁵⁴ Infelizmente, não tive acesso ao livro de Elias Bickerman, *Institutions des Séleucides* (1938).

A leitura das fontes escritas, Políbio, Plutarco e Diodoro, é o suficiente para que se perceba a existência do que chamamos de sociedade de corte. Nota-se a existência de ambientes físicos onde o *basileus* reside, sejam eles fixos em uma determinada cidade ou móveis para acompanhar as campanhas militares; fica claro que um grupo específico de pessoas convive com o rei nesses ambientes e que a relação entre essas pessoas e o rei parece seguir um código de conduta não declarado.

Nesse sentido, a noção dessa sociedade de corte que convive com os *basileis* é circunscrita nas fontes a partir do rei e suas relações e ações. Primeiramente, há uma delimitação do grupo de convivência do rei, seu meio social, composto por: familiares, seus generais, os *philoí*, os familiares dos *philoí*, agentes de administração interna e externa e indivíduos dotados de habilidades específicas (engenheiros, artistas, filósofos, etc). A organização interna da corte era pautada por um complexo sistema hierárquico e burocrático baseado, entre outros fatores, em títulos honoríficos (MANNING, 2002, p.34) e se dava de forma semelhante entre os diferentes reinos.

A corte nas fontes

Não há uma terminologia consistente nas fontes para designar a corte helenística. A referência a todos os aspectos que envolvem a corte helenística é feita por alusão temática explícita por alguns termos característicos. Entre eles temos, primeiramente, o termo *aule* utilizado para designar tanto o palácio real⁵⁵, no sentido de suas estruturas físicas⁵⁶, quanto a corte helenística⁵⁷, no sentido das pessoas que convivem com o rei ou nos palácios⁵⁸. O mais comum neste último caso é a utilização de palavras derivadas ou locuções como *hoi perí tēn aulen*, seja nesta construção com acusativo ou outras declinações, e *aulikoís* para designar os cortesãos.

⁵⁵ Para o emprego de *aulē* como estrutura física referente a palácio, aposentos reais, pátio do palácio, ver Políbio (5.26.20, 5.76.4, 15.27.8, 15.28.4, 15.30.4, 15.31.3, 30.27.3).

⁵⁶ Outros sintagmas para designar o palácio real são *basíleion* (D.S., 19.18.1) ou *basíleia* (Plb., 10.27.9).

⁵⁷ Ver Políbio (26.1.1), Diodoro (19.35.4-7, 31.15a.1-2).

⁵⁸ De acordo com a Suda (*alpha 4437*) *aulē* pode significar (1) “o que agora é chamado de palácio: para onde são levados os condenados. E os que ali trabalham são chamados de *aulikoús*” (τὸ νῦν ἀρχεῖον λεγόμενον ὅπου ἀπήγοντο οἱ κατὰκρίτοι. καὶ τοὺς ἐκεῖσε ὑπηρέτας αὐλικούς ὠνόμαζον.) e (2) “o ambiente doméstico do rei” (ἡ τοῦ βασιλέως οἰκία). Na primeira definição, a palavra aqui traduzida como palácio é *archeion* que carrega um sentido de *locus* de poder; e se refere claramente a um conceito cronologicamente posterior ao que abordamos aqui. A segunda definição, contudo, corrobora com o campo semântico da palavra como visto nas fontes contemporâneas, isto é, a composição física e social do convívio do rei.

Em segundo lugar, há o termo *philoí* comumente utilizado para designar os amigos do rei. Esse é o termo mais comum para se referir às relações do rei dentro da corte, mas não se restringe à corte helenística. Na verdade, é parte do conjunto de relações de *philia* que serão abordadas especificamente adiante. Por fim, há o termo *therapeia* que é utilizado para os serviços⁵⁹; no entanto além de pessoas que trabalham a serviço pessoal do rei, em Políbio é empregado também como guarda pessoal, sinônimo de *somatophylakes* em algumas passagens⁶⁰.

Não se pode afirmar que a terminologia contemporânea é consistente, mas ainda assim, é bastante coerente a conclusão de Strootman (2007, p.15) de que entre os termos encontrados, *aule* e *philoí* são os mais apropriados para nos referirmos à corte helenística. Outra característica interessante dos campos semânticos formados pelos termos é que não há uma diferença clara entre a corte como palácio e como sociedade; nesse sentido, a ideia de corte é muito semelhante à ideia de *oikos*⁶¹ (STROOTMAN, 2007, p.15).

O que se segue é uma análise da corte helenística referente à sua natureza, composição e características feita com base no estudo de trechos selecionados a partir da ocorrência dos termos supramencionados ou narrativas relacionadas ao tema, principalmente, em Diodoro, Políbio e Plutarco. Inicia-se essa análise com uma apresentação da composição social da corte, com ênfase no papel dos amigos do rei; em seguida será feita uma exposição das relações político-sociais dentro da corte.

A composição social da corte.

A estrutura das cortes helenísticas tem a origem de grande parte de suas características na corte macedônica e nas tradições da cultura helênica como um todo (STROOTMAN, 2007, p.111-117). Com o tempo, ela ganhou complexidade hierárquica e se desenvolveu de forma relativamente integrada aos costumes locais, nos casos selêucida e lágida, este em menor medida. Nela temos o grupo dos familiares do rei cujo título hierárquico era *syngeneis* (BICKERMAN, 1939, p.31); os familiares dos amigos do rei

⁵⁹ Ver Bickerman (1938).

⁶⁰ Como em “Alexandre, o capitão dos guarda-costas” (τὸν ἐπὶ τῆς θεραπείας τεταγμένον Ἀλέξανδρον) (Plb., 4.87.5) e em “Alexandre à frente dos guarda-costas” (Ἀλέξανδρος δ' ἐπὶ τῆς θεραπείας) (Plb., 4.87.8). Em ambos os casos a tradução adotada é a associação aos *somatophylakes* (WALBANK, 1957, p.536).

⁶¹ O *oikos* é comumente associado à casa, mas extrapola o campo semântico desta incluindo tanto aspectos físicos da construção residencial quanto aspectos políticos e pode, também, ser definido por uma abordagem de composição social, composta pelos residentes da casa (família nuclear, família estendida, escravos, visitantes) (NEVETT, 1999, p. 12-20).

também habitavam a corte⁶². As relações de parentesco no mundo grego eram definidas tanto por laços sanguíneos quanto por união matrimonial, suas características principais identificadas por Herman (1987, p. 16-17) eram a presunção de perpetuidade e os laços de afeto mútuo. Havia ainda inúmeras pessoas a serviço da corte, escravos, serviçais, oficiais (BICKERMAN, 1939, p. 29).

Muitas das características da corte são oriundas de tradições estabelecidas no período de Alexandre. Dentre as instituições sociais existentes destacam-se, primeiramente, os pajens (*basilikoi paides*⁶³) que eram os filhos de membros da elite macedônica (SAWADA, 2010, p. 403-404), e posteriormente helenística, criados sob uma rígida disciplina com objetivo de educá-los para a vida política. Ainda sob Alexandre, temos os guarda-costas (*somatophylakes*) que eram teoricamente responsáveis pela integridade física do rei, teoricamente, por que eram um dos grupos sociais mais próximos ao rei e, na prática, o título era uma marca de alta patente mais importante para hierarquia social do que para a proteção do rei⁶⁴ (KING, 2010, p. 381).

Junto aos guarda-costas, há os *hetairoi*. Os companheiros do rei são efetivamente aqueles indivíduos mais próximos do rei no período de Filipe II e Alexandre. Resumidamente, o que é restrito aos *hetairoi*⁶⁵ aqui se desenvolve para os *philoï* no período helenístico⁶⁶. Podemos traçar duas origens para sua presença na corte. Primeiramente, temos a herança de Alexandre que flexibilizou a tradicional formação do conselho dos *hetairoi* de modo a privilegiar aqueles que o apoiavam em detrimento de seus opositores⁶⁷. Por meio da redistribuição das riquezas obtidas por suas conquistas, ele foi capaz de fortalecer os indivíduos que queria próximos de si (STROOTMAN, 2007, p. 117). A outra origem é a instituição de *philia*, isto é, as relações de amizade que, no mundo grego, era uma instituição complexa de relações de intimidade, confiança e obrigações mútuas.

⁶² Ver Diodoro (19.35.4-7).

⁶³ A origem da instituição dos *basilikoi paides* é objeto de discussão no meio acadêmico. As fontes dão indícios de que teria sido uma instituição mais antiga do que Filipe II, contudo Arriano (4.13.1) traça sua origem até seu governo.

⁶⁴ A proteção do rei não era exclusividade dos *somatophylakes*, que em muitas passagens não eram os indivíduos que de fato impediram que algo o afligisse (Arr., 6.9; Plu., *Alex.*, 63); foi inclusive um destes que assassinou Filipe II (D.S., 16.93.3).

⁶⁵ Podendo significar, em Filipe II e Alexandre, os líderes da cavalaria, certos membros da infantaria macedônica, amigos estrangeiros dos reis e, ainda, um grupo mais seleto de amigos mais influentes (KING, 2010, p.382). Originalmente era utilizado para se referir aos membros da nobreza macedônica.

⁶⁶ Nas fontes mais tardias ambos os termos são intercambiáveis. A instituição helenística dos *philoï* passa a ter seu campo semântico de certa forma imposto aos termos correlatos como *hetairoi*.

⁶⁷ A respeito das mudanças implementadas por Alexandre ver Heckel (2012), Walbank (1993, p.29-45), Gilley e Worthington (2010).

Temos dois tipos de relações de *philia*, quais sejam: a amizade (*philia*) e a amizade ritualizada (*xenia, philoxenia*). Ambas se referem a laços de solidariedade que se manifestam na troca de bens e serviços entre indivíduos (HERMAN, 1987, p. 10). A diferença entre elas é que a amizade ritualizada ocorre entre indivíduos de diferentes grupos sociais. Ou seja, temos o estabelecimento da relação de amizade entre Alexandre e Ptolomeu, ambos da elite macedônica, mas temos amizade ritualizada entre Agátocles e Ofelas.

O que se percebe é que os *philoí* eram o núcleo social mais próximo do rei; era costumeiro, por exemplo, que decisões fossem tomadas pelo rei após consultar os amigos⁶⁸. Em um encontro entre o general romano, Caio Popílio Lenas, e Antíoco IV esse costume é desrespeitado quando Popílio impede que Antíoco consulte seus amigos antes de se submeter à autoridade do decreto senatorial que lhe fora apresentado (PLB., 29.27.1-6.5). O que à primeira vista poderia parecer desconhecimento das tradições associadas às relações de *philia* pode ser entendido como forma de estabelecer autoridade, uma vez que Popílio demonstra intimidade com os rituais de iniciação de relações amigáveis quando oferece a mão direita, símbolo de amizade (*tes filias synthema*⁶⁹) para cumprimentá-lo após garantir submissão (HERMAN, 1987, p.52-54). Os *philoí* eram tão presentes na rotina do *basileus* que o acompanhavam desde o início do dia até o final, nos banquetes reais, como se pode notar na seguinte passagem: “mas quando ao nascer do sol, os amigos do rei se reunindo em sua tenda, como era costume [...]” (Οὐ μὴν ἀλλ' ἅμα τῷ φωτὶ συναθροισζομένων τῶν φίλων εἰς τὴν σκηνὴν κατὰ τὸν ἔθισμόν[...]) (PLB., 8.21.1).

Outra passagem, dessa vez relativa à importância política dos *philoí*, é a narrativa da coroação de Antígono: “em seguida, a multidão saudou pela primeira vez Antígono e Demétrio como reis. Os amigos, então, imediatamente coroaram Antígono e Demétrio recebeu um diadema de seu pai, com uma carta na qual o tratava por rei. ” (Ἐκ τούτου πρῶτον ἀνεφώνησε τὸ πλῆθος Ἀντίγονον καὶ Δημήτριον βασιλέας. Ἀντίγονον μὲν οὖν εὐθύς ἀνέδησαν οἱ φίλοι, Δημητρίῳ δ' ὁ πατὴρ ἔπεμψε διάδημα καὶ γράφων ἐπιστολὴν βασιλέα προσεῖπεν.) (Plu., *Demetr.*, 18). Neste excerto, ele é, em um primeiro momento, aclamado pelo exército; o verbo utilizado é ἀναφώνέω, junção do prefixo ἀνα, cuja semântica indica movimento de ascensão, e do verbo φώνέω, que com o complemento de pessoa (Antígono) quer dizer “chamar”. Em um segundo momento, seus amigos o coroam; neste momento o verbo utilizado é ἀναδέω, que com substantivos no acusativo

⁶⁸ Ver Políbio (3.85.6, 4.81.3, 5.2.1, 5.4.13, 5.22.8, 5.58.2).

⁶⁹ No original em grego: τῆς φιλίας σύνθημα (Plb., 29.27.3).

que se referem a pessoas, significa coroar e tem um sentido de atar como um diadema que é citado a seguir e é um dos símbolos mais emblemáticos dos reis helenísticos. Aqui, Antígono novamente é o objeto da oração, isto é, segundo Plutarco, ele é aclamado ao invés de se autoproclamar e os dois agentes de sua coroação são: o exército e os *philoí*.

Ainda a respeito da composição da corte temos diversas informações, como referências ao período de Alexandre, que podem ser associadas à concentração de artistas nas cortes helenísticas, onde literatura, tecnologia, filosofia e artes floresceram por conta do patrocínio real (STROOTMAN, 2007, p. 189-193). Algumas referências pontuais são feitas por Plutarco, por exemplo em: “a aparência externa de Alexandre é melhor representada pelas estátuas que Lisipo fez, e era somente por este artista que o próprio Alexandre achava apropriado ser modelado.” (Τὴν μὲν οὖν ἰδέαν τοῦ σώματος οἱ Λυσίππειοι μάλιστα τῶν ἀνδριάντων ἐμφαίνουσιν, ὕφ' οὗ μόνου καὶ αὐτὸς ἤξιον πλάττεσθαι) (*Alex.*, 4.1-2); “seu elmo era de ferro, mas brilhava como prata polida, trabalho de Teofilo.” (τὸ δὲ κράνος ἦν μὲν σιδηροῦν, ἔστιλβε δ' ὥσπερ ἄργυρος καθαρὸς, ἔργον Θεοφίλου) (*Alex.*, 35.2); e “ele também usava um cinto, que era muito elaborado para o resto de sua armadura, pois era trabalho de Helicon, o antigo, e uma marca de honra da cidade de Rodes, que o havia presenteado.” (ἐπιπόρωμα δ' ἐφόρει τῇ μὲν ἐργασίᾳ σοβαρώτερον ἢ κατὰ τὸν ἄλλον ὀπλισμὸν ἦν γὰρ ἔργον Ἑλικῶνος τοῦ παλαιοῦ, τιμὴ δὲ τῆς Ῥοδίων πόλεως, ὕφ' ἧς ἐδόθη δῶρον) (*Alex.*, 32). A nomeação dos indivíduos responsáveis pela criação de determinados objetos não parece ser casual, mas sim uma forma de fazer referência à grandeza de Alexandre ao exaltar seus adereços, nos dois últimos casos, e a promoção de artistas que produziam arte patrocinada.

Quanto à sua composição étnica percebe-se uma mudança entre o período macedônico e o declínio das monarquias helenísticas. Inicialmente, sob Filipe II e Alexandre, portanto, a corte era composta pela nobreza macedônica; mesmo após as mudanças implementadas, acusadas de orientalização e rechaçadas por muitos de seus companheiros, a composição não sofreu grandes alterações étnicas. As mudanças ocorridas se referem a gregos participantes da corte, mas não a orientais. Heckel realizou um extenso estudo prosopográfico do período de Alexandre (2006) bem como um estudo de sua trajetória a partir da carreira de seus mais proeminentes generais (1992), onde essa característica é perceptível. Isto não significa dizer, contudo, que relações de *philoxenia* não foram estabelecidas.

Já no estudo prosopográfico de Billows (1997), restrito aos amigos e subordinados de Antígono, nota-se que de 82 pessoas cuja origem é conhecida, apenas 30 são de origem

macedônica. Ou seja, de Alexandre para seu sucessor direto pode-se afirmar que o número de macedônios na corte caiu a mais da metade. Se avançarmos para as cortes Lágidas e Selêucidas, com base na avaliação prosopográfica de Strootman, essa mudança fica ainda mais clara. No Egito, entre 305 e 180 A.C., de 25 pessoas cuja origem é identificável, 3 são macedônios; já entre 180 e 30 A.C., de 47, 7 são macedônios. Neste caso há o agravante do costume de se adotar nomes gregos durante o processo de ascensão social, o que dificulta a análise discutida aqui; afinal não há como saber se lidamos de fato com um indivíduo grego ou macedônio somente pela adoção de um nome helenizado. Entre os selêucidas, nos anos de 305 a 180 A.C., de 49, 6 são macedônios; e entre 180 e 30 A.C. o número se agrava, de 34, nenhum é macedônio (STROOTMAN, 2007, p.126-128).

Foram estabelecidos, assim, os grupos sociais que formavam a composição da corte helenística, bem como suas principais características. Nesse sistema, temos no topo o *basileus* e logo abaixo o seu meio social imediato composto por familiares, e cortesãos. Sabendo-se que estes tinham origem grega ou macedônica em sua maioria, mas que a composição étnica deste grupo foi se tornando progressivamente multicultural. Destacou-se, ainda, o protagonismo dos *philoí* e o fato de que a relação entre eles e o rei era determinada por um código de conduta próprio das relações de *philia*. Mooren (1985, p. 222) divide as conexões entre essas pessoas em três tipos diferentes: laços familiares, laços de amizade e laços políticos que, por sua vez, podem ser positivos (aliados) ou negativos (rivais). Por entender que não há motivos para isolarmos as relações políticas como se relações familiares e de amizade fossem, nesse sentido, apolíticas, dividimos as relações dentro da corte somente entre as relações de *syngeneia* e de *philia*. Prosseguiremos, portanto, com a análise das relações políticas dentro da corte.

Relações políticas na corte helenística.

Assim como a figura do *kyrios* no *oikos* ateniense, o *oikos* dinástico tinha seu líder no *basileus* que, assim como os indivíduos inseridos no contexto cultural helênico, tinha sua identidade determinada primeiramente nos termos de sua origem familiar. O tema da ancestralidade do rei é recorrente por sua capacidade de conferir prestígio, proteção e laços sociais. A importância da família vai além do fator de impacto da ancestralidade, seu aspecto mais importante é sem dúvida a sucessão dinástica; mas podemos citar também a formação de alianças por meio de laços matrimoniais e sua atuação na corte com grande potencial de barganha de indivíduos investidos de legitimidade real.

Segundo Mooren (1985, p. 220), o que importa na corte é o poder, que reside, pelo menos teoricamente, no rei. Seus familiares compartilhavam o prestígio pela associação de parentesco e se tornavam parte do jogo de poder da corte. Este ambiente não era hermeticamente isolado do resto do ecúmeno, não só seus integrantes tinham laços com suas cidades de origem como havia uma certa equiparação horizontal entre os grandes reinos helenísticos como o lágida, selêucida e antigônida. Nesse sentido, os familiares dos reis transitavam entre as cortes formando alianças e buscando se aproximar de diferentes polos de poder (HÖLBL, 2007, p. 24). Os casamentos como forma de estabelecimento de alianças entre famílias ou linhagens são muito comuns nas fontes⁷⁰, desde o período das guerras de sucessão entre os diádocos com a discórdia causada pela indecisão de Pérdicas⁷¹ que optou pela irmã de Alexandre como estratégia de legitimação por associação dinástica.

O caso de Ptolomeu I é exemplar. Logo após a morte de Alexandre, casou-se com Eurídice, filha do então regente, Antípatro; deste casamento nasceram Ptolomeu Keraunos, Meleagro, Lisandra, Ptolemais, Theoxene e um herdeiro de nome desconhecido. Posteriormente, o rei casou-se com Berenice com quem teve Arsinoe, Ptolomeu (II) e Philotera (HÖLBL, 2007, p. 24-25). Destes, Keraunos e Meleagro foram, por um breve tempo, reis da Macedônia; Lisandra casou-se com Agatocles, filho de Lisímaco; Ptolemais, com Demétrio; Theoxene, com Agátocles de Siracusa. Enquanto Ptolomeu, filho de Berenice, tornou-se o sucessor legitimado por meio de um período de co-regência com Sóter. Vemos, em primeiro lugar, a circulação dos membros da família e, em segundo lugar, a importância do estabelecimento da sucessão que era tradicionalmente complicada pela poligamia dos reis helenísticos (STROOTMAN, 2007, p. 110-111). Destacando-se que as fontes não revelam nenhum indício de que a primogenitura seria um fator preponderante.

O príncipe sucessor era o segundo polo de poder dentro da corte (MOOREN, 1985, p. 220). Cortesãos eram atraídos por ele na preparação para o momento da sucessão que,

⁷⁰ Por exemplo, Políbio (1.78.7; 4.16.6; 4.33.5); Diodoro (18.4.4; 18.12.1; 18.18.7; 20.37.4).

⁷¹ Para Errington, esses dilemas se apresentam como os principais motivos para Pérdicas ter buscado firmar uma aliança com Antípatro por meio do casamento com uma de suas filhas, Niqueia, sendo que assim aliaría suas forças às dele e garantiria um forte aliado político (2012, p. 15). Isso resolveria o eventual conflito da escolha da capital administrativa na Macedônia. Todavia, às vésperas do casamento com Niqueia, outra proposta de aliança matrimonial foi feita ao regente: Cleópatra, a meia-irmã de Alexandre. Aceitar esta proposta permitir-lhe-ia tornar-se parte da dinastia argéada. Ainda assim, decidiu casar-se com a filha de Antípatro para evitar conflitos, mas planejava casar-se posteriormente com Cleópatra, que seria fundamental para conquistar o poder supremo (D.S., 18.22).

como dito anteriormente, era alvo de disputa uma vez que o rei tinha diversas esposas e, portanto, diversas possibilidades de sucessores. No Egito ainda havia a figura da *basilissa* que pode ser colocada no mesmo patamar do *basileus*, sobretudo em razão da prática da endogamia e do culto dinástico dos *theoi adolphi*. Além disso, a tendência entre as famílias reais helenísticas de repetir os nomes ao longo das gerações (STROOTMAN, 2007, p.106), pode ser vista claramente no caso dos Lágidas que estabeleceram *Ptolomeu* como nome real⁷².

Dentre as disputas por poder, há um tipo específico denominado *disputas anfigométricas* que são aquelas entre núcleos familiares centrados na figura materna. Essas disputas ocorrem devido à prática poligâmica que opõe meio-irmãos na disputa pelo trono. Ogden atribui às práticas poligâmicas oriundas da tradição macedônica o inevitável fracasso das dinastias helenísticas; para ele, os reis helenísticos foram incapazes de hierarquizar suas esposas e, conseqüentemente, falharam em hierarquizar os sucessores (1999, p. ix-xi)⁷³. Em um esforço de não impor padrões de outra temporalidade, percebe-se que o padrão helenístico era a disputa por poder e a utilização de diferentes estratégias de estabelecimento de um sucessor. Assim, não devemos entender essas práticas como falta de uma tradicionalização ou regulamentação legal de sucessão dinástica, mas sim que as transições sucessórias dependiam do contexto específico em que ocorreram.

Uma das formas de se garantir a ascensão do sucessor escolhido já analisada foi a adotada por Seleuco. Antíoco é indicado como escolha do rei por meio do casamento com Estratonice (App., *Syr.*, 320.1; Plu., *Demetr.*, 38), esposa de seu pai. Essa estratégia legitima a sucessão de duas formas: em primeiro lugar pela associação do sucessor a uma das atuais rainhas o que é uma demonstração de sua escolha como sucessor; em segundo lugar, Seleuco atribuiu-lhe a administração das províncias do Norte; dividindo o poder dessa forma também indica sua escolha. No Egito, foi instalada a tradição do casamento entre irmãos⁷⁴ que impedia as disputas anfigométricas uma vez que um filho desta união teria um apelo maior à legitimidade. Outra estratégia identificada foi a adoção de períodos de corregência nos quais a escolha do sucessor seria manifestada em vida assim como sua ascensão. O caso mais exemplar é o de Antígono que assim que ascendeu ao trono enviou

⁷² De Ptolomeu I à Cleópatra IV, todos os reis do Egito Lágida carregavam o nome real.

⁷³ Cf. Strootman (2007, p.112-114).

⁷⁴ A motivação dessa prática é objeto de disputa no meio acadêmico. Acredita-se que sua origem seja devida a tradição faraônica (cf. TURNER, 1984), o que poderia caracteriza-la, inclusive, como uma prática voltada a audiência egípcia por ser estranha aos macedônios. Ogden discute algumas dessas possibilidades e defende que foi uma estratégia empregada para concentrar legitimidade e evitar disputas anfigométricas (1999, p. 74-79).

um diadema a Demétrio e atribuiu-lhe o título real (306-301). Mas podemos citar também os casos de Ptolomeu I *Soter* e Ptolomeu II *Philadelphos* (284-282), Seleuco I e Antíoco I (292-281)⁷⁵.

Sendo assim, identificamos ao menos três estratégias amplamente utilizadas de estabelecimento sucessório: a estratégia endogâmica, que abarca tanto casamentos entre irmãos⁷⁶ quanto o caso de Estratonice e Antíoco; a estratégia da corregência; e, finalmente, a atribuição de cargos oficiais associados diretamente a posição de segundo na hierarquia⁷⁷, como o comando da cavalaria⁷⁸ ou, até mesmo, independente em campanhas militares, responsabilidades áulicas ou cerimoniais dentro do governo (STROOTMAN, 2007). Conclui-se, portanto, que apesar de disputas sucessórias terem sido uma característica das monarquias helenísticas que contribuíram para instabilidade interna, como posto por Ogden, havia estratégias disponíveis para hierarquizar esposas e filhos para garantir a sucessão (STROOTMAN, 2007, p. 114).

Nesse sentido, nem o eventual fracasso de um príncipe sucessor em se estabelecer como *basileus* nem a falta da regulamentação oficial da sucessão configuram provas de inexistência de quaisquer estratégias de estabelecimento dinástico. A abundância de conflitos dentro da corte helenística, bem como a volatilidade do poder e seus detentores aparenta ser reflexo de uma instabilidade política endêmica. Uma das possíveis razões para essa atribuição de fragilidade é a absorção do olhar helênico das fontes por parte da historiografia contemporânea. Políbio apresenta uma visão negativa da corte helenística que se sustenta na crítica ao jogo de poder e como este é realizado⁷⁹. Sugiro aqui que, na verdade, a natureza das relações políticas dentro das cortes helenísticas era dinâmica, isto significa que a distribuição de poder estava constantemente sujeita a uma redistribuição. Não parece haver, tampouco, ganho analítico algum em atribuir fragilidade ao sistema por conta de sua dinâmica política – pois essa interpretação só pode ser entendida em termos comparativos o que denota uma sobreposição temporal de modelos.

Para entender o dinamismo político avançamos para o segundo tipo de relações que identificamos nas cortes, a *philia*. A noção de amizade no mundo grego difere

⁷⁵ Reis helenísticos que governaram em regime de corregência: Ptolomeu V (210-204), Ptolomeu VII (145), Ptolomeu VIII (170-164), Antíoco II (266-261), Antíoco III (210-193), Seleuco IV (189-187), Antíoco V (165-164), Antígono II (?-287), Átalo II (160-159) (STROOTMAN, 2007, p.114).

⁷⁶ Cf. Ogden (1999) que afirma que essa prática levou a outro tipo de disputa entre irmãos filhos de pais diferentes. Para ele, a atribuição de legitimidade segundo a filiação materna seria uma fragilidade do sistema sucessório que teve sua consequência última na ascensão de Cesário, filho de Cleópatra e César.

⁷⁷ App., *Syr.*, 320.1.

⁷⁸ Plu., *Demetr.*, 29.3

⁷⁹ Ver 4.87.4, 5.26.13, 5.40.2, 5.41.2.

bastante de seu sentido contemporâneo, ultrapassa o sentido de laço sentimental de afeição e simpatia recíprocas. Podemos entendê-la como um laço de lealdade e solidariedade recíproco baseado em um conjunto de obrigações mútuas (GOLDHILL, 1986, p. 80-82) que era estabelecida sem necessitar de uma conexão formal pré-existente (como, por exemplo, cidadania, parentesco) (KONSTAN, 1997). *Philoí* podiam contar com a ajuda uns dos outros e sua relação era, geralmente, motivada por um objetivo comum.

Aristóteles no oitavo livro de sua obra *Ética a Nicômaco* se dedica a discutir os diversos aspectos da amizade para além de sua noção contemporânea superficial de uma relação entre pares, e distingue as intenções que a motivam. Fica claro que nessa relação algo é oferecido, seja uma contribuição intelectual ou afetiva, como física e quantitativa⁸⁰. Além disso, para ele, há a amizade entre pessoas iguais e desiguais. A amizade baseada em superioridade exige que o afeto ou benefício oferecido seja equivalente a disparidade entre os indivíduos (Arist., *EN*, 1158b). Podemos perceber, portanto, a presença do tema do benefício que é fundamental para a compreensão desse tipo de relação na corte helenística uma vez que a instituição helenística dos *philoí* é uma aplicação da linguagem das relações de *philia* a um sistema distinto de relações hierárquicas (KONSTAN, 1997, p. 97)⁸¹. Contudo, é necessário ressaltar que essa visão mais formalizada e objetiva não anula o caráter pessoal das relações de amizade. Ao contrário, a pessoalidade nas relações políticas dentro da corte corrobora a interpretação de que as basileíai eram formas de governo personalizadas.

A corte é abordada nas fontes a partir da relação do rei com seus amigos, e nessas ocasiões percebe-se um comportamento recorrente: o rei presenteia e distribui. Esse comportamento é abordado por Plutarco em um trecho esclarecedor:

Por que devemos guerrear e lutar um contra o outro, Alexandre, se você não veio para nos tomar água ou algo de necessidade de sustento, as únicas coisas pelas quais homens são são obrigados a lutar obstinadamente? Quanto às outras riquezas e posses, se sou seu superior, estou pronto para bem fazer, caso seja inferior, não fugirei em agradecer pelas graças conferidas. [...] Lutarei contra você até o último dos meus recursos para que você não me supere em generosidade (Plu., *Alex.*, 59)⁸².

Ao encontrar-se com Taxiles, o rei de uma província na Índia, ambos discutem a natureza da guerra e do oferecimento de presentes. Segundo o indiano, o oferecimento de graças (*chárin*) parte daquele que é mais abastado àquele que é inferior em riquezas; ainda

⁸⁰ Ver Arist., *EN*, 1158a, 1158b, 1160a.

⁸¹ Cf. Strootman (2007, p.136-137).

⁸² No texto grego: καὶ μάχης ἡμῖν Ἀλέξανδρε πρὸς ἀλλήλους, εἰ μήθ' ὕδωρ ἀφαιρησόμενος ἡμῶν ἀφῆσαι, μήτε τροφήν ἀναγκαίαν, ὑπὲρ ὧν μόνων ἀνάγκη διαμάχεσθαι νοῦν ἔχουσιν ἀνθρώποις; τοῖς δ' ἄλλοις χρήμασι καὶ κτήμασι λεγομένοις, εἰ μὲν εἰμι κρείττων, ἔτοιμος εὔποιεῖν, εἰ δ' ἥττων, οὐ φεύγω χάριν ἔχειν εὔπαθῶν [...] ἐγὼ γὰρ ἀγωνιοῦμαι πρὸς σὲ καὶ διαμαχοῦμαι ταῖς χάρισιν, ὡς μου χρηστὸς ὧν μὴ περιγένη.

mostra comprometimento em ser mais generoso do que Alexandre. A graça é entendida aqui como um ato de benevolência oferecido por aquele que se mostra superior. Aristóteles constata o mesmo ao analisar a amizade que o indivíduo superior deve oferecer benefício proporcionalmente superior (*EN*, 1158b, 1161a). Isso vale para o caso helenístico, o indivíduo de maior status na sociedade era obrigado a oferecer os presentes ou benefícios mais valiosos (STROOTMAN, 2007, p. 145).

No seguinte excerto o tema do oferecimento das graças aparece novamente em Plutarco: Ele se irritava mais com aqueles que não aceitavam do que com os que pediam. Por isso ele escreveu para Fócio em uma carta que ele não o tratasse como amigo no futuro se rejeitasse suas graças. (ὅλως δ' ἤχθετο τοῖς μὴ λαμβάνουσι μᾶλλον ἢ τοῖς αἰτοῦσι. καὶ Φωκίῳ μὲν ἔγραψεν ἐπιστολήν, ὡς οὐ χρησόμενος αὐτῷ φίλῳ τὸ λοιπόν, εἰ διωθοῖτο τὰς χάριτας.) (Plu., *Alex.*, 39.3). Observa-se a irritação de Alexandre com a recusa da amizade que pode ser entendida segundo a ótica aristotélica, como recusa do estabelecimento de uma relação de *philia* (Arist., *EN*, 1162b), além disso, no mundo grego não era uma desonra pedir presentes (Strootman, 2007, p. 145). A possível irritação com aqueles que pedem presentes que fica subentendida pode ser atribuída ao fato de que alguns de seus amigos deixaram de demonstrar moderação na relação de troca de presentes (Plu., *Alex.*, 39)⁸³. O que à primeira vista pode parecer um comportamento cultural de generosidade é, na verdade, uma demonstração de superioridade, como referido por Táyiles, feita por meio das graças que são aparentemente oferecidas voluntariamente, mas que são obrigatoriamente dados e devem ser retribuídos. Essa estrutura da concessão de presentes encontra eco no estudo de Marcel Mauss, sobre a dádiva, no qual são identificadas três regras: obrigação de dar, de receber e de retribuir (MAUSS, 2003; STROOTMAN, 2007, p.145).

Essa mesma ideia aparece em outros trechos, como “[...] que minha vitória possibilite que eu retribua Alexandre pelos favores que recebi de suas mãos quando perdi minhas mais queridas posses [...].” (ἵνα κρατήσας ἀμείψωμαι τὰς Ἀλεξάνδρου χάριτας, ὧν εἰς τὰ φίλτατα πταίσας ἔτυχον. [...]) (Plu., *Alex.*, 25.4). Neste trecho, Dario descobre que sua esposa e filhas foram capturadas pelos macedônios e teme por elas, mas um informante relata as condições honrosas e luxuosas que Alexandre lhes proporcionou. O informante

⁸³ Alexandre tinha o hábito de presentear seus amigos. E, segundo Plutarco (*Alex.*, 39), se irritaria muito com aqueles que não aceitavam os presentes. Plutarco narra ainda que Olímpia o alertava quanto a esse costume, que fazia com que os amigos se sentissem como reis tamanho o luxo e generosidade dos presentes e que o próprio Alexandre ficaria sem nada. Posteriormente, ele começa a desconfiar de seus amigos que perdem a noção de moderação.

tenta apaziguar o persa dizendo que deve Admirar Alexandre pelas suas ações e demonstrações de autocontrole. Essa situação revela que neste momento Alexandre está na posição de oferecer benefícios e Dario, por sua vez, de receber.

O beneficiado pelas graças não estava isento, como mencionado, de retribuição. Em outro trecho de Plutarco, Demétrio é enviado por seu pai para confrontar Ptolomeu em Gaza pela disputa do território (do norte do Golfo pérsico) e sofre uma derrota emblemática. Todavia, Ptolomeu envia de volta a Demétrio seus amigos capturados em batalha, bem como muitas de suas posses conquistadas. Este é mais um exemplo do sistema de benefícios em funcionamento. Ptolomeu ao conceder uma graça ou favor a Demétrio coloca-se numa posição de superioridade hierárquica reconhecida por sua caracterização como justo e bondoso. Novamente, utiliza-se o termo *chárin*: “Demétrio aceitou essa bondade e rezou para os deuses que não ficasse em dívida com Ptolomeu por muito tempo, mas pudesse rapidamente retribuir.” (Δημήτριος δὲ δεξάμενος ἠΰξατο τοῖς θεοῖς μὴ πολὺν χρόνον ὀφειλέτην Πτολεμαίῳ γενέσθαι χάριτος, ἀλλὰ ταχέως ἀμείψασθαι διὰ τῶν ὁμοίων) (Plu., *Demetr.*, 5). Um aspecto digno de nota, é o prestígio obtido na concessão de benefícios, como já analisado.

Posteriormente, Demétrio derrotou um dos generais de Ptolomeu (Cilles) e foi capaz de retribuir o favor concedido por aquele: “entretanto, ele se alegrou por ter vencido, não pelo que ele possuiria mas pelo que ele poderia recuperar e estava satisfeito não muito com a riqueza e glória que sua vitória traria, mas com o poder que ganhou de recompensar a bondade e retribuir o favor de Ptolomeu.” (ἔχαιρε δὲ νικήσας οὐχ οἷς ἔξειν, ἀλλ' οἷς ἀποδώσειν ἔμελλε, καὶ τῆς νίκης οὐ τὸν πλοῦτον οὕτως οὐδὲ τὴν δόξαν ὡς τὴν διάλυσιν τοῦ φιλανθρωπεύματος ἐκείνου καὶ τὴν χάριν ἠγάπησεν) (Plu., *Demetr.*, 6). Dessa maneira, podemos definir a amizade no contexto áulico como uma relação entre dois indivíduos hierarquicamente desiguais pautada no oferecimento de benefício, material ou imaterial, equivalente à sua posição na relação e que deve, em contrapartida, ser retribuído, também de forma equivalente, pelo recipiente do benefício.

A concessão de benefícios pode ter um sentido mais prático de oferecimento de bens materiais, pela distribuição de presentes e espólios⁸⁴. Um dos presentes muito estimados pelos cortesãos eram as coroas (*stephanoi*) douradas ou púrpuras, que indicavam alto status dentro da corte (STROOTMAN, 2007, p. 148). Outra forma de conceder graças era por meio da concessão de cargos oficiais, propriedades de terras, riquezas e honras de

⁸⁴ Ver Plu. *Alex.*, 25.4, 34; D.S., 18.18.7.

modo geral. Além de, é claro, títulos honoríficos. Sabe-se que a partir de c. 200, as cortes Lágidas⁸⁵ e Selêucidas se tornaram mais complexas na hierarquização áulica utilizando títulos como: primeiros entre os amigos (*protoi philoi*), amigos honrados (*timomenoi philoi*). Títulos relacionados à função dentro da corte também eram utilizados como o *dioiketes*, uma das mais importantes funções no Egito lágida, que era responsável pela administração do reino, como uma espécie de “primeiro-ministro”. Podemos citar, também, cargos como capitão dos *somatophylakes*, tesoureiro-mor, mestre dos pajens, e o responsável pela saúde do rei (STROOTMAN, 2007, p.152-153).

Nesse ambiente, o *basileus* era o principal foco por ser o detentor do poder e a hierarquização dos cortesãos era feita por meio da proximidade ao rei. A dificuldade em acessá-lo era essencial para o jogo de poder na corte, pois contrastava aqueles que faziam parte do círculo mais próximo do governante àqueles que não conseguiam ou tinham que esperar para acessá-lo. Nas palavras de Strootman, a questão da inacessibilidade acentuava o caráter extraordinário do rei e “isso é uma característica universal do poder despótico” (2007, p. 140). A lógica aplicada aqui é a mesma analisada anteriormente a respeito dos ambientes palacianos de acesso progressivamente restrito.

A hierarquização dessa sociedade acontecia, portanto, a partir da distribuição de poder por meio do benefício. Os *philoi* mais próximos ao rei eram aqueles que desfrutavam de posição hierarquicamente superior aos outros, e o acesso ao rei era conferido pelo próprio rei. Teoricamente, portanto, entende-se que o rei era capaz de organizar a hierarquia da corte. Na prática, por outro lado, percebe-se que o rei também estava sujeito à influência dos membros mais poderosos da corte pois dependia deles para administrar os territórios conquistados, comandar seu exército e, até mesmo, para obter recursos financeiros (OGDEN, 1999; STROOTMAN, 2007; MANNING, 2003).

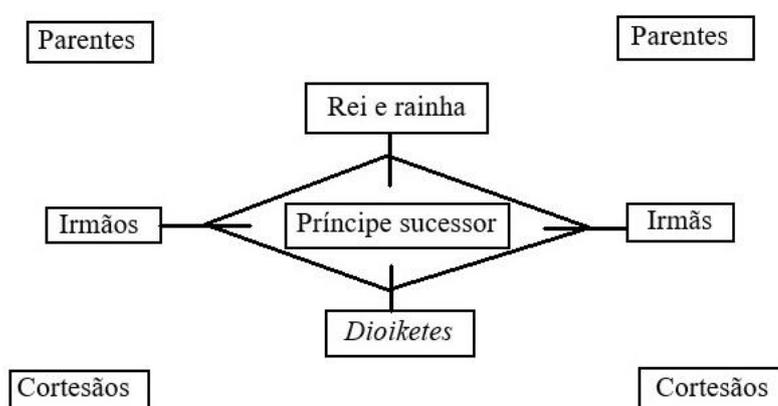
Conclui-se que todos os aspectos da hierarquização pela concessão de títulos honoríficos, cargos oficiais, presentes suntuosos, concessão de propriedades, proximidade do rei eram formas empregadas pelo *basileus* para redistribuir o poder que ele concentrava e, assim, conseguir apoio político, corpo administrativo e, como veremos, sustentação ideológica (STROOTMAN, 2007).

⁸⁵ Mooren (1975) fez um estudo emblemático sobre os títulos áulicos dentro da corte lágida ao qual, infelizmente, não tive acesso durante a pesquisa. Suas contribuições mais relevantes foram utilizadas por intermédio de trabalhos que o utilizaram como o de Strootman (2007).

Um modelo de corte helenística.

A segunda parte da análise a respeito da corte será voltada à concepção de um modelo. Mooren (1985) desenvolveu um modelo do sistema de relações de poder dentro da corte (Figura 1) que explica essa dinâmica a partir da existência de três polos de poder: o rei/rainha, o príncipe sucessor e o que ele chama de primeiro ministro, substituído aqui por *dioiketes*. A corte seria dividida em várias facções que disputariam por aumentar seu poder, e os cortesãos seriam atraídos para esses três polos de poder (MOOREN, 1985, p. 222).

Figura 1 – Modelo de relações da corte lágida de Mooren.



Fonte: Mooren (1985, p.220).

Outros autores também fazem referência ao dinamismo das relações na corte (HERMAN, 1997; STROOTMAN, 2007). A interpretação corrente é de que a posição dos indivíduos dentro do sistema poderia facilmente mudar. Isso é notável, também, nas fontes. Como mencionado anteriormente, Políbio, além do aspecto moral (4.87.4), apresenta a corte como um ambiente em que as posições importantes eram instáveis, e isso fica claro no seguinte trecho:

Tão curto período de tempo é necessário para exaltar e rebaixar homens de todos os lugares, especialmente aqueles nas cortes dos reis, pois estes estão exatamente como contadores em uma tábua de calcular. Pois estes pela vontade do contador agora valem um cobre e depois valem um talento, e cortesãos ao acenar do rei são em um momento universalmente invejados e no outro universalmente apiedados (Plb., 5.26.13)⁸⁶.

A perspectiva de Políbio é negativa; para ele, esta é uma característica de falta de estabilidade. Isto é, ao invés de abordar a questão do alto grau de dinamismo e mudanças

⁸⁶ No texto grego: βραχέεις γὰρ δὴ πάνυ καιροὶ πάντας μὲν ἀνθρώπους ὡς ἐπίπαν ὑפוῦσι καὶ πάλιν ταπεινοῦσι, μάλιστα δὲ τοὺς ἐν ταῖς βασιλείαις. ὄντως γὰρ εἰσιν οὗτοι παραπλήσιοι ταῖς ἐπὶ τῶν ἀβακίων ψήφοις· ἐκεῖναί τε γὰρ κατὰ τὴν τοῦ ψηφίζοντος βούλησιν ἄρτι χαλκοῦν καὶ παραυτίκα τάλαντον ἰσχύουσιν, οἳ τε περὶ τὰς αὐλὰς κατὰ τὸ τοῦ βασιλέως νεῦμα μακάριοι καὶ παρὰ πόδας ἐλεεινοὶ γίνονται.

de posições dentro da corte simplesmente como uma característica, entende a forma como a política é feita na corte como sendo conspiratória e baseada na malícia, inveja e trapaça (“κακεντρέχεια καὶ βασκανία καὶ δόλος”) (Plb., 4.87.4). A forma de se aceder a posições de prestígio era subjetiva e dependia não só do que se tinha a oferecer ao *basileus*, mas também do cumprimento de condutas de comportamento e da boa relação com outros membros mais proeminentes da corte⁸⁷.

Contrariamente ao que o trecho supramencionado indica, o *basileus* não tinha controle absoluto sobre os cortesãos nem, às vezes, sobre os assuntos de governo, como o próprio autor indica:

O rei, depois de todo o resto, se devemos acreditar, deu sua opinião; pois é difícil acreditar que um garoto de dezessete anos foi capaz de julgar bem assuntos da *basileia*⁸⁸. É, contudo, o dever de escritores atribuir ao líder supremo a expressão da opinião que prevalecia em seu conselho, enquanto é permitido ao leitor suspeitar que tais decisões e os argumentos nos quais elas se baseiam são devidos àqueles que conviviam com ele e especialmente àqueles muito próximos (Plb., 4.24.1-2)⁸⁹.

A imagem oficial transmitida deveria ser de unidade política e supremacia do *basileus*, entretanto a vontade de personagens politicamente importantes poderia se sobrepor a uma decisão real. Como discutido anteriormente, o rei consultava seus amigos antes de tomar decisões importantes, mais do que isso, o rei tinha a obrigação moral de consultar os amigos participantes do conselho real (*sunedrion*) antes de tomar qualquer decisão importante (STROOTMAN, 2007, p. 155-156).

A existência de um conselho real pode ser remontada ao macedônio dos *hetairoi*, mantida durante o governo de Alexandre e, posteriormente, pelos seus sucessores. No período helenístico, o *sunedrion* era composto pelos *philoí* mais poderosos. Um traço das relações de *philia* que era fundamental no *sunedrion* era a *parrhēsia*, liberdade de expressão. Era considerada uma característica fundamental de bons cortesãos e amigos que dissessem livremente o que pensavam mesmo que isto significasse discordar do rei. A oposição entre aqueles que falavam francamente e os bajuladores é constante, especialmente nos tratados sobre a monarquia do mundo grego em geral, abordado por Plutarco (*Moralia*), Dião Crisóstomo (*Sobre a realeza*) e Políbio.

⁸⁷ Ver Plb., 5.40.2, 5.41.2 e 5.50.14.

⁸⁸ Os assuntos relacionados a política da *basileia* são chamados de *ta pragmata* pelas fontes.

⁸⁹ No texto grego: ὁ δὲ βασιλεὺς ἐπὶ πᾶσιν, εἰ χρὴ τοῦ βασιλέως λέγειν τὰς τότε γνώμας· οὐ γὰρ εἰκὸς ἑπτακαίδεκάτη παῖδα περὶ τηλικούτων δύνασθαι πραγμάτων διεκρινεῖν. ἀλλ' ἡμῖν μὲν καθήκει τοῖς γράφοις τὰς κυρούσας τὰ διαβούλια γνώμας ἀνατιθέναι τοῖς προεστῶσι τῶν ὄλων· τοὺς μὲντοι γ' ἀκούοντας αὐτοὺς χρὴ συνυπονοεῖν διότι τῶν συνόντων καὶ μάλιστα τῶν παρακειμένων εἰκὸς ἔστιν εἶναι τὰς τοιαύτας ὑποθέσεις καὶ διαλήψεις.

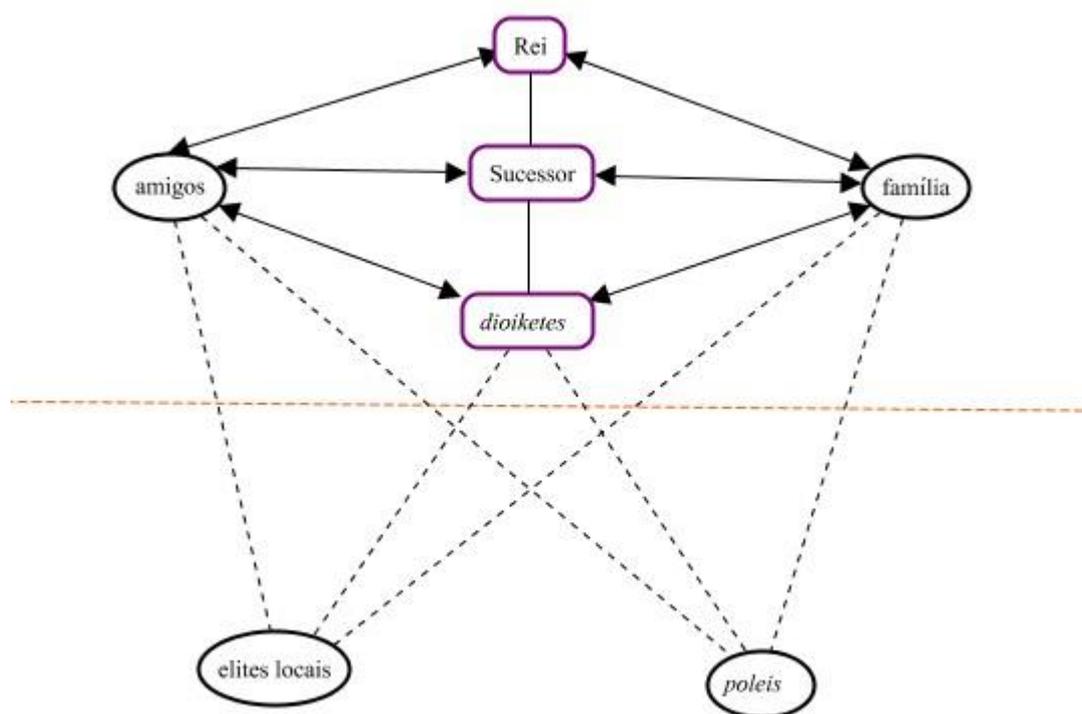
O que se percebe a partir da análise das fontes é que a corte helenística pode ser definida resumidamente como o círculo de pessoas que convivem com o *basileus* e a ampla matriz de relações políticas e econômicas em que elas estão inseridas (STROOTMAN, 2007, p. 7). Mais especificamente, define-se o círculo social do *basileus* como sendo composto por: familiares, amigos, familiares dos amigos. Além disso, o grupo dos amigos tem diversos níveis hierárquicos de maior e menor proximidade com o rei.

Já as relações políticas são baseadas na estrutura das relações de *philia*, como discutido anteriormente. Contudo, percebem-se algumas diferenças fundamentais entre a *philia* no mundo grego de forma geral e a relação durante o período helenístico⁹⁰, sobretudo em um ambiente áulico. Mantém-se o aspecto da relação de lealdade entre dois indivíduos que podem contar com o auxílio um do outro e que mantêm e fortalecem esse laço a partir da troca de benefícios. Todavia, o aspecto do afeto mútuo é atenuado no mundo helenístico enquanto a importância do benefício é acentuada. No contexto áulico a troca de presentes é utilizada como forma de estabelecimento da relação de *philia*, como forma de aumentar o prestígio do *basileus* pela suntuosidade do presente dado e também do cortesão presenteado.

Propõe-se, portanto, um esquema das relações políticas dentro da corte similar ao proposto por Mooren (1985, p. 222), mas com algumas especificidades. Mantém-se a noção de que nas cortes lágidas e selêucidas são identificáveis três polos de poder: o *basileus*, o sucessor pretendido e o *dioiketes*. Esses três indivíduos são os possuidores de poder legítimo, e que o redistribuem aos membros da corte por meio da concessão de benefícios. Vemos no esquema (Figura 2) a seguir, que os polos de poder são identificados pela moldura púrpura e organizados de forma hierárquica, esses indivíduos se relacionam de forma mútua com os familiares, sem os do rei ou dos próprios amigos, e com os indivíduos da corte, identificados como amigos. O que se pretende afirmar com o relacionamento mútuo entre esses indivíduos é que ao mesmo tempo que o poder é distribuído, os detentores de poder são influenciados. Por fim, os indivíduos da corte são os intermediários entre o rei e o ambiente do *oikos* dinástico com as elites locais (divididos pela linha pontilhada laranja), sejam elas as *poleis* gregas ou as elites sacerdotais locais, como no caso do Egito.

Figura 2 – proposta de esquema da corte.

⁹⁰ Cf. Strootman (2007, p.136-137).



É precisamente nesse relacionamento entre cortesãos e elites locais que reside a capacidade da corte de operar como instrumento de legitimação real. Isso se dá de três formas distintas: (1) a corte como palco de representação do poder, manifestado por rituais públicos; (2) a corte como instituição de administração do reino, por meio dos cargos administrativos oficiais; e (3) a manutenção de relações de benefício mútuo entre o rei e as *poleis* e as elites locais mediadas pelos cortesãos. Essas formas de legitimação são o foco desta análise daqui em diante.

A corte como instrumento de legitimação.

Percebe-se na utilização da palavra *aule*, mencionada anteriormente, que uma das referências contemporâneas para a corte helenística era sua associação ao palácio real. Na verdade, um dos termos mais utilizados nas fontes faz referência às pessoas que convivem no palácio (*hoi peri ten aulen*). Uma das razões que podemos atribuir para isso é o fato de que, para os súditos dos grandes centros urbanos, o palácio era a primeira instância de acesso ao poder real. E o palácio helenístico especificamente pode ser definido como um

complexo de edifícios reais que contava não só com instalações residenciais como também administrativas e religiosas (MILLER, 2016, p. 288).

Os centros urbanos selêucidas mais importantes eram Antioquia, Selêucia do Tigre, Selêucia Piéria, Dafne, Apameia, Sárdis, Tarso e Mopsuéstia. Dentre essas, a cidade de Antioquia-nos-Orontes merece destaque por sua localização estratégica tanto para dispersão de tropas quanto como centro comercial. Não se sabe muito sobre o palácio de Antioquia, contudo, a literatura especializada tende situá-lo em uma ilha que se localizava no meio do rio Orontes (STROOTMAN, 2007, p. 67-68). O palácio era, portanto, claramente separado dentro do ambiente urbano. Além disso, sabe-se que era composto, assim como outros palácios helenísticos, por vários prédios e que a entrada do palácio principal consistia em um propileu monumental (STROOTMAN, 2007, p. 68).

Podemos citar ainda o palácio helenístico encontrado em Aï Khanoum cuja construção é atribuída aos selêucidas. Novamente, a entrada é composta por um propileu monumental. Seu interior era marcado pela divisão entre ambientes cerimoniais e oficiais, reservada para audiências e administração, e ambientes residenciais (NIELSEN, 1994 *apud* STROOTMAN, 2007, p. 72; MEE, 2011, p. 64).

Os lágidas, por outro lado, residiam principalmente na cidade de Alexandria que se tornou símbolo do florescimento cultural sustentado pelo patrocínio real no período helenístico. Porém, eles também mantinham palácios nas cidades de Mênfis, Naucrátis e Pelúcio.

Entre os diversos componentes dos palácios helenísticos⁹¹, destacamos a existência de níveis de acessibilidade diferentes. Há, primeiramente, o espaço público de acesso entre *pólis* e palácio onde o governo monárquico se representava por meio de estruturas arquitetônicas e artísticas ao público. Neste ambiente se localizavam, por exemplo, os edifícios que demonstravam o patrocínio real às artes como as bibliotecas, destacando-se aqui a Biblioteca de Alexandria, e templos religiosos. Prosseguindo para o interior do palácio, havia espaços reservados para as audiências em que o *basileus* recebia embaixadores ou pessoas que levavam petições. Esse segundo nível já não é

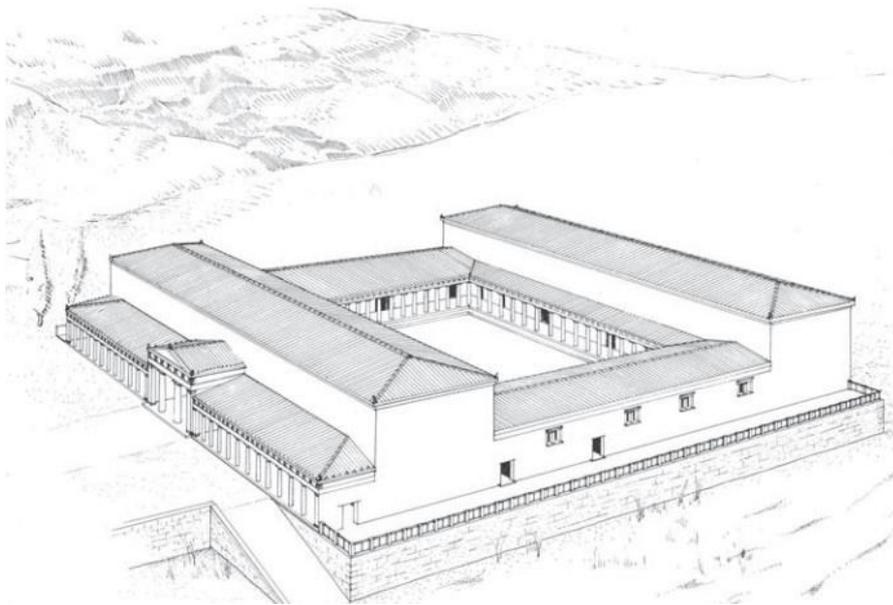
⁹¹ Strootman destaca cinco principais componentes dos palácios helenísticos baseado em evidências arqueológicas e escritas: (1) a área interna reservada aos aposentos reais e, possivelmente, aposentos de alguns cortesãos mais importantes com alguns ambientes reservados aos conselhos dos *phíloi* e para banquetes; (2) uma seção militar próxima à área residencial; (3) uma seção pública, ou cerimonial, com cômodos para banquetes, pequenos santuários e um ambiente de audiências com um trono; (4) uma seção operacional para habitação dos serventes, cozinhas, espaço de armazenamento, etc; (5) a parte mais acessível, o ambiente comum entre cidade e palácio onde os edifícios públicos se localizavam (museus, bibliotecas, teatros, hipódromos) (2007, p. 85).

completamente acessível, mas restrito, e depende da disponibilidade de acesso ao rei. Por fim, o nível mais reservado e, portanto, inacessível era composto dos aposentos dos membros mais importantes da corte, o rei, sua família e os *philoí* mais proeminentes (STROOTMAN, 2007, p.85-86). Essa transição reforça a ideia da existência de uma divisão entre o espaço cívico e real. Os muros, propileus monumentais, avenidas e decoração luxuosa funcionavam como forma de elevar o palácio, isto é, transmitir uma imagem de grandeza e imponência da realeza.

Na cidade de Pella, capital macedônica, o palácio ocupava uma área de cerca de 60.000m², cujas estruturas escavadas se restringem sobretudo às fundações. A construção, cujo tamanho e suntuosidade representavam arquitetonicamente as monarquias helenísticas, se localizava acima da região da ágora, que era, por sua vez, símbolo arquitetônico de identidade cívica grega (MEE, 2011, p. 65, 67). É possível notar na ilustração de um palácio macedônico a seguir (Figura 3) características arquitetônicas presentes na maioria dos palácios helenísticos, como o propileu de grandes proporções na entrada do palácio; a capacidade do palácio, o de Aigai (representado a seguir) tinha capacidade para cerca de 278 hóspedes (MEE, 2011, p. 64); a divisão dos cômodos por segmentos sociais, como apresentado anteriormente, e, é claro, a suntuosidade das construções.

Com base nos estudos arqueológicos e históricos é possível – e amplamente aceito na literatura especializada – afirmar que os palácios helenísticos eram bastante ecléticos quanto a seus atributos arquitetônicos por conta das diversas influências sofridas, mas apresentavam características em comum, como as mencionadas anteriormente. Podemos resumir as similaridades, como descreve Mee (2011), na capacidade de provocar impacto nos seus visitantes, a ponto de se tornarem símbolos da autoridade do *basileus*.

Figura 3 – ilustração de um palácio macedônico.



Fonte: Mee (2011, p. 65).

Todas as formas em que a corte atua na transmissão pública da ideologia monárquica caracterizamos como sendo parte da sua função de palco de representação do poder. Nesse sentido, a estrutura arquitetônica analisada anteriormente faz parte dessa função.

A manifestação mais emblemática da corte helenística como palco de representação do poder se dá na realização de rituais públicos. A definição de ritual é complexa e alvo de debate na literatura especializada. Contudo, para os fins aqui propostos pode-se entender os rituais, de maneira geral, como um comportamento simbólico socialmente padronizado e repetitivo que atuam como meios de canalizar emoções, guiar a cognição e organizar grupos sociais (KERTZER, 1988, p. 9). Isto é, trata-se de uma forma simbólica de se dar sentido ao mundo, por meio da qual, segundo Kertzer e Strootman, a população se conecta ao poder real; este se apresenta de forma real e tangível tanto para os espectadores quanto para os participantes (KERTZER, 1988, p. 9; STROOTMAN, 2007, p. 257, 259).

Nessa categoria de rituais públicos são contemplados os ritos de ascensão ao poder e de sepultamento que, juntos, compõem o processo de sucessão do poder, os ritos dos cultos dinásticos, dos cultos reais e também as procissões e festivais comemorados pelos reis de modo geral.

Os ritos de transmissão da *basileia* são parte central da monarquia; é o processo pelo qual se consolida a rotinização do carisma pela sucessão dinástica que se utiliza tanto de argumentos legais quanto da tradicionalização da transmissão do poder. E é por etapas de luto, sepultamento e ascensão que se traduzem essas categorias abrangentes de

legitimação do poder para uma linguagem inteligível a todos que se submetem ao poder monárquico e, também, meio de apropriação desses súditos no processo de concessão de legitimidade.

O funeral do rei era uma oportunidade de celebrar o esplendor da monarquia e o seu poder bélico. A procissão que levava seu corpo para o local de sepultamento era um evento grandioso e acompanhado por multidões de espectadores que se aglomeravam para ver o espetáculo. Diodoro descreve em detalhes o veículo de transporte do corpo de Alexandre (18.26-29), coberto em ouro e detalhe que aludiam às suas conquistas e proeza militar. Ele descreve ainda que a magnificência do veículo e do cortejo fúnebre atraíam muitos espectadores que o escoltavam pelas cidades. O evento do rapto do cortejo por Ptolomeu I é igualmente emblemático, de acordo com a narrativa de Diodoro (18.29). O objetivo seria sepultá-lo em uma cidade egípcia e associar seu nome diretamente ao de Ptolomeu. Há ainda o exemplo do cortejo fúnebre de Demétrio transportado da Síria à Grécia, escoltado por toda a frota Antigonida, em mais um exemplo da importância política desse tipo de procissão (Plu., *Demetr.*, 53).

O desfile do cortejo era uma oportunidade de exibir o poder da *basileia* e também de sacralizar o rei morto, dando início ao culto em seu nome. A partir da participação na procissão, os súditos tinham contato imediato com a representação simbólica de diversos discursos oficiais: em primeiro lugar, tem-se o poderio militar e a capacidade de obter riquezas e garantir prosperidade, que são os temas mais comuns da linguagem monárquica; em segundo lugar, a associação do rei morto com seus feitos e a apoteose por heroificação ou divinização do indivíduo que passará a ser cultuado; em terceiro lugar, é o ritual que dá início ao período de luto e anomia, que será seguido pela ascensão do novo rei.

Enquanto entendemos que é historicamente aceitável se afirmar que em situações de transição do poder é de se esperar que haja instabilidade política e tentativas de insurreição contra o sistema político dominante, também observamos que esses momentos são interpretados da forma simbólica peculiar a seu próprio tempo. Os exemplos são inúmeros: após a morte de Filipe, os tebanos se revoltaram contra o poder macedônico (D.S., 17.8-14; Arr., 1.7-9); após a morte de Alexandre, houve levantes na Grécia contidos por Crátero e Antípatro (D.S., 18.8); após a morte de Seleuco, Antíoco teve de conter revoltas na Síria (OGIS 219). E a representação simbólica desse tipo de conflito nas civilizações monárquicas da antiguidade também é bastante peculiar. O

período de interregno seria um período de anomia ao qual a paz e a ordem seriam restauradas após a ascensão do novo rei (STROOTMAN, 2007, p. 263-265).

Em documentos, como o decreto de Ílion em homenagem a Antíoco, o início de seu reino é marcado pela contenção de revoltas e o reestabelecimento da ordem e da paz (OGIS 219). Esse evento pode ser interpretado como a manifestação da heterogeneidade política dos impérios helenísticos e as instabilidades políticas próprias tanto desse tipo de sistema político quanto de períodos de interregno. Mas também podemos analisá-lo como representação oficial desse tipo de conflito segundo o vocabulário do poder monárquico que insere o conflito e a insurreição como parte do processo de transmissão do poder. A comemoração e homenagem do novo rei, capaz de reestabelecer a ordem e paz no mundo, o legitima como o rei ideal diante dos governados.

O evento de ascensão propriamente dito não é suficientemente abordado pelas fontes literárias para que uma representação do ritual possa ser razoavelmente formulada. O que se percebe, todavia, é a presença do exército tanto na proclamação de Antígono e Demétrio (Plu., *Demetr.*, 18) quanto na de Ptolomeu V (Plb., 15.25, 18.55). Pela natureza de ambas as fontes, o que se interpreta dessa semelhança é que elas relatam o ponto de vista oficial da ascensão e de sua proclamação para a audiência militar helênica. O que significa que, provavelmente, havia outro ritual voltado para uma audiência diferente. Na verdade, Políbio sugere (18.55) que havia uma celebração da proclamação real organizada pelos cortesãos e digna da grandiosidade esperada de um rei (STROOTMAN, 2007, p. 266).

A inscrição da pedra de Rosetta, que é um decreto de sacerdotes egípcios em honra de Ptolomeu V oferece uma representação da monarquia lágida de uma perspectiva do sacerdócio nativo. Nessa inscrição (OGIS 90) há a indicação de que uma cerimônia de ascensão foi celebrada em Mênfis cujos rituais eram essencialmente egípcios (AUSTIN, 2006, p. 491; STROOTMAN, 2007, p. 265-267), o que provavelmente é um reflexo tanto da ótica dos autores da fonte, sacerdotes egípcios, quanto indício da existência de uma cerimônia voltada para a audiência nativa, assim como havia uma para a audiência macedônica.

Na inscrição, podemos perceber que o fato de Ptolomeu V conferir vários benefícios aos templos egípcios e a população nativa de modo geral também se faz presente fora do escopo das fontes gregas. Ele teria dado prata e grãos aos templos, e isentado de tributação não especificada dentre vários benefícios conferidos à população

geralmente em termos de isenção de tributação, libertação de presos ou distribuição de grãos.

Percebe-se, sobretudo, que nas narrativas da proclamação de Ptolomeu V supramencionadas, enfatiza-se a declaração de lealdade do exército ao novo rei e o recebimento de presentes (benefícios) como parte da inauguração real. Isso é interpretado como uma renovação da relação de benefício mantida entre o *basileus* e seu exército, que garantia sua legitimidade. Strootman analisa que o oferecimento de benefícios na ocasião de inauguração real também poderia ser concedido a cidades e templos, e poderia tomar a forma de garantia de anistia dada a grupos que se rebelaram durante o período de anomia de interregno (2007, p. 274). Isso é exemplificado na sucessão de Perseu em 179 (Plb., 25.3). Nota-se, portanto que há a prática de se conferir benefícios àqueles indivíduos ou grupos inseridos na trama política da *basileia*⁹². Essa prática é uma forma de renovação dos laços de legitimidade de acordo com o sistema de benefícios descrito anteriormente.

Há também, como mencionado anteriormente, o estabelecimento de cultos dinásticos promovidos pelos *basilei*. Eles teriam como alvo, inicialmente, a comunidade grega do Egito e objetivaria tanto a instalação de uma instituição religiosa familiar aos hábitos da população de origem grega quanto a consolidação de lealdade ao *basileus* (WALBANK, 1984, p. 96-97). No Egito, o culto dinástico foi estabelecido por Ptolomeu I em nome de Alexandre e seguiu com a deificação de Ptolomeu I como salvador, o que contava com a celebração de jogos denominados *Ptolemaieia*; a prática acompanhou a sucessão dinástica dos lágidas com a peculiaridade da endogamia dos reis egípcios que eram cultuados como *theoi adelphoi*, deuses irmãos.

A pedra de Rosetta (OGIS 90) também revela a instalação de um culto a Ptolomeu V como deus manifesto e benfeitor que contaria com uma estátua em cada templo que o representaria sendo apresentado com uma arma de vitória pelo deus cultuado pelo templo. A inscrição aborda também (45-50) as procissões nas quais os templos egípcios participam e ressalta a participação do templo em honra do rei recém coroado com especificidades para garantir seu reconhecimento. Mais adiante (45-50), são especificados os dias de celebração do nome de Ptolomeu V e os festivais celebrados em seu nome com ênfase no festival anual que duraria cinco dias e contaria com sacrifícios libações e outros rituais. Por fim (50), define-se a titulação adicional aos sacerdotes com homenagem ao deus manifesto e benfeitor, obrigatória em toda a documentação oficial.

⁹² Ver D.S., 31.21; Plb., 15.25-26; 18.55; 25.3.

Em adição a essa inscrição há também o decreto de Canopo (OGIS 56) que honra Ptolomeu III e Berenice com a instituição de um culto em nome dos reis benfeitores (WALBANK, 1984, p. 97). Em ambos os casos o estabelecimento de honras, cultos e festivais está ligado à concessão de benefícios, mas a existência dos cultos dinásticos é importante para compreendermos o processo de legitimação, pois promove o envolvimento dos súditos em rituais religiosos ou em procissões que permitem a significação da existência de um poder monárquico em nível local e a apropriação, por parte dessa população local, dos símbolos de poder monárquico. De forma geral, o período dos três primeiros representantes da dinastia lágida foi marcado pela construção e benefício de templos, política decisiva para a manutenção do apoio do sacerdócio local (HÖLBL, 2001, p.85-87).

Por fim, há o culto real que era oferecido pelas *poleis* ao *basileus*. Walbank (1989) ressalta a espontaneidade do estabelecimento do culto dinástico como seu principal aspecto. O culto real se insere no conjunto de tradições de manifestação pública e teatral do poder real em diferentes contextos e se destaca sobretudo por se tratar de um ritual que dá sentido às relações entre os reis e as cidades gregas. Isso ocorre como forma das cidades negociarem proteção e vantagens em troca de fornecerem apoio prático e ideológico às intenções do rei, como analisado no capítulo anterior. Portanto, apesar de seu estabelecimento se dar de forma aparentemente espontânea, era, na verdade, parte da barganha política que garantia a legitimidade da monarquia no âmbito das cidades gregas e, também, sua liberdade. Dessa forma, o culto real utilizava uma linguagem típica da cultura helênica para representar as novas relações político-sociais existentes entre o poder monárquico e o poder independente das cidades gregas (SHIPLEY, 2000, p.68).

Uma característica comum a todos os rituais analisados é a comemoração por meio das procissões. Elas estão presentes em eventos como a chegada dos reis helenísticos nas *poleis*, na comemoração dos rituais do culto dinástico e do culto real, nos festivais em nome dos reis ou das divindades cultuadas e, de forma geral, são parte da cultura do mundo antigo. Nesse sentido, a riqueza conquistada por esses indivíduos era a base material de seu sucesso e, como tal, era exibida diante do público (HÖLBL, 2001, p.92).

Nas procissões, exibia-se um conjunto de imagens religiosas acompanhadas de imagens dinásticas com presença de sacerdotes, infantaria militar e a própria corte que seguiam um caminho preestabelecido pela cidade e terminava com a realização de sacrifícios e comemoração de jogos e competições artísticas (STROOTMAN, 2007, p. 305).

O centro desse tipo de evento era a figura do rei, que geralmente participava de festivais em diversas cidades. A participação nesses festivais era uma oportunidade de atuação do ritual monárquico de representação do poder e riquezas uma vez que atraíam pessoas para as cidades.

Políbio narra em detalhes a procissão de Antíoco IV em Dafne (30.25), por exemplo, na qual teria exibido suas forças militares com milhares de homens seguidos pela cavalaria dos *philoí* ornados com mantos púrpuras adornados em dourado. Seguindo o setor militar da parada, vinham carruagens, elefantes de guerra, gado para os sacrifícios, presentes para os deuses carregados por efebos. E, por fim, a seção dos deuses com inúmeras imagens de divindades adornadas com ouros e tecidos finos. Há, também, a grande procissão promovida por Ptolomeu II em Alexandria⁹³, que seguia uma estrutura similar à narrada por Políbio em grandeza e exibição de riquezas e poderio militar.

O que foi analisado até o momento se insere no que foi caracterizado por Strootman (2007) como o papel da corte como palco de representação do poder. Contudo, entende-se que a corte em sua função de representação material e simbólica do sucesso do poder monárquico não atua simplesmente como um grupo de pessoas institucionalmente ligadas ao poder real que exhibe caracteres representativos de poder militar, acesso a riquezas e sua redistribuição que seriam absorvidas de forma passiva pela população em geral. Na verdade, compreende-se a atuação da corte como palco de representação de poder como uma forma de engajar a população na apropriação simbólica desses caracteres. Ou seja, é por meio dos rituais analisados anteriormente que o rei e a corte, seu corpo administrativo imediato, promovem o envolvimento da população que dá sentido à presença do poder monárquico em seu cotidiano.

A essa função simbólica da corte, segue-se outra faceta de atuação, nomeadamente sua função administrativa burocrática. Havia uma ordem de comando e execução de ordens administrativas que ia do próprio *basileus* até, teoricamente, qualquer indivíduo inserido social, cultural, política ou economicamente no contexto de seu reino. Isto é, para que uma petição de um agricultor na região do Faium fosse atendida, ela passava por uma rede de indivíduos até chegar ao rei. A atuação dos indivíduos à margem da corte helenística e diretamente em contato com as populações locais é de especial interesse. Nos referimos aqui a um quadro mais amplo de estruturas sócio-políticas observáveis por meio das fontes, mas que não necessariamente eram auto evidentes e conscientemente

⁹³ Narração de Calixenos de Rodes presente em fragmentos no quinto livro da obra, *Banquete dos eruditos*, de Ateneu.

engajadas em sua própria contemporaneidade. Além disso, é um quadro que se refere especialmente às elites. Se desejamos entender como esse sistema operava em níveis regionais e locais para garantir a legitimidade das dinastias helenísticas devemos nos questionar a respeito de como a presença real era garantida e percebida pelas diferentes audiências no que tange a atividades cotidianas e não relacionadas a cultos religiosos como já foi alvo desta pesquisa – principalmente aquelas que não envolviam a elite e nem estavam próximas dos grandes centros urbanos.

O caso específico referido é o Egito helenístico, um Estado complexo que demandava a administração de uma grande variedade de grupos sociais, com graus diversos de lealdade, inseridos em um ambiente relativamente imprevisível por depender da cheia anual do rio Nilo e ameaças militares externas. A literatura tradicional tende a representar o Egito Lágida a partir de Políbio exclusivamente, isto é, como um grande reino marcado pela centralização e burocratização e pela oposição sempre presente entre gregos e egípcios (MANNING, 2010, p. 115).

A contribuição da obra de Políbio para a compreensão do mundo helenístico é inegável, porém é necessário fazer eco à abordagem de Manning (2010, p.29) de se distanciar da perspectiva grega para examinar o Egito antigo. Herman descreveu o funcionamento da corte helenística como um corpo administrativo, como uma instituição que possuía tentáculos que alcançavam todas as partes do reino, de forma que o poder real se manifestasse para seus súditos por meio dos membros da corte (1997, p. 200-201). Faz-se fundamental, para tanto, entender a composição, estrutura e alcance desses “tentáculos” da corte no Egito, isto é, a forma como os Lágidas se acomodaram ativamente à monarquia egípcia e à autoridade dos sacerdotes⁹⁴ a partir da perspectiva das relações de benefício entre rei, corte e elites como estrutura de legitimação do poder.

Ao contrário do que se pensa, o poder ao qual Ptolomeu I ascendeu no Egito, na condição de faraó, não foi de tipo monopolista. As instituições locais (religiosas, legais, economias domésticas) não se conectavam ao poder central de uma forma coesa e organizada, ou seja, o sistema de governo não deve ser entendido como uma cadeia de subordinação ordenada de cima pra baixo, pois havia muitos pontos em que não se estabelecia essa ligação direta (EYRE, 2004; MANNING, 2010). O esforço de se adaptar ao modelo e poder usufruir dele para a extração de recursos que alimentam a *basileia* foi

⁹⁴ A acomodação às estruturas de poder locais separa os Lágidas dos persas, seus antecessores, e dos romanos, seus sucessores, no poder do Egito e ajudam a explicar o relativo sucesso e comparativa longevidade da dinastia Lágida

baseado na manutenção das estruturas pré-existentes e das relações com as elites sacerdotais locais. Ou seja, este foi o meio pelo qual se conseguiu garantir a aceitação do *basileus* – reconhecimento de legitimidade.

As elites sacerdotais egípcias eram responsáveis pelas propriedades nas quais os templos se localizavam e sua administração. As atribuições dos templos não se restringiam ao campo religioso; eram pontos de coordenação do controle econômico das propriedades, registro, armazenamento e distribuição de grãos, coleta de impostos, além de operarem no campo mais evidente dos rituais religiosos que davam legitimidade ao faraó (MANNING, 2010, p.83). Sem dúvida, essa última função era de grande importância, sobretudo por que nos referimos a um povo profundamente religioso, cuja cultura associa ao faraó a manutenção da ordem e prosperidade no mundo. Mas o controle das instituições de arrecadação de impostos e armazenamento de produtos agrícolas foi essencial para o sucesso dos Lágidas, pois foi o meio de manter o controle do Egito e, também, garantir renda.

Isto é notado, por exemplo, no estudo de Lewis (1986) de papiros gregos do Egito lágida, já mencionado anteriormente, no qual ele analisa, por exemplo, um *corpus* documental de cerca de 50 documentos referentes a um engenheiro de nome Kleon, tanto em atividades públicas quanto domésticas. O aspecto mais relevante desses documentos para a presente pesquisa é o fato de Kleon ser um oficial do governo lágida que operava à margem das relações de corte, isto é, ele é um exemplo dos indivíduos que representam o poder monárquico na vida cotidiana dos súditos egípcios. Em uma dessas cartas, seu filho lhe pede que Kleon o apresente ao rei para que ele possa conseguir um cargo importante (Lewis, 1986, p.38). Isto é um exemplo de que ele tinha acesso ao rei e, portanto, estava dentro da corte helenística. A maioria dos documentos, todavia, se refere aos trabalhos de Kleon em projetos de irrigação no campo o que contempla tanto a tomada de decisões sem a necessidade de autorização de outrem (Lewis, 1986, p.40) quanto o convívio com a população e os trabalhadores e suas petições.

A literatura especializada contempla, por um lado, estudos a respeito do caráter das monarquias helenísticas, sobretudo em trabalhos como o de Stewart (1993), Herman (1997), Strootman (2007), Gehrke (2013); há, de outro lado, trabalhos que se dedicam especificamente ao caso de dinastias helenísticas e suas especificidades locais, por exemplo em clássicos como Bevan (1985), Bingen (2007), Höbl (2001) e Manning (2007). Nota-se, contudo, que ainda há um caminho a trilhar na junção desses dois focos de pesquisa. Há que se fazer uma ponte entre as explicações das macroestruturas vigentes

no período helenístico com a vida cotidiana dos indivíduos distantes dos grandes personagens de poder e os documentos voltados à administração pública. Este caminho que abre novos horizontes científicos em antiguidade pode ser contemplado por meio de documentos como cartas, recibos de arrecadação de impostos, petições, sentenças, inscrições e, obviamente, as muito exploradas fontes literárias que podem permitir a elaboração de uma representação da realidade cotidiana do Egito Lágida que nos permita entender as relações de poder e benefício que levam a ideologia imperial ao ambiente rural e urbano do Egito, incluindo-se aqui alto Egito, baixo Egito e territórios anexados. Dessa forma, poderíamos avaliar como os Lágidas se inseriram no sistema egípcio de administração até atingir os níveis locais por meio dessa documentação. Alguns indicadores são as ocorrências de referências ao rei em documentações cotidianas, como recibos de pagamentos de impostos, descrições de leilões de propriedades rurais, petições e sentenças. Também se percebe a adoção de nomes gregos por sacerdotes de altas funções e a adoção de padrão bilíngue nos documentos (grego, demótico e, às vezes, hieroglífico⁹⁵).

A instalação de casas de cunhagem em c.315 por Ptolomeu I, enquanto ainda era sátrapa⁹⁶, como parte de um projeto de monetização do Egito também teve participação importante na promoção de circulação de políticas imperiais e das representações oficiais dos reis Lágidas. Promover a circulação de moedas acelerava o contato físico direto do súdito com a imagem do rei em atividades cotidianas como pagar impostos, pedir empréstimos ou comprar mercadorias⁹⁷.

O estudo da função administrativa da corte helenística a partir da articulação das elites regionais e locais com o poder imperial central, pela análise dos sistemas de administração locais e sua integração com a corte é fundamental para a compreensão da

⁹⁵ Como na Pedra de Roseta.

⁹⁶ Stewart apresenta uma coleção de moedas helenísticas e uma rica análise da cunhagem de Ptolomeu à qual seguiremos (1993). Ele apresenta um tetracma cunhado por Ptolomeu I que mostra a imagem de Alexandre; foi produzida como comemoração à chegada do cortejo fúnebre de Alexandre ao Egito. Nesta, Alexandre é representado com o chifre de carneiro, símbolo de Zeus-Amon, a mitra de Dioniso e um escalpo de elefante. Destes, o escalpo de elefante tem destaque especial, segundo Stewart. Pode ser interpretado como símbolo de hegemonia universal e inegável (1993, p. 236); mais do que isso, igualava seus feitos aos de Hércules e, como parte do culto divino do rei, relegava Alexandre a um *locus* divino. Outra moeda apresentada é emblemática pela substituição da imagem de Zeus no obverso pela de Atena com um escudo sobre uma águia, símbolo da dinastia ptolomaica, em um raio. A deusa protege a terra conquistada pela força das armas de Ptolomeu. Por último, um tetracma de prata com Ptolomeu I *basileús* no anverso, nesta imagem, o rei com o diadema real. Esse conjunto apresentado revela um pouco do discurso oficial de legitimação a partir da imagem de Alexandre como faraó legítimo e a subsequente presença de Ptolomeu I.

⁹⁷ Sabe-se que o sucesso da monetização do Egito Lágida foi limitado, porém seus efeitos foram significativos e não se restringiram às elites gregas (MANNING, 2010).

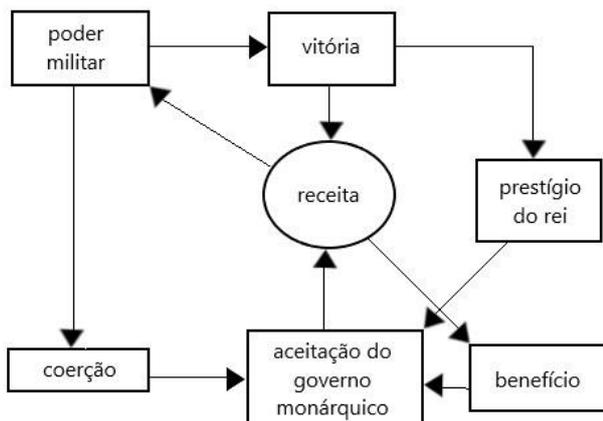
legitimação no mundo antigo. Levando-se em consideração que quando nos referimos a elites, no caso Lágida, falamos especificamente das elites sacerdotais locais, não necessariamente um grupo politicamente homogêneo; o exército, sustentação coercitiva e ideológica⁹⁸ da monarquia⁹⁹; a elite administrativa de origem helênica; e, é claro, da corte, cujo principal grupo é, sem dúvida, os *philoí*.

Por fim, o poder monárquico se legitima pelo estabelecimento e manutenção de redes de benefício por meio das quais o poder e os insumos adquiridos pela conquista militar eram redistribuídos em troca de apoio para a garantia da estabilidade política, para a disseminação do vocabulário de legitimidade e para a obtenção de mais recursos militares e financeiros. Pode-se dizer, assim, como conclui Strootman (2007, p.349) (veja-se a figura 4), que a estrutura político-econômica das monarquias helenísticas se retroalimentava para manter o ciclo conquista-legitimação-captação de recursos-conquista em funcionamento. Isto é, o poder militar garantia a vitória e a legitimação pela coerção analisada no primeiro capítulo. Essa conquista gerava a necessidade de promover a aceitação do governo do *basileus*. Isso era garantido, perante a audiência militar, por meio da comemoração da vitória e do próprio poderio militar; perante a audiência helênica, por meio da construção de uma imagem de prestígio baseada na figura do bom rei, como analisado no segundo capítulo; e perante a audiência nativa, regional e local, pela adaptação ativa do rei e sua corte às estruturas administrativas e simbólico-culturais locais, analisada neste capítulo. As três formas de legitimação dependem do sistema de benefícios e tem como objetivo o acesso a novas formas de obtenção de receita para sustentar o poder militar que garantiria novas conquistas.

Figura 4 – Esquema do proveito econômico e ideológico da guerra no período helenístico.

⁹⁸ Os membros do exército se inserem, claramente, na lógica de relações de benefício com a peculiaridade de que o benefício que motiva o apoio ideológico exige uma abordagem específica e envolve aspectos evidentes do serviço militar como pagamento de mercenários, divisão de espólios e, claro, a vitória. Além disso, um dos mecanismos implementados pelos Lágidas foi o estabelecimento dos militares na área rural como forma de garantir que a terra fosse trabalhada e garantisse produção agrícola com taxação além de garantir a presença da elite helênica no interior do território (MANNING, 2010, p. 161).

⁹⁹ Ver Fischer-Bovet (2014) que apresenta um estudo sobre o exército como instituição política social integrante do quadro social mais amplo e não como algo alheio cuja única função é exercer o monopólio da violência.



Fonte: Strootman (2007, p. 349).

Conclui-se que a aceitação do governo monárquico é obtida no período helenístico a partir da articulação da concessão de benefícios e a criação de uma imagem real de prestígio específica para cada relação de poder estabelecida pelo *basileus*. Ou seja, podemos entender a relação do rei com suas diversas audiências como uma relação locutor-mensagem-receptor, clássica nos estudos linguísticos, e profícua para a análise da legitimação do poder. A mensagem de poder legítimo emitida pelo rei é transmitida pelo canal mais adequado à audiência pretendida, seja ela o exército, as cidades gregas ou elites nativas; deve-se adaptar também a própria linguagem para que o receptor seja capaz de se apropriar da linguagem de representação de poder legítimo, concretizando o efeito pretendido pelo emissor. Claro que essa abordagem é teórica, e o *basileus* se adaptava à audiência com quem se comunicava sem racionalizar o processo comunicativo ou tomar consciência de sua intenção de legitimar-se; entender este processo como essencialmente comunicativo nos permite compreender as diferentes audiências, linguagens, canais e efeitos do processo de legitimação do poder no mundo helenístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas reflexões sobre a o Estado, Bourdieu conclui que a estrutura administrativa estatal se consolida por meio da construção de um tecido social definido segundo padrões culturais e simbólicos, geralmente associados à ideia de nação (2014, p. 136). Notou-se por meio dos estudos a respeito da natureza do poder monárquico no período helenístico que os símbolos e rituais aos quais temos acesso, quando analisamos as fontes, existem porque houve indivíduos que os incorporaram em seu cotidiano e meio social. Ainda de acordo com o pensamento de Bourdieu, “para compreender os sistemas simbólicos há que compreender os sistemas de agentes que lutam a propósito dos sistemas simbólicos” (2014, p. 186).

Percebemos que o esforço de compreender a monarquia helenística sob a ótica dos símbolos que produz, acumula e reproduz é, necessariamente, buscar compreender como esses símbolos foram disseminados e apropriados pelos indivíduos de diferentes estratos sociais, realidades multiculturais e sistemas políticos que variavam da democracia ateniense ao imperialismo monárquico. Como já aludido anteriormente, se trata de nos concentrarmos nas relações sócio-políticas entre governantes e governados (GEHRKE, 2013, p. 74).

A representação dos reis helenísticos por meio de estatuária, numismática, e mosaicos, como o célebre mosaico do confronto entre Alexandre e Dario da cidade de Pompeia, trazem aspectos que nos permitem a interpretação do caráter da comunicação oficializada entre governantes, por serem promovidas por membros das instituições governamentais, e governados. A caracterização dos *basileis* é fortemente pautada na imagem de evergetismo quando voltada ao público helênico (STEWART, 1993, p. 171), que se constata na análise epigráfica bem como na documentação literária. Mas há ecos consistentes dessa imagem em obras artísticas e, sobretudo, nas moedas do período. No caso de Alexandre, por exemplo, observa-se não somente uma única representação monárquica nas fontes, mas várias. Os macedônios parecem ter privilegiado aspectos militares nas imagens do rei, como a armadura e a lança (STEWART, 1993, p. 171), enquanto as audiências não-helênicas, como os egípcios, associavam com mais frequência sua imagem a rituais religiosos¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Como é possível notar nas representações de Alexandre em Luxor, datadas de cerca de 330-325 a.C., em que o rei é apresentado a divindades egípcias em um contexto cerimonial.

A variedade nas representações oficiais, seja na tradição material ou literária, nos leva à conclusão de que, assim como o império, as formas de representar a *basileia* e seu líder são heterogêneas. Isso confere aos reis helenísticos a característica da pluralidade de atuações e representações simbólicas que variam de acordo com sua audiência, o que é nomeado por autores como Stewart como o aspecto *camaleônico* do *basileus* (1993, p. 171).

Nesse sentido, podemos identificar as audiências com as quais os Lágidas e Selêucidas estabeleceram estratégias de legitimação por meio da apropriação de instituições e símbolos e, em seguida, analisar os aspectos desse processo. Contudo, para as audiências do Oriente Próximo, egípcias e não gregas de modo geral deparamo-nos com os obstáculos da dificuldade técnica e metodológica de acesso às fontes. Já para as audiências que se comunicam em língua grega e segundo aspectos culturais helênicos, o acesso amplo às fontes justifica a delimitação desta pesquisa aos textos literários escritos em língua grega. Esse recorte nos leva à definição de três grupos distintos, porém inseridos em um mesmo contexto cultural e linguístico: as tropas, as *poleis* e a corte helenística.

Como propor, então, uma análise das fontes segundo as audiências definidas? Retomando as concepções citadas anteriormente, entendemos que para compreender o Estado e sua atuação, há que considerar sua dimensão simbólica (Bourdieu, 2014, p. 186). Empreendemos, por esta razão, o esforço interpretativo de construir uma representação inteligível dos símbolos e rituais retratados pelas fontes, ressaltando seu significado e seu efeito no processo de legitimação do poder. Privilegiou-se compreender como se diz e não, necessariamente, o que é dito. Isto é, em certos momentos da análise foi muito mais importante entender por meio de quais adjetivos e atitudes Ptolomeu é exaltado em Diodoro e não detalhes factuais que nos aproximem da sempre intangível e de existência discutível, “realidade”. Sabemos que há uma distância irre recuperável entre as fontes contemporâneas ao período helenístico, sobreviventes em aspecto fragmentário, e os relatos aos quais temos acesso; entende-se, contudo, que há tradições culturais que foram mantidas em larga medida até o império romano, como, por exemplo o evergetismo. São essas tradições simbólicas que nos interessam.

O mundo aí fora confronta cada indivíduo com uma infinidade de estímulos, ainda assim ninguém é capaz de lidar com todos eles. Nós devemos ser seletivos em nossas percepções, e esses aspectos do mundo que selecionamos devem ser ainda mais reduzidos e reordenados em função de algum sistema de simplificação (ou categorização) que nos permita extrair sentido. Essa ordem é largamente fornecida pelo sistema simbólico que aprendemos como membros de nossa cultura,

um sistema que permite tanto a criatividade social quanto a idiosincrasia individual. (KERTZER, 1948, p. 4).

Símbolos nos ajudam a tornar o mundo inteligível, é por meio do sistema simbólico apreendido culturalmente que somos capazes de compreender os sistemas sócio-políticos e de que forma estamos inseridos. Esses símbolos tornam-se parte da nossa vida por intermédio dos rituais nos quais eles estão inseridos, que são, segundo a definição adotada para esta pesquisa, ações repetitivas carregadas de simbolismo que orientam a cognição e o comportamento social (Kertzer, 1948, p. 9). Essas duas categorias são importantíssimas para a análise presente nesta pesquisa. Parece claro que, quando colocadas em termos acadêmicos e conceitualizadas, essas categorias parecem artificiais e racionalizadas, mas são, na verdade, extremamente dependentes de emoção e inerentes ao comportamento humano.

Observamos, no contexto grego na tradição de se fazer libações aos deuses, súplicas, ao se ter um comportamento pré-definido para as discussões da eclésia uma série de rituais repletos de simbolismo inseridos no seio da vida cotidiana do cidadão grego. Argumenta-se que os reis helenísticos conseguiram acomodar as estruturas imperiais às audiências locais por meio da apropriação de diversos símbolos e tradições e sua adaptação ao novo contexto político. Novamente, enfatizamos que esse processo está longe de ser um processo auto-consciente repleto de racionalizações por parte dos indivíduos envolvidos. Segundo as palavras de Shipley “mais do que uma estratégia calculada, pode ser simplesmente que parecesse para eles [*basileis*] a forma mais natural de executar seu papel” (2000, p.68). Devemos ter em mente que quando nos referimos aos reis helenísticos e a maior parte de suas cortes, temos indivíduos de origem helênica; são pessoas vindas de cidades gregas, seja da magna Grécia, Egeu ou litoral da Ásia Menor, e da Macedônia. Isso ajuda a explicar a referência frequente a aspectos culturais helênicos na linguagem empregada na legitimação do poder.

Outra consideração fundamental a esta pesquisa foi o entendimento do processo de legitimação e interação com audiências específicas como, antes de tudo, um processo comunicativo¹⁰¹. Isso nos leva a algumas considerações que serão apresentadas a seguir. Primeiramente, o processo de comunicação compreende um emissor de uma mensagem a um receptor. Em segundo lugar, para que esse processo seja bem-sucedido é necessário que o emissor seja capaz de compreender a mensagem. Em terceiro lugar, para que a

¹⁰¹ Ver Jakobson, 1990.

compreensão seja efetiva há que se emitir a mensagem em função da audiência a quem se destina.

Sendo um processo comunicativo, o *basileus*, atuando como emissor, transmite uma mensagem de caráter legitimador segundo os termos de sua audiência, e por esta razão a forma da mensagem se altera perante cada audiência, mas não seu conteúdo. Ao se apresentar como líder militar vitorioso ao exército, protetor da liberdade às cidades gregas e protetor do equilíbrio entre os deuses e o mundo terreno aos egípcios, a mensagem emitida é a mesma: demanda-se reconhecimento de legitimidade para governar.

Com essas considerações teóricas em mente seguiu-se a análise das fontes de acordo com as audiências citadas anteriormente. O que se percebeu foi que ao seguirmos a narrativa das fontes e circunscrevermos as definições do que seria um líder reconhecido como legítimo para cada grupo obtivemos representações diversas. Notamos vários pontos de tensão na imagem apresentada de líderes igualmente legítimos: indivíduos ao mesmo tempo imbatíveis e sagazes, justos e razoáveis. Não que estas duas imagens sejam auto-excludentes, mas apresentam tensão se observamos que aquelas características se associam a uma figura mais próxima da *arche* e dominação, enquanto essas se aproximam de *hegemonia* e liderança. Claro que as diferenças são sutis dentro de seus campos semânticos, mas certas sutilezas podem ser a diferença entre o *tyrannos* e o bom rei.

A primeira audiência analisada foi, portanto, a audiência militar. A imagem representada pelas fontes foi de um indivíduo capaz de provar-se como líder legítimo pela capacidade de obter vitórias militares. Em diversas passagens, como apresentado, percebemos a valorização da vitória militar e sua associação direta ao reconhecimento de indivíduos ligados à carreira militar. Por outro lado, também percebemos que a incapacidade de as providenciar levou ao esvaziamento da legitimidade, perda de autoridade que se manifestaram, por exemplo, no assassinato de Pérdicas.

Isso se deve, segundo concluímos, não só ao aspecto evidente de que as tropas, majoritariamente compostas por mercenários, dependem da existência da guerra para obter recursos por meio do pagamento e da distribuição dos espólios. Essa obtenção de recursos por meio da guerra não era importante somente para a infantaria, mas igualmente relevante para os generais e o próprio *basileus*. O sistema monárquico do período helenístico era largamente sustentado pela guerra; o que não era uma inovação, mas uma característica marcante do mundo antigo. Essa característica ajuda a explicar a linguagem

percebida nas fontes. A guerra ubíqua se manifesta na consolidação de uma concepção tradicional da eficiência militar presente na cultura grega desde obras do período Arcaico.

Deu-se continuidade à análise com a audiência urbana das cidades gregas. Aqui, percebemos uma mudança na imagem do *basileus* que passou a ser representado como defensor da liberdade, do ideal cultural grego e da prosperidade. Percebemos que o papel do rei helenístico nas cidades gregas era oferecer benefícios que eram retribuídos por meio da disseminação da ideologia monárquica pela promoção de estatuárias, epigrafia, cultos reais e homenagens. Esse comportamento é nomeado evergetismo.

Aqui, nota-se que há muitas semelhanças entre o evergetismo e as relações de amizade no mundo grego. Por um lado, temos as relações de *philia* que são tradicionais no âmbito da cultura helênica e se referem a laços de solidariedade que se manifestam na troca de bens e serviços entre indivíduos (HERMAN, 1987, p. 10). As relações de evergetismo, por outro lado, se manifestam entre indivíduos e comunidades, mas também são definidas pelo estabelecimento de laços de solidariedade expressos claramente pela troca de bens e serviços.

Ambas as instituições conferem dinamismo às relações políticas no mundo helenístico e é por meio delas que notamos que se configuram redes de alianças entre indivíduos e comunidades pautadas em laços de obrigação recíprocas. Temos por consequência disso que a habilidade do *basileus* de influenciar é modulada pela sua capacidade de ser influenciado. Referimo-nos à Figura 4, apresentada anteriormente, para mostrar que a monarquia helenística era sustentada pela obtenção de recursos materiais para sustentar o expansionismo militar, mas, também, de recursos simbólicos para sustentar o apoio e reconhecimento de legitimidade de todo o sistema. É no rei, portanto, que se concentram os recursos materiais e simbólicos, que podemos entender como poder, e é pelo mesmo indivíduo que o poder, dividido em recursos, é redistribuído de acordo com o estabelecimento de laços de alianças com comunidades, pautados no evergetismo, e indivíduos, pautados na *philia*.

São nesses termos que o segundo e o terceiro capítulo se definem, respectivamente tendo as cidades e a corte como audiências. E percebe-se, por esse sistema, que as cidades e indivíduos são capazes de influenciar o rei e os acontecimentos políticos.

No segundo capítulo, portanto, notamos em que termos as fontes retratam a relação de evergetismo. Procuramos entender, sobretudo, quais os benefícios oferecidos, qual era a contrapartida oferecida pelas *poleis* e como isso era representado. Nesse caso

específico, utilizamos as fontes literárias e epigráficas em conjunto para entender esse fenômeno.

O terceiro, e último, capítulo ocupou-se de diversos aspectos da corte helenística. Primeiramente, observamos como o conceito de corte pode ser circunscrito dentro das fontes literárias e qual era sua composição. Aspectos sem os quais seria impossível ter qualquer noção estruturada de sua importância no processo de legitimação. Concluímos que as relações políticas dentro da corte são pautadas sobre as relações de amizade ressignificadas dentro do contexto político helenístico, o que gerou um aumento de complexidade de níveis de proximidade ao rei que se inscreviam ao ideal monárquico por meio da monumentalização dos caracteres simbólicos relacionados a *basileia*. Isto é, tornou-se o sistema simbólico mais complexo e o definiu segundo níveis de proximidade e acesso ao rei; estes eram definidos por nomenclaturas e funções dentro da corte e acentuado pela representação monumental de tudo que se relacionava a monarquia.

Quanto à corte, especificamente, percebemos um aspecto adicional que talvez seja o mais relevante. A corte era o elo entre o rei e seus súditos. Em primeiro lugar, sua importância na representação do ideal monárquico é justamente o fato de serem os indivíduos da corte os agentes que disseminam o sistema simbólico monárquico. Em segundo lugar, esses agentes, em níveis diversos, exercem funções administrativas que afetam o cotidiano dos habitantes do império o que os faz serem os pontos de contato entre as estruturas administrativas que representam a imagem do rei e do Estado diante dos indivíduos comuns.

Por fim, entendemos que para o enriquecimento dos estudos a respeito das estruturas governamentais e legitimação do poder no mundo helenístico é urgente que avancemos a fronteira dos estudos helênicos e proporcionemos a interação com os estudos orientalistas. Devemos realizar um esforço contundente em viabilizar o acesso às fontes e às metodologias necessárias para que estudos de macroestruturas governamentais não sejam tolhidos pela falta, sempre presente, do olhar oriental. Além disso, devemos, igualmente, provocar questionamentos de como as estruturas governamentais afetam a vida dos indivíduos comuns, como elas se fazem presentes, e quais suas consequências no microcosmo do indivíduo. Observadas essas inquietudes históricas, o horizonte que se abre para os estudos em história do mundo helenístico é promissor.

REFERÊNCIAS

Fontes

APIANO. **Guerras Estrangeiras**. Tradução de Horace White. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1913.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de H. Rackam. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1934.

_____. **Política**. Tradução de H. Rackam. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1932.

ARRIANO. **Anábase de Alexandre**. Tradução de P.A. Brunt. London: Heinemann, 1929.

DIODORO DA SICÍLIA. **Biblioteca Histórica**. Tradução de Russel Geer e Francis Walton. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.

PLUTARCO. **Vidas**, IX (Demétrio e Antônio. Pirro e Caio Mário. Alexandre e César). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA/ London: Harvard University Press, 1920.

POLÍBIO. **Histórias**. Tradução de W. R. Paton. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2005.

QUINTO CÚRCIO. **Histórias**. Tradução de H. Bardon. Paris: Les Belles Lettres, 1947. 2 vols.

Bibliografia

AUSTIN, Michel. **The Hellenistic world from Alexander to the roman conquest: a selection of ancient sources in translation**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BECK, Hans. Structures. In: ERSKINE, Andrew. **A Companion to Ancient History**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2009. p. 499-509.

BEVAN, Edwyn. **The House of Ptolemy: a history of Egypt under the Ptolemaic dynasty**. Chicago: Ares, 1985.

BINGEN, Jean. **Hellenistic Egypt: Monarchy, Society, Economy, Culture**. Edinburgh: The University Press, 2007.

BRAUND, David. After Alexander: the Emergence of the Hellenistic World, 323-281. In: ERSKINE, Andrew (org.). **A Companion to the Hellenistic World**. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2003. p. 19-34.

BRIANT, Pierre. **From Cyrus to Alexander: a History of the Persian Empire**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2002.

BRINGMANN, Klaus. The king as a benefactor: some remarks on ideal kingship in the age of Hellenism. In: BULLOCH, Anthony et al. (org.). **Images & Ideologies: self-definition in the Hellenistic world**. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 7-24.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado – Cursos no Collège de France**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BULLOCH, Anthony et al. **Images and ideologies: self-definition in the Hellenistic World**. Berkeley: University of California Press, 1993.

CANTARELLA, Eva. Friendship, love, and marriage. In: BOYS-STONES, George et al. **The Oxford Handbook of Hellenic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 294-304.

CARTLEDGE, Paul. Rule by one revisited: the politics of Xenophon, Plato, Isocrates, Aristotle – and Alexander the great, c. 400-330 BCE. In: _____. **Ancient Greek**

Political Thought in Practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 96-107.

CHAMOUX, François. **Hellenistic Civilization.** Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

ELLIS, Walter M. **Ptolemy of Egypt.** London: Taylor & Francis, 2004.

ERRINGTON, Robert. **A History of the Hellenistic World: 323-30 BC.** Malden, Mass.: Blackwell Pub. Ltd., 2008.

_____. Macedonian 'royal style' and its historical significance. **The Journal of Hellenic Studies**, vol.94, p. 20-37. 1974.

_____. From Babylon to Triparadeisos: 323-320 BC. **The Journal of Hellenic Studies**, Cambridge, Vol. 90, p. 49-77, 1970.

FISCHER-BOVET, Christelle. **Army and society in Ptolemaic Egypt.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

GEHRKE, Hans-Joaquim. The Victorious King: Reflections on the Hellenistic Monarchy. In: LURAGHI, Nino (org.). **The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2013, pp. 73-98.

GILLEY, Dawn; WORTHINGTON, Ian. Alexander the Great, Macedonia and Asia. In: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian. **A Companion to Ancient Macedonia.** Oxford: Blackwell Publishing, 2010. p. 186-208.

GOLDHILL, Simon. Relations and Relationships. In: _____. **Reading Greek Tragedy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 79-106.

GREEN, Peter. **Alexandre, o Grande e o período helenístico.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GRUEN, Erich. Greeks and Non-Greeks. In: BUGH, Glenn R. **The Cambridge Companion to the Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 295-314.

_____. The coronation of the Diadochoi. In: EADIE, John; OBER, Josiah. (Org.), **Essays in honor of Chester G. Starr**. Lanham; New York; London: University Press of America: 1985. p. 253–71.

HAAKE, Matthias. Agathocles and Hiero II: two sole rulers in the Hellenistic Age and the Question of Succession. In: LURAGHI, Nino (org.). **The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2013. p. 99-129.

_____. Writing down the king: the communicative function of treatises on kingship in the Hellenistic period. In: LURAGHI, Nino (org.). **The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2013b. p. 165-206.

HABICHT, Christian. **The Hellenistic Monarchies - selected papers**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006

HECKEL, Waldemar. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, Daniel (Org.). **The Hellenistic World, New Perspectives**. London: The Classical Press of Duckworth. 2002.

_____. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, Daniel (org.). **The Hellenistic World, New Perspectives**. London: The Classical Press of Duckworth. 2002.

_____. **The marshals of Alexander's Empire**. Routledge: Nova York, 1992.

HERMAN, Gabriel. The Court Society of the Hellenistic Age. In: CARTLEDGE, Paul; GARNSEY, Peter; GRUEN, Erich (Orgs.). **Hellenistic Constructs. Essays in Culture**,

History, and Historiography. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1997. P.199-224.

_____. **Ritualised friendship and the Greek city.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. The “friends” of the early Hellenistic rulers: servants or officials? **Talanta**, 12-3, p.103-149. 1980/81.

HOBDEN, Fiona. The politics of the *sumposion*. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 271-280.

HÖBL, Günther. **A History of the Ptolemaic Empire.** New York: Routledge, 2001.

JAKOBSON, Roman. The Speech Event and the functions of language. In: WAUGH, Linda; MONVILLE-BURSTON, Monique (eds.). **Roman Jakobson, on Language.** Cambridge: Harvard University Press, 1995. p. 69-79.

KERTZER, David. **Ritual, Politics & Power.** New Haven: Yale University Press, 1988.

KING, Carol J. Macedonian Kingship and Other Political Institutions. In: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian (eds.). **A Companion to Ancient Macedonia.** Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010.

KONSTAN, David. **Friendship in the classical world.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEWIS, Naphtali. **Greeks in Ptolemaic Egypt.** Oakville: American Society of Payrologists, 1986.

MANNING, Joseph. **The last pharaohs.** Princeton: Princeton University Press, 2010.

_____. **Land and power in Ptolemaic Egypt. The structure of Land Tenure.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MATA, Sérgio da. **A fascinação weberiana.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MEADOWS, Andrew. Numismatics. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 734-746.

MEE, Cristopher. The Architecture of Power. In: _____. **Greek Archaeology.** Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2011. p. 43-68.

MILLER, Stella. Hellenistic Royal Palaces. In: MILES, Margaret. **A companion to Greek Architecture.** Oxford: John Wiley & Sons, 2016. p. 288-299.

MORKHOLM, Otto. **Early Hellenistic Coinage from the accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-186 B.C.).** Cambridge: The University Press, 1991.

MORRIS, Ellen F. The Pharaoh and Pharaonic Office. In: LLOYD, Allan B. **A Companion to Ancient Egypt.** Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

NEVETT, Lisa. Gender relations in Classical Greek household: the archaeological evidence. **The annual of the british school at Athens**, vol. 90, p. 363-381. 1995.

_____. **House and Society in the ancient Greek world.** Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1999.

REDEN, Sitta. Economy and Trade. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 211-225.

RHODES, P. J. Epigraphy. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 709-719.

ROWE, Christopher. Greek Political Theory. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 401-411.

ROWLANDSON, Jane. The character of Ptolemaic aristocracy: Problems of definition and evidence. In: RAJAK, Tessa et al. (Org.). **Jewish perspectives on Hellenistic rulers**. Berkeley: University of California Press, 2007. p. 29-49.

_____. Town and country in Ptolemaic Egypt. In: ERSKINE, Andrew. **A companion to the Hellenistic world**. Oxford: Blackwell, 2005. p. 249-263.

SAMUEL, Alan. The Ptolemies and the ideology of kingship. In: Green, Peter (Org.). **Hellenistic history and culture**. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 168-210.

SANT'ANNA, Henrique. Domination and Legitimacy in Early Hellenistic Basileia: The Rise of Self-Proclaimed Kings. **CHS Research Bulletin**, v. 1, p. 1-15, 2013.

SAWADA, Noriko. Social Customs and Institutions: Aspects of Macedonian Elite Society.
In: ROISMAN, Joseph; WORTHINGTON, Ian (org.). **A Companion to Ancient Macedonia**. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

SCHWARZENBACH, Sibyl. On civic friendship. **Ethics**, vol. 107, n. 1, p. 97-128, out. 1996.

SHIPLEY, Graham. Kings and Cities. In: _____. **The Greek world after Alexander 323- 30 BC**. New York: Routledge, 2000. p. 59-107.

SHIPLEY, Graham; HANSEN, Mogens. The *polis* and federalism. In: BUGH, Glenn. **The Cambridge Companion to the Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 52-72.

STEPHENS, Susan. Hellenistic Culture. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 86-97.

STEWART, Andrew. **Faces of Power**. Alexander's Image and Hellenistic Politics. Berkeley: University of California Press, 1993.

STROOTMAN, Rolf. **The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE**. 2007. Dissertação. 434 p. (Doutorado em História) Universidade de Utrecht, Utrecht.

TURNER, Eric. Ptolemaic Egypt. In: WALBANK, Frank. **The Cambridge Ancient History. VII: The Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1928.

WALBANK, Frank. **A historical commentary on Polybius. Vol. 1**. Oxford: Clarendon Press, 1957.

_____. **A historical commentary on Polybius. Vol. 2**. Oxford: Clarendon Press, 1967.

_____. Sources for the period. In: WALBANK, Frank et al (Org.). **The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I**. 2 ed. Cambridge University Press: Cambridge, 1984. p. 1-22.

_____. Monarchies and Monarchic Ideas. In: WALBANK, Frank et al (Org.). **The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I**. 2 ed. Cambridge University Press: Cambridge, 1984b. p. 62-100.

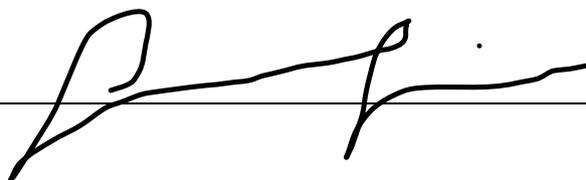
_____. **The Hellenistic World**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley: University of California, 1978.

WHITLEY, James. Archaeology. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNA, Phiroze (Org.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 720-733.

WILL, Édouard. The Succession to Alexander. In: WALBANK, Frank et al. **The Cambridge Ancient History. VII 1: The Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Eu, Fernanda Alvares Freire, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da dissertação de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.



Brasília, 23 de maio de 2018.